



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM ENSINO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: VIVÊNCIAS NO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG)**

Wesley Gonçalves do Nascimento

Lajeado/RS, setembro de 2020

Wesley Gonçalves do Nascimento

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: VIVÊNCIAS NO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* Mestrado em Ensino da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para obtenção do título de Mestre em Ensino, na linha de pesquisa Formação de Professores, Estudo do Currículo e Avaliação.

Orientadora: Profa. Dra. Andreia Aparecida Guimarães Strohschoen.

Lajeado/RS, setembro de 2020

Wesley Gonçalves do Nascimento

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
VIVÊNCIAS NO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG)**

A Banca examinadora abaixo aprovou a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* Mestrado em Ensino, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Mestre em Ensino, na linha de pesquisa Formação de Professores, Estudo do Currículo e Avaliação.

Profa. Dra. Andreia Aparecida Guimarães Strohschoen - Orientadora
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Profa. Dra. Márcia Jussara Hepp Rehfeldt
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Prof. Dr. Rogério José Schuck
Universidade do Vale do Taquari – Univates

Prof. Dr. Malcus Cassiano Kuhn
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense, IFSul

Lajeado/RS, setembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, pela força espiritual dada a mim durante a realização desta dissertação, pois sem “Ele” seria impossível alcançar esse feito.

Ao Instituto Federal de Goiás (IFG), principalmente, aos coordenadores e alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Alimentos e Modelagem do Vestuário (**Câmpus Aparecida de Goiânia**) e Enfermagem (**Câmpus Goiânia Oeste**) na modalidade EJA, por terem acolhido tão bem minha proposta de pesquisa e concordado em participar desse estudo.

À minha linda e amada esposa Vanessa Nascimento e aos nossos lindos filhos Isabela e João Wesley Nascimento, gratidão pela paciência; apoio constante, pelas pesquisas realizadas em família, pois a temática também é muito importante para o crescimento financeiro familiar; pelo incentivo dado para que eu não desistisse e por compreenderem a necessidade da minha ausência para eu me qualificar profissionalmente.

Aos professores e colaboradores do Curso de Mestrado em Ensino da Univates que contribuíram significativamente para minha formação. Em especial a minha orientadora, professora Dr^a. Andreia Aparecida Guimarães Strohschoen, por sua presteza, paciência, competência, compreensão, dedicação e por seus conhecimentos transmitidos a mim nos encontros presenciais e à distância, para que esse trabalho se concretizasse.

A todos vocês que contribuíram de forma direta e indireta, minha eterna gratidão e peço a Deus que com sua infinita graça os retribua.

RESUMO

Esta dissertação tem como foco o Ensino da Educação Financeira nos cursos técnicos integrados da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), uma temática ainda não presente em muitas instituições federais de educação. A falta de conhecimento de Educação Financeira aliada à facilidade de crédito oferecido pelos comércios e bancos podem levar o indivíduo a comprometer seus rendimentos e a sua saúde financeira, visto que os níveis de endividamento e inadimplência podem ser causados pela má administração do dinheiro e por decisões financeiras irracionais e impulsivas. Por isso, esse trabalho busca contribuir para a formação de alunos criativos e críticos financeiramente, por meio de uma proposta de inclusão do ensino da Educação Financeira, ensinando-os a desenvolver raciocínios satisfatórios nas operações financeiras, mostrando-lhes estratégias de avaliação para melhorar a administração do seu dinheiro e influenciando seguramente nas suas decisões de consumo e investimento. Para isso, esse estudo tem como objetivo geral investigar como tem ocorrido a abordagem da temática: Educação Financeira, e conhecer as compreensões dessa para os estudantes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Alimentos e Modelagem do Vestuário (Câmpus Aparecida de Goiânia) e Enfermagem (Câmpus Goiânia Oeste) da EJA do IFG. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada por intermédio de análise documental nos PPCs, matrizes curriculares e programas de disciplinas desses cursos para investigar a presença da Educação Financeira, e de um questionário aplicado aos alunos com a finalidade de identificar o nível de conhecimento dos respondentes sobre esta temática. Os dados coletados foram analisados seguindo as orientações da análise descritiva e a análise textual discursiva. Após a análise dessas informações, constatou-se que, nos cursos Técnicos em Alimentos e Modelagem do Vestuário apresentam na disciplina de Matemática do segundo período apenas um tópico de porcentagem que está relacionado a finanças. Revelou também que, 63,4% dos alunos participantes têm um baixo nível de alfabetização financeira, 18,3% são considerados analfabetos no assunto, a maioria está ou esteve com nome nos órgãos de proteção ao crédito pela ausência de informação sobre a temática, e que 97,2% dos participantes julgam importante que conteúdos de Educação Financeira sejam inseridos em disciplinas dos cursos EJA do IFG. Sabendo disso, elaborei, no final do Capítulo quatro desta dissertação, uma proposta para a inclusão de uma disciplina de Ensino da Educação Financeira para as turmas de EJA do IFG, acreditando que essa proposta, além de contribuir significativamente na formação desses alunos, os faça pensar estrategicamente com criticidade e criatividade quando estiverem frente aos desafios financeiros impostos pela sociedade contemporânea, a fim de alcançar sua saúde financeira, pois é algo que não tem preço.

Palavras-chave: Educação Financeira. Educação de Jovens e Adultos. Financeiro. Endividamento. Inadimplência.

ABSTRACT

This dissertation has as focus Financial Education Teaching in integrated technical courses of Youth and Adult Education (EYA) of Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás (IFG), a theme not yet present in many federal educational institutions. The lack of knowledge in Financial Education with loan facilities offered by businesses and banks can lead individuals to compromise their income and financial health, since the levels of indebtedness and default can be caused by money mismanagement and by irrational and impulsive financial decisions. So, this work seeks to contribute to financially creative and critical students' formation, through a proposal of Financial Education teaching inclusion. Teaching them to develop satisfactory reasoning in financial operations, showing them valuation strategies to improve their money management, and safely influencing their consumption and investment decisions. So, this study has as general objective of investigating how the theme approach has occurred: Financial Education, and to know the understandings for students of Integrated Technical Courses in High School in Food and Clothing Modeling (Câmpus Aparecida de Goiânia) and Nursing (Câmpus Goiânia Oeste) of EYA of IFG. It is a qualitative research, conducted through documentary analysis on the PPCs, curricular matrices and subject programs of these courses to investigate Financial Education presence, and a questionnaire applied to students in order to identify the respondents knowledge level on this topic. The collected data were analyzed following descriptive analysis guidelines and discursive textual analysis. After analyzing this information, it was found that Technical courses in Food and Clothing Modeling show in mathematics discipline in the second period only a percentage topic linked to finance. It also revealed that 63.4% of participating students have a financial literacy low level, 18.3% are considered illiterate in the subject, the majority are or have been named in the loan protection agencies due to the lack of information on the subject, and that 97.2% of participants consider important Financial Education content to be inserted in subjects of IFG's EYA courses. With this in mind, at the end of Chapter 4 I prepared an inclusion of Financial Education Teaching discipline proposal for IFG's EYA classes, believing that this proposal, in addition to contributing significantly to these students training, makes them think strategically with criticality and creativity when facing financial challenges imposed by contemporary society, in order to achieve their financial health, once it is priceless.

Keywords: Financial Education. Youth and Adult Education. Financial. Indebtedness. Default.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Percentual de famílias brasileiras endividadadas	24
Figura 2 - Percentual de nível de endividamento das famílias brasileiras	25
Figura 3 - Percentual de tipo dívida das famílias brasileiras	25
Figura 4 - Inadimplência por faixa etária	26
Figura 5 - Inadimplência por Estado	27
Figura 6 - Foto do Câmpus Aparecida de Goiânia, localizado na av. Oeste, localizado na Av. Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Quadra 1, Lote 1-A S/N – Aparecida de Goiânia	53
Figura 7 - Foto do Câmpus Goiânia Oeste, localizado na Av. C-198, 743 - Jardim América, Goiânia	54
Figura 8 - Localização do Estado de Goiás e sua capital no mapa brasileiro	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Forma de pagamento escolhida pelos participantes numa compra	67
Gráfico 2 - Conhece os juros em uma compra a prazo	68
Gráfico 3 - Preferência dos participantes quando querem adquirir uma mercadoria que tem um custo alto	70
Gráfico 4 - Resultado da negativação dos nomes dos participantes nos órgãos de proteção financeira	74
Gráfico 5 - Nível de conhecimento dos participantes sobre assuntos relacionados a Educação Financeira	77
Gráfico 6 - Escolha dos participantes sobre a possibilidade de inserir na matriz curricular da EJA a disciplina de Educação Financeira	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigos publicados no portal da biblioteca <i>SciELO (Scientific Electronic Library Online)</i> de janeiro de 2007 a agosto de 2020	40
Quadro 2 - Artigos publicados na RBECT de janeiro de 2007 a agosto de 2020	43
Quadro 3 - Dissertações e artigos publicados no Google Acadêmico de janeiro de 2007 agosto de 2020	44
Quadro 4 - Compreensões dos participantes sobre Educação Financeira	75
Quadro 5 - Respostas dos participantes do exercício de porcentagem	80
Quadro 6 - Opiniões dos alunos sobre a utilidade da Educação Financeira para vida	83
Quadro 7 - Proposta da disciplina Ensino de Educação Financeira	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos alunos participantes	65
Tabela 2 - Fator determinante para escolher a forma de pagamento na compra parcelada	69
Tabela 3 - Compreensão dos participantes sobre planejamento financeiro	71
Tabela 4 - Realização do pagamento parcelado por parte dos participantes	73
Tabela 5 - Percepção dos participantes quanto a conhecimentos de Educação Financeira	78

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEF-BRASIL	Associação de Educação Financeira no Brasil
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
AP	Alunos Participantes
[B] ³	Brasil, Bolsa e Balcão (responsável pela bolsa de valores no Brasil)
BCB	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BOLEMA	Boletim de Educação Matemática
CEB	Câmara de Educação Básica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNDL	Confederação de Dirigentes Lojistas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNSEG	Confederação Nacional das Seguradoras
CONEDU	Congresso Nacional de Educação
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
CONFINTEA	Conferência Internacional sobre Educação de Adultos
CONSUP	Conselho Superior
COVID-19	Corona Vírus Disease - 19
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DCN's	Diretrizes Curriculares Nacionais
DF	Distrito Federal
EaD	Educação a Distância

EDUCAR	Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FEBRABAN	FEBRABAN Federação Brasileira de Bancos
GAP	Grupo de Apoio Pedagógico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECE	Organização para a Cooperação Econômica Europeia
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEIC	Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PNA	Programa Nacional de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RAP	Revista de Administração Pública
RBECT	Revista Brasileira de Ensino, Ciência e Tecnologia
REMP	Revista de Educação Matemática e Pesquisa
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SERASA	Centralização de Serviços dos Bancos
SIEM	Seminário de Investigação em Educação Matemática
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
TCLE	Termo de Consentimento e Livre Esclarecido
UFJF/MG	UFJF/MG Universidade Federal de Juiz de Fora de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNISAL	Centro Universitário Salesiano de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 Educação financeira	19
2.1.1 Endividamento e inadimplência das famílias brasileiras	22
2.2 Legislação sobre educação financeira	28
2.3 Educação de Jovens e Adultos (EJA)	31
2.3.1 Educação financeira em cursos da Educação de Jovens e Adultos	38
2.4 Estudos recentes sobre educação financeira	39
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
3.1 <i>Lócus</i> e participantes da pesquisa	52
3.2 Coleta de dados	57
3.3 Análise dos dados coletados	59
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICES	102
Apêndice A - Carta de Anuência.	103
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).	104
Apêndice C - Questionário	105

1 INTRODUÇÃO

Antes de explorar o conteúdo desta dissertação, apresento alguns passos do meu percurso acadêmico e profissional de Educação Financeira que considero importantes e motivadores para escolha da temática do presente estudo e dos seus pressupostos teóricos fundamentados em autores que conseguem discutir questões relacionadas à Educação Financeira e à Educação de Jovens e Adultos.

Comecei a percorrer o caminho da educação financeira no ano de 2002 no 4º período do Curso de Administração, por meio do programa de estágio da Faculdade quando participei e fui aprovado em um processo seletivo remunerado para uma vaga no departamento financeiro de uma grande empresa no ramo farmacêutico na cidade de Goiânia no estado de Goiás, mais especificamente na tesouraria, onde desenvolvi atividades de controle de contas a pagar e receber, planejamento financeiro, fluxo de caixa e conciliação bancária. Nesse mesmo ano tornei-me funcionário efetivo dessa organização.

Experiências profissionais que vivenciei na indústria farmacêutica foram decisivas e transformadoras para a minha vida, trouxeram aprendizados e estímulos para a profissão de administrador, principalmente, para minha educação financeira.

Hoje, sou servidor público federal e exerço o cargo técnico-administrativo educacional, lotado na Coordenação da Folha de Pagamentos do Instituto Federal de Goiás (IFG), trabalhando com planejamento, orçamento, finanças e pagamentos dos servidores. O envolvimento com essas atividades financeiras ao longo da minha vida profissional tem me ensinado a manter equilíbrio financeiro, a administrar o meu dinheiro, a ter habitualmente um controle financeiro, via planejamento, para evitar gastos desnecessários e não afetar os meus relacionamentos sociais, comerciais, familiares e pessoais.

Essas experiências acadêmicas, profissionais, pessoais relatadas na minha trajetória de vida, mais a aproximação com o mestrado de ensino da Univates em 2019, motivaram-me a buscar um estudo mais aprofundado sobre Educação Financeira. Por eu entender que essa temática é um assunto de caráter social que pode afetar a vida humana em escala local, regional e global; e, por se tratar de uma ciência até o presente momento pouco discutida nas

comunidades brasileiras e que eu a considero tão relevante e necessária para qualidade de vida do cidadão.

A discussão de assuntos de Educação Financeira está em alta, e tem sido motivo de preocupação de diversos governantes de conscientizar os cidadãos sobre a necessidade da alfabetização financeira para a vida. Mundialmente, a temática é desenvolvida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹, que em julho de 2005, por meio de uma resolução, recomendou que os países membros e alguns não membros, como é o caso do Brasil, fomentassem as estratégias dos programas de Educação Financeira com sua nação, com o intuito de incentivar as boas práticas e os princípios destes programas para o bem-estar financeiro do indivíduo.

No Brasil, mais precisamente em dezembro de 2010, com aprovação do Decreto de nº 7.397 que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), esse assunto começou a ser debatido, mas pouco divulgado, somente a partir de 2017 começou a ganhar força com a inclusão da Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da educação básica, não sendo obrigatória até o momento. Mesmo com todo esse aparato, não se sabe ao certo se é pela falta de profissional qualificado e/ou materiais pedagógicos, ou outros motivos desconhecidos, que muitas escolas ainda não inseriram a Educação Financeira na sua matriz curricular.

Segundo Martins (2004), a escola omite assuntos que dizem respeito à Educação Financeira, como: noções de finanças, economia, comércio e impostos. Essa omissão pode trazer danos irreparáveis ao cidadão, que quando adulto, continua ignorando essas questões e segue sem instrução financeira e sem capacidade para gerir seu próprio dinheiro, correndo sério risco de se tornar uma pessoa endividada, ou até mesmo inadimplente (DOMINGOS, 2013). Por isso, percebe-se que há certa urgência na efetivação da Educação Financeira no

¹A Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OECE) foi criada em 1948 para executar o Plano Marshall, financiado pelos Estados Unidos, para a reconstrução de um continente devastado pela guerra. Ao fazer governos individuais reconhecerem a interdependência de suas economias, abriu caminho para uma nova era de cooperação que mudaria a face da Europa. Encorajados por seu sucesso e pela perspectiva de levar adiante seu trabalho em um cenário global, o Canadá e os EUA se uniram aos membros da OECE na assinatura da nova Convenção da OCDE em 14 de dezembro de 1960. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nasceu oficialmente em 30 de setembro de 1961, quando a Convenção entrou em vigor. Outros países aderiram, começando pelo Japão em 1964. Hoje, 36 países membros da OCDE em todo o mundo recorrem regularmente uns aos outros para identificar problemas, discuti-los e analisá-los, além de promover políticas para resolvê-los. O histórico é impressionante. Os EUA viram sua riqueza nacional quase triplicar nas cinco décadas desde que a OCDE foi criada, calculada em termos do produto interno bruto per capita da população. Outros países da OCDE viram progressos similares e, em alguns casos, ainda mais espetaculares. Mesmo não sendo membro, o Brasil desde 1999 participa de comitês e grupos de trabalhos sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). Disponível em: <http://www.oecd.org/>.

ambiente escolar, para que o aluno desde cedo aprenda administrar seus recursos financeiros conforme sua realidade e evite prejuízos financeiros hoje sem comprometer o seu futuro, e consequentemente, estar contribuindo para o crescimento econômico do seu país.

Conforme dados divulgados pela Confederação de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), e publicado pela Exame em 15 de janeiro de 2019, mostram que no ano de 2018 o Brasil atingiu um recorde de 62,6 milhões de inadimplentes, a maior alta nos seis últimos anos no total de consumidores com contas em atraso. Problemática como esta, pode impedir o desenvolvimento de uma nação, e acredita-se que a Educação Financeira pode ser o caminho para combater essa causa.

O grande diferencial da Educação Financeira é que de um modo geral, as pessoas têm suas vidas financeiras afetadas pelas escolhas que fazem. Trazendo para o cenário da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ambiente específico dessa pesquisa, identifica-se que ele é formado por pessoas que não finalizaram seus estudos básicos na idade apropriada por vários motivos.

De acordo Santos (2012), na EJA, estão os alunos que não tiveram a oportunidades de concluir a educação básica, seja porque se inseriram no mercado de trabalho muito cedo por necessidade financeira, o que dificultou conciliar os horários dos estudos com os do emprego, ou pela desmotivação de um ensino que não condiz com sua realidade social. Segundo esse mesmo autor, outros alunos trazem consigo um histórico de dificuldades escolares, que necessitam de um ensino apropriado, contextualizado e que consiga de fato dar significado ao que é ensinado.

O fato desses alunos estarem incluídos no ambiente socioeconômico e por terem uma vivência anterior no ensino básico, a escola precisa dar-lhes uma metodologia singularizada, considerando a experiência de vida que carregam. Posto isso, acredito que futuramente podemos ter pessoas preparadas e bem orientadas financeiramente, com capacidade para gerenciar seus recursos e cidadãos menos endividados na nossa sociedade.

Pelos motivos expostos e por eu estar inserido no IFG, tendo contato direto com os coordenadores e professores dos cursos de ensino médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos senti a necessidade de pesquisar mais sobre Educação Financeira no ambiente escolar dessa instituição. Deste modo, a pergunta que norteou esta dissertação foi: **como a temática Educação Financeira tem sido abordada nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nível médio, de um Instituto Federal de Educação de Goiás?**

Em seguida, delimito o objetivo principal dessa pesquisa, que é: **investigar como**

tem ocorrido a abordagem do tema Educação Financeira, e compreensões dessa para turmas dos Cursos Integrados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), de nível médio do Instituto Federal de Goiás/Brasil.

Para dar conta de responder o problema de pesquisa, ocupei-me em elaborar outros objetivos denominados específicos, que são:

- 1. Identificar a presença do tema Educação Financeira no Projeto Pedagógico de Curso dos Cursos Técnicos Integrados de Ensino Médio na modalidade EJA, dos Campi Aparecida de Goiânia e Goiânia Oeste do IFG;**
- 2. Investigar o conhecimento dos estudantes desses cursos sobre a temática Educação Financeira e suas compreensões sobre a importância desse assunto nestes cursos;**
- 3. Propor a inserção da temática Educação financeira em disciplinas do currículo básico dos Cursos Técnicos Integrados de Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos do IFG.**

A relevância dessa pesquisa é de ampliar os conhecimentos acerca da temática, no campo acadêmico. E sua importância é contribuir para futuras pesquisas, devido à escassez de trabalhos científicos desenvolvidos no país que destaquem a Educação Financeira em Cursos Técnicos da Educação de Jovens e Adultos.

Dando andamento aos estudos, essa dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresento a introdução, como meu breve relato acadêmico, profissional relacionado à Educação Financeira, os motivos que me levaram a desenvolver este estudo, a problemática de pesquisa, os objetivos a serem alcançados e a estrutura desta dissertação.

No segundo capítulo trago a fundamentação teórica que sustenta os conceitos de Educação Financeira, sua importância para o ensino, histórico de endividamento e inadimplência das famílias brasileiras, legislações pertinentes à Educação Financeira e Educação de Jovens e Adultos. E por último, alguns estudos recentes de artigos e dissertações defendidas e publicadas sobre a Educação Financeira.

O capítulo três é destinado aos procedimentos metodológicos em que apresento a caracterização da pesquisa, o *lôcus*, os participantes envolvidos, dados da instituição de ensino federal, os instrumentos de coleta de dados e por final a análise desses dados.

No quarto capítulo exibo os resultados e a discussão dos dados da presente pesquisa, os quais foram obtidos a partir da análise documental dos PPCs, matrizes curriculares e programas dos cursos pesquisados e do questionário aplicado aos estudantes desses cursos

correlacionados com a fundamentação teórica discorrida em todo o trabalho. Apresento também uma proposta de inclusão da disciplina de Ensino de Educação Financeira para turmas EJA do IFG.

No quinto e último capítulo encerro com as considerações finais, e no qual me preocupo também em responder à problemática que motivou esse estudo. Por fim, as referências que fundamentam essa pesquisa, seguidas dos apêndices em que aparecem a carta de anuência, o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE) e o instrumento de coleta de dados, o questionário.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, são abordadas ideias de autores que se destacam no cenário da pesquisa sobre o tema Educação Financeira e Educação de Jovens e Adultos (EJA), na tentativa de desenvolver de modo breve a base para a sustentação teórica deste estudo.

2.1 Educação financeira

Para entender melhor Educação Financeira, primeiramente é preciso saber o que significam os termos: educação e finanças. Segundo o dicionário Aurélio (2012, p. 136), o termo “*educação*” refere-se ao “processo de preparar, instruir, desenvolver a capacidade intelectual e moral que influencia na educação de uma pessoa”. De uma forma mais ampla e voltada ao ensino, podemos dizer que ela desenvolve a aprendizagem, a criticidade e a formação do indivíduo, por intermédio de conteúdos que integram o programa curricular de instituições de ensino, quer pública, privada e mistas.

A palavra “*finanças*” no dicionário Aurélio (2012, p. 178) é definida como sendo “administração de fundos; o dinheiro que uma empresa dispõe e deve administrar; os recursos financeiros e econômicos de um país”. De modo geral, finanças pode ser conceituada como administração do capital financeiro ou gestão do dinheiro de um cidadão, de uma empresa ou de uma nação, intermediado pelo planejamento financeiro destinado a curto, médio e longo prazo, com correções e revisões regularmente, controlando as entradas e as saídas desses recursos a fim de obter uma saúde financeira.

Nesse sentido, podemos conceituar nesse estudo “*Educação Financeira*” como método educativo de prover aprendizagem e saberes concernentes à economia e finanças que promovam o bem-estar e uma melhor qualidade de vida financeira aos cidadãos, distanciando-os das emboscadas impostas pelo mercado financeiro e do mau gerenciamento do uso do dinheiro.

Educação Financeira para Amadeu (2009, p. 25) transcende a noção de ser abordada como simples instrumentos para conseguir informações financeiras ou conselhos, é:

Um processo que estimula o desenvolvimento de conhecimento, aptidões e habilidades, transformando indivíduos e cidadãos críticos, informados sobre os serviços financeiros disponíveis e preparados para administrar suas finanças pessoais evitando ser manietados pelas propagandas que levam a um consumo desenfreado e ao seu conseqüente endividamento pessoal.

Cerbasi (2016) diz que qualquer pessoa sabe o que é Educação Financeira, e a define como o ato de organizar as contas, saber gastar consciente, saber poupar e escolher um bom investimento. O problema é que a maioria das pessoas não consegue fazer essa Educação Financeira transformar-se em realidade em suas vidas, pois é necessário ter inteligência financeira para saber onde estão as armadilhas e as oportunidades, e para transformar na prática o que sabemos de finanças em algo cotidiano. É preciso estar preparado para qualquer situação, de modo a maximizar e dar melhor proveito ao resultado do seu trabalho, ou seja, o seu ganho, ou simplesmente o seu dinheiro.

Para Argôlo (2019, p. 20), a Educação Financeira “é uma ferramenta na qual os indivíduos podem se utilizar para tomar decisões eficientes com relação ao uso e controle do dinheiro”. Esse objeto de estudo pode colaborar com os cidadãos no sentido de fazer escolhas inteligentes relacionadas ao dinheiro, às operações financeiras e no consumo responsável, promovendo o bem-estar desses cidadãos que optam por estudar a Educação Financeira e aplicar o que aprendeu em sua vida.

De acordo Domingos (2013), Educação Financeira é o aprendizado que promove a transformação do comportamento do indivíduo no que diz respeito ao uso do dinheiro, algo significativo que o auxilia na administração de suas finanças com a finalidade de realizar sonhos. O professor Domingos salienta que sonhar (= motivar) é o principal combustível para que a pessoa comece a se educar financeiramente, porque traz sentido, relevância e estímulo para que o indivíduo tenha ânimo para conseguir diagnosticar (= conscientizar) os seus gastos, orçar (= equilibrar) suas metas e aí então poupar (= perseverar) com um propósito específico.

Segundo o Manual de recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2005 de Educação e Alfabetização Financeira para América Latina e o Caribe, a Educação Financeira é conceituada como:

O processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras

medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p. 5).

Nesse mesmo documento, a OCDE recomenda que o ensino da educação financeira deve iniciar na escola, pois os estudantes precisam saber sobre questões financeiras o mais cedo possível em suas vidas, sendo importante para ajudar esses alunos a começarem a planejar suas receitas, poupar e investir de forma saudável e consciente, para não tornarem vítimas das armadilhas do mercado financeiro. Nesse sentido, a Educação Financeira alinha-se a uma proposta educacional, pois preocupa com o bem-estar financeiro dos estudantes e contribui com a formação reflexiva desses indivíduos, que ao se depararem com um problema ou situação financeira saibam interpretar e decidir pela melhor opção.

Para a Estratégia Nacional de Educação Financeira, com base no documento de Orientações para Educação Financeira nas escolas,

a Educação Financeira nas escolas se apresenta como uma estratégia fundamental para ajudar as pessoas a realizar seus sonhos individuais e coletivos. Discentes e docentes financeiramente educados podem constituir-se em indivíduos crescentemente autônomos em relação a suas finanças e menos suscetíveis a dívidas descontroladas, fraudes e situações comprometedoras que prejudiquem não só sua própria qualidade de vida como a de outras pessoas (BRASIL, 2010, p. 8).

A Associação de Educação Financeira no Brasil² (AEF-BRASIL) afirma que a escola é o lugar onde os alunos aprendem, não somente os conhecimentos cognitivos, mas promove aptidão para conduzir sua vida em sociedade. Pode se dizer que é um ambiente de várias funções, em que se ensina, aprende e trabalha, onde informações e formação estão inseridas e os conhecimentos são re(construídos) a todo momento, sendo necessário incluir os estudantes nas questões sociais, financeiras, econômicas e outras. Como já abordam os PCN's³ (BRASIL, 1997, p. 44): “Se a escola pretende estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é necessário que trate de questões que interferem na vida dos alunos e com as quais se veem confrontados no seu dia-a-dia”. Dessa forma, os métodos de ensino e aprendizagem abordados na instituição escolar precisam estimular os estudantes a desenvolverem essas competências e inteligências pessoais para que entendam os acontecimentos pelos quais perpassam a sociedade.

²A Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF – BRASIL) é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), criada em 2011 pela ANBIMA, B3, CNSEG e FEBRABAN, com o objetivo de promover a Educação Financeira no Brasil e dedicada ao desenvolvimento de tecnologias sociais e educacionais. A AEF-Brasil colabora com a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF (uma política de Estado de caráter permanente que conta com a mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira – Instituída pelo Decreto nº 7.397/10) coordenando e executando seus projetos. Disponível em: <http://www.aefbrasil.org.br/>.

³Parâmetros Curriculares Nacionais são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal que orientam a educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>.

O ensino da Educação Financeira, de forma reflexiva, desempenha uma função significativa de aprendizagem de forma que o estudante desenvolva e/ou amplie seus conhecimentos e habilidades para governar seu dinheiro inteligentemente, que saiba como, onde, quando, quanto e por que o investir para o retorno, é crucial entender as prioridades e criar o hábito de controlar seus recursos financeiros por meio de planejamento, principalmente, porque hoje a economia brasileira anda a passos lentos e a nossa previdência encontra-se num cenário de grandes incertezas (CERBASI, 2016).

A inexistência de contato e de conhecimentos relativos à Educação Financeira pode trazer prejuízos indesejados ao cidadão: deixar-se enganar pelas mídias, comprar parcelado com juros altos, cair na tentação do consumismo, errar nas decisões e gastar sem planejar. Por isso, o número de famílias brasileiras que se envolvem nessas “roubadas” por não terem tido aproximação com conteúdos relacionados a temática, é assustador, e devido sua incapacidade de pagamento não consegue honrar suas obrigações financeiras, tornando-se uma família endividada e inadimplente. Assunto a ser discutido na subseção seguinte.

2.1.1 Endividamento e inadimplência das famílias brasileiras

Começo este subcapítulo pela explicação do que venha a ser uma pessoa endividada, que de acordo com Domingos (2013), diz respeito a todo sujeito que contrai obrigações pela aquisição de um bem ou serviço, o qual compromete um percentual do seu rendimento financeiro durante determinado período de tempo, estabelecendo um compromisso em devolver o montante adquirido, às vezes acrescido de juros de mora e correção monetária.

Estar endividado, para Domingos (2013, p. 115), “não é um problema”, pois as obrigações de honrar os compromissos financeiros podem estar alinhadas às parcelas compatíveis com a capacidade dos proventos, “mas estar endividado e não conseguir honrar a prestação, aí sim, é um grande problema” (DOMINGOS, 2013, p. 115). Esse contratempo acontece muitas vezes quando o indivíduo é descontrolado financeiramente, gasta mais do que ganha, motivo pelo qual ele atrasa o pagamento da dívida, o que resulta em altas taxas de juros pelo descumprimento das obrigações financeiras. Essa pessoa pode passar espontaneamente da classe de endividada para a de inadimplente.

O analfabetismo financeiro é outro fator determinante que pode levar as famílias brasileiras ao endividamento. Não ter conhecimento sobre as consequências que o pagamento

de juros e multas pode ocasionar no orçamento familiar ou pessoal, não conhecer os acordos comerciais pactuados e a falta de emprego, são condições que justificam para o processo da inadimplência (DOMINGOS, 2013).

O resultado da inadimplência é a negativação do CPF (Cadastro de Pessoa Física) ou CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) do devedor nos órgãos de proteção financeira, como SERASA (Centralização de Serviços dos Bancos) e SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito), entidades privadas responsáveis por um banco de dados com as informações e históricos dos endividados do país, possibilitando que estabelecimentos comerciais que vendem a prazo e emprestam dinheiro consigam fazer um raio X da idoneidade do comprador. Com isso, um devedor inadimplente fica praticamente impedido de conseguir financiamentos e/ou empréstimos em todos os segmentos, enquanto não quitar o seu débito (SERASA EXPERIAN, 2019).

Após entender as definições, destacarei os dados estatísticos atuais do endividamento e da inadimplência das famílias brasileiras no cenário financeiro. Para esse levantamento, exploramos os dados coletados por diferentes instituições da área de conhecimento, são elas: Confederação de Dirigentes Lojistas (CNDL), a Centralização de Serviços dos Bancos (SERASA), o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), com apoio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2019).

Segundo dados coletados em todas capitais brasileiras e no Distrito Federal (DF), com cerca de 18 mil consumidores no mês de março de 2019, pela Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC Nacional) e apurada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), constatou-se que o percentual de famílias com dívidas aumentou em março desse ano, em comparação ao mês anterior e com o mesmo período de 2018 (CNC, 2019). Houve também, de acordo CNC (2019) um acréscimo do percentual de fevereiro para março de 2019 de famílias com contas atrasadas, tendo uma queda em relação a março do ano anterior, situação parecida relatada pelos devedores que afirmaram não terem condições de pagar suas contas em atraso, alta no percentual na comparação mensal e diminuição anual, conforme mostra a Figura 1:

Figura 1 - Percentual de famílias brasileiras endividadas

Síntese dos resultados (% em relação ao total de família)			
	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Março de 2018	61,2%	25,2%	10,0%
Fevereiro de 2019	61,5%	23,1%	9,2%
Março de 2019	62,4%	23,4%	9,4%

⁴Fonte: Confederação Nacional do Comércio (CNC), 2019.

De acordo com a CNC, o indicador considera que essas dívidas são oriundas do cartão de crédito, carnê de loja, financiamento de carro, seguro, cheque pré-datado, empréstimo, entre outros. Essas obrigações atingiram um percentual de 62,4% em março de 2019, o que expressa um aumento em relação aos 61,5% verificado em fevereiro do mesmo ano, e em comparação aos 61,2% observados em março de 2018. Trata-se do maior patamar desde setembro de 2015 (CNC, 2019).

Seguindo as informações da CNC, também houve, em março de 2019, um aumento no percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso em relação a fevereiro de 2019, passando de 23,1% para 23,4% do total. Contudo, percebemos uma diminuição do percentual de famílias inadimplentes em relação a março do ano anterior, que chegou a registrar 25,2% do total de família. O percentual de famílias inadimplentes, que afirmaram não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso, também ampliou na comparação mensal, passando de 9,2% em fevereiro para 9,4% do total em março de 2019. Em março de 2018, o indicador tinha somado 10,0% (CNC, 2019).

A pesquisa da CNC apontou também o nível de endividamento das famílias do país, tendo como parâmetro os meses de março de 2018, fevereiro e março de 2019, dados expostos na Figura 2:

⁴http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/apresentacao_peic_marco_2019.pdf. Acessado em 02 de abril de 2019.

Figura 2 – Percentual de nível de endividamento das famílias brasileiras

Nível de endividamento (% em relação ao total de famílias)			
Categoria	Mar/18	Fev/19	Mar/2019
Muito endividado	14,1%	12,3%	13,0%
Mais ou menos endividado	22,9%	23,7%	23,2%
Pouco endividado	24,2%	25,5%	26,2%
Não tem dívidas desse tipo	38,6%	38,3%	37,4%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,1%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%

⁵Fonte: Confederação Nacional do Comércio (CNC), 2019.

De acordo as informações propagadas pela CNC (2019), a proporção das famílias que se manifestaram muito endividadas, apresentou uma alta entre os meses de fevereiro e março de 2019, de 12,3% para 13,0% do total de famílias. Já na relação anual, aconteceu uma diminuição de 1,1%. A fatia que afirmou estar mais ou menos endividado passou de 22,9% para 23,2%, na comparação entre março de 2018 e março de 2019, e a parcela que alegou estar pouco endividada passou de 24,2% para 26,2% nesse mesmo período (CNC, 2019).

Dados apresentados pela PEIC e elaborados pela CNC, em março de 2019, apontaram o cartão de crédito disparado em primeiro lugar como um dos principais tipos de dívida, seguido por carnês e financiamento de carro. Tal afirmação é evidenciada na Figura 3:

Figura 3 – Percentual de tipo dívida das famílias brasileiras

Tipo de dívida (% de famílias)			
Março de 2019			
Tipo	Total	Renda até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de crédito	78,0%	78,5%	75,9%
Cheque especial	4,7%	4,0%	7,2%
Cheque pré-datado	0,9%	0,7%	1,6%
Crédito consignado	5,4%	5,2%	6,3%
Crédito Pessoal	8,4%	8,0%	9,7%
Carnês	14,4%	15,4%	9,3%
Financiamento de carro	10,0%	8,0%	19,4%
Financiamento de casa	8,5%	6,6%	17,3%
Outras dívidas	2,7%	3,0%	1,5%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,0%
Não respondeu	0,1%	0,1%	0,0%

⁶Fonte: Confederação Nacional do Comércio (CNC), 2019.

⁵http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivo/apresentacao_peic_marco_2019.pdf. Acessado em abril/19.

⁶http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/apresentacao_peic_marco_2019.pdf. Acessado em 02 de abril de 2019.

Em conformidade a pesquisa da CNC, o principal tipo de dívida contraída pelas famílias é originado de compras no cartão de crédito com 78,0%, acompanhado por carnês como 14,4%, e, logo em seguida por financiamento de carro com 10,0%.

O percentual das obrigações para famílias com renda até dez salários mínimos é de 78,5% no cartão de crédito, seguido de carnês com 15,4%, e em terceiro o crédito pessoal e financiamento de carro, ambos com 8,0%. Para as famílias com renda acima de dez salários mínimos os percentuais foram: o cartão de crédito com 75,9%, financiamento de carro com 19,4%, e financiamento de casa com 17,3% (CNC, 2019). Nesse quesito, os entrevistados puderam citar mais de um tipo de dívida, por isso o somatório é maior que 100%.

A empresa Serasa também publicou, em março de 2019, o quantitativo de consumidores inadimplentes no Brasil por faixa etária. Vejamos as informações completas na Figura 4:

Figura 4 – Inadimplência por faixa etária

Idade	Mar/18	Mar/19	Variação (%)
18 a 25	31,3%	31,4%	0,1
26 a 30	44,7%	44,6%	-0,1
31 a 35	46,4%	46,3%	-0,1
36 a 40	47,8%	48,5%	0,7
41 a 50	43,7%	44,9%	1,2
51 a 60	37,6%	38,8%	1,2
Mais de 61 anos	33,5%	35,4%	1,9

⁷Fonte: Serasa Experian, 2019.

Na Figura 4 pode-se observar que a maior inadimplência está na faixa etária de 36 a 40 anos de idade com 48,5% em 2019, porém as pessoas que têm mais de 61 anos apresentaram a maior alta, de 33,5% para 35,4%, um aumento de 1,9%, na comparação de março de 2018 para março 2019. As faixas etárias de 26 a 30 e de 31 a 35 anos de idade, destacadas em vermelho, tiveram uma pequena queda de **-0,1%** de março de 2018 para março de 2019.

Já as informações a seguir, divulgadas pela instituição Serasa Experian em março de 2019, apontaram a população adulta de Roraima/RR como sendo a mais inadimplente do nosso país. Vejamos os dados completos na Figura 5:

⁷<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-atinge-63-milhoes-de-consumidores-em-marco-e-bate-recorde-historico-revela-serasa-experian>. Acessado em 02 de abril de 2019.

Figura 5 – Inadimplência por Estado.

Estado	Número de inadimplentes		% da população adulta
	mar/18	mar/19	mar/19
RR	185.886	209.379	61,9%
AP	278.247	272.518	53,0%
AM	1.368.820	1.348.861	51,4%
AC	267.047	267.436	50,3%
RJ	6.043.781	6.272.807	47,5%
MT	1.081.019	1.135.797	46,3%
TO	473.257	491.372	45,5%
DF	1.000.381	1.037.242	44,9%
SP	14.537.146	15.307.226	43,1%
PA	2.296.600	2.394.652	42,8%
SE	717.422	690.080	42,0%
RO	509.641	540.270	41,9%
GO	2.096.830	2.129.723	41,7%
ES	1.237.570	1.266.820	41,2%
PE	2.794.049	2.837.670	40,8%
MA	1.847.368	1.883.654	40,1%
AL	918.784	923.554	39,5%
MS	755.250	792.782	39,4%
RN	965.195	997.012	38,3%
CE	2.318.992	2.426.240	37,0%
MG	5.694.513	5.906.060	36,2%
PR	3.018.090	3.110.586	35,9%
PI	822.894	816.187	35,1%
BA	4.071.931	3.941.994	35,0%
PB	950.852	1.028.199	34,6%
RS	2.974.416	3.095.991	34,5%
SC	1.772.902	1.836.074	33,7%
Brasil	61,0	63,0	40,3%

⁸Fonte: Serasa Experian, 2019.

Diante das informações da Figura 5, em março de 2019 pela Serasa, o *ranking* (topo) foi ocupado pelo estado de Roraima/RR, aproximadamente 62% da população adulta estava com suas contas atrasadas e negativadas pelo não cumprimento das suas obrigações financeiras. Enquanto o estado de Santa Catarina/SC, ficou em última posição com 33,7% da população adulta inadimplente. Já a população adulta de Goiás, estado onde a presente pesquisa foi desenvolvida, apresentou uma alta em março de 2019 em relação ao mesmo mês

⁸<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-atinge-63-milhoes-de-consumidores-em-marco-e-bate-recorde-historico-revela-serasa-experian>. Acessado em 02 de abril de 2019.

do ano anterior nos números de inadimplentes, passando de 2.096.830 para 2.129.723, ocupando a 13ª posição no *ranking* nacional de acordo com a Figura 5, com 41,7% da sua população adulta inadimplente. Por isso, justifica-se a necessidade de intensificar o ensino de educação financeira à população brasileira com certa urgência, principalmente, no estado de Goiás por apresentar um percentual mais alto que a média nacional de 40,3% e por ser local de trabalho e residência do pesquisador.

Para a CNC (2019), o percentual de famílias endividadas apresentou a terceira alta mensal consecutiva em março de 2019 e atingiu a maior alta desde setembro de 2015. Além do consumo das famílias e da recuperação paulatina das concessões de crédito, a sazonalidade do primeiro trimestre do ano também influenciou nessa soma, com despesas extras com matrícula e materiais escolares, reajustes de tarifas e serviços, taxas e impostos e o desemprego, causando uma maior demanda por empréstimos (CNC, 2019).

Para complementar esta subseção, outro estudo realizado pela pesquisa de índices econômicos da CNDL e o SPC Brasil, com apoio da CVM, publicados em 21 de março 2019, evidenciou que os brasileiros vivem no limite do orçamento. Somente 10% conseguem lidar com despesas inesperadas e seis em cada dez (64%) raramente têm sobras de dinheiro. A maioria da população entrevistada admite não aproveitar a vida pela forma que gerencia os seus recursos financeiros.

Com esses dados, pode-se dizer que pessoas que não recebem orientações e estudos financeiros têm mais facilidades de endividar-se por não saber controlar o quanto gastam, quanto pagam de juros, por não estar preparados para imprevistos e, principalmente, por não realizar um planejamento financeiro, são fatores que podem levar o devedor a inadimplência (DOMINGOS, 2013). Posto isso, faz-se necessário combater a causa desses problemas, e a inclusão da Educação Financeira no âmbito escolar é um dos caminhos para mudar esse cenário e ajudar o crescimento da economia brasileira.

2.2 Legislação sobre educação financeira

A ação global de Educação Financeira foi iniciada em 2005 pela OCDE, que em seus princípios e boas práticas provocaram os países participantes dos eventos da organização a promoverem a educação e conscientização financeira através de governos e instituições públicas e privadas. Dentre as quais, o presente estudo destaca a seguir, as quatro ações que

julga ser mais relevantes para a propagação da temática:

1. [...]. A educação financeira deve ser oferecida de forma justa e imparcial. Os programas devem ser coordenados e desenvolvidos com eficiência.
2. Os programas de educação financeira devem se concentrar em questões de alta prioridade que, a depender das circunstâncias nacionais, podem envolver aspectos importantes do planejamento da vida financeira, como poupança básica, gestão da dívida privada ou seguro, bem como pré-requisitos para conscientização financeira, como noções de matemática financeira e economia. [...].
3. Devem ser desenhados programas de educação financeira para atender as necessidades e o nível de alfabetização financeira do público alvo dos programas e que reflitam a forma como esse público alvo prefere receber informação financeira. A educação financeira deve ser vista como um processo contínuo, permanente e vitalício, especialmente a fim de capturar a maior sofisticação dos mercados, as necessidades variáveis em diferentes fases da vida e informações cada vez mais complexas.
4. A educação financeira deve começar na escola. As pessoas devem ser educadas sobre questões financeiras o mais cedo possível em suas vidas (OCDE, 2005, p. 6-7).

De fato, a Educação Financeira alinha-se com a ideia de educação para a cidadania, visto que, de acordo os princípios e as boas práticas recomendados pela OCDE (2005), ela deve ser introduzida no ambiente escolar desde os anos iniciais, de forma eficiente, justa, imparcial, permanente; sendo capaz de promover o desenvolvimento econômico, de atender as necessidades e o grau de alfabetização financeira do cidadão, proporcionando a esses conhecimentos e informações sobre finanças e economia para melhorar sua qualidade de vida e das pessoas do seu convívio.

Essas ações fortaleceram o interesse de discussão sobre assuntos financeiros em muitos países por órgãos governamentais. No Brasil, com base nos princípios da OCDE e adaptado para realidade brasileira, a Educação Financeira foi estabelecida como política de Estado após publicação do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que constituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária, e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos compradores (BRASIL, 2010).

A efetivação da ENEF é cumprida por meio do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF)⁹ e do Grupo de Apoio Pedagógico (GAP)¹⁰, colegiado instituído para

⁹ O CONEF é formado pelo Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Previdência Social, Ministério da Justiça, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM & FBOvespa), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e pela Federação Brasileira dos Bancos – Febraban (BRASIL, 2016). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35997>.

¹⁰ O GAP é presidido permanentemente pelo Ministério da Educação e desempenha funções de caráter

assistir o comitê na apreciação, revisão e validação de conteúdos e metodologias voltadas à Educação Financeira. A AEF-Brasil é também atuante na efetivação das ações aprovadas nas assembleias deste colegiado (BRASIL, 2016).

Com a concretização da ENEF como política de Estado e atuação da AEF – Brasil, podemos considerar que essas iniciativas motivaram estrategicamente a inserção da Educação Financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é definida como:

Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da LDB¹¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCN¹² (BRASIL, 2018, p. 9).

Na terceira versão revisada do documento da BNCC de 2018, cabe às instituições de ensino incorporar aos seus currículos e às propostas pedagógicas conteúdos contemporâneos que influenciam na vida do cidadão em escala local, regional e global. Dentre estes temas encontra-se a Educação Financeira.

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação para o consumo, educação financeira [...]. Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada (BRASIL, 2018, p. 19 – 20).

Outro ponto importante destacado nessa BNCC é o estudo de noções de economia e finanças, objetivando a educação financeira dos estudantes. Dessa forma, devem ser debatidos, em ambiente de ensino, temas como taxas de juros, porcentagem, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Esses

deliberativo e consultivo ao avaliar e validar todo o material didático utilizado e disseminado no Programa Educação Financeira nas Escolas – Ensino Fundamental e no Programa Educação Financeira nas Escolas – Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/34351-mec-apoia-insercao-da-tematica-educacao-financeira-no-curriculo-da-educacao-basica>.

¹¹ BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em: 16 de agosto de 2019.

¹² BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acessado em 16 de agosto de 2019.

assuntos contribuem para uma prática de interdisciplinaridade abraçando as grandezas culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro (BRASIL, 2018).

Apesar da BNCC autorizar em 2018, e em fase de implementação, diversos temas integradores que afetam a vida do homem, para compor os currículos das escolas brasileiras, sendo um deles a Educação Financeira, o mesmo não acontece nos PCNs e nem nas DCNs, embora os Parâmetros Curriculares Nacionais deixa brechas para implementação de novos assuntos, chamados temas transversais que estão relacionados às problemáticas sociais atuais e urgentes de nível nacional e universal (BRASIL, 1997).

As legislações relativas à inclusão de temáticas de Educação Financeira, bem aplicadas, cooperam para o desenvolvimento econômico e financeiro da população ao oferecer iniciativas que beneficiam essas pessoas a adquirir conhecimentos do mundo financeiro para tomar decisões inteligentes, atribuindo a responsabilidade conjunta com a instituição escolar nesse processo.

2.3 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos, uma política educacional desenvolvida para atenuar os altos índices de analfabetismo, prima pela volta do cidadão à escola que por diversas dificuldades não conseguiu concluir seus estudos na idade apropriada e que atenda às suas especificidades. Esse tipo de ensino é assim definido por Veloso (2014, p. 10):

A EJA é caracterizada como uma modalidade de ensino com fins e objetivos educacionais específicos, destinada a atender um público de alunos jovens, adultos e idosos com uma defasagem de escolaridade e/ou descompasso série/idade. Este atendimento visa à incorporação destes alunos aos processos de escolarização exigindo dos sistemas de ensino, respostas organizativas e metodológicas diferenciadas. Dentro do processo educacional, a EJA atende a esse público com características sociais e culturais próprias, visando à formação do cidadão capaz de interagir e agir no meio social.

A Educação de Jovens e adultos (EJA) tem conquistado relevância no contexto educacional com políticas que asseguram o direito de educação básica para jovens e adultos que não concluíram seus estudos com a idade apropriada, de acordo com suas especificidades, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico, político, ético, cultural, e, principalmente humano do país. Para compreender a EJA, faz-se necessário

percorrer seu histórico marcado por enfrentamentos, especificidades, impasses e propósitos políticos e pedagógicos ligados a interesses diversos (VELOSO, 2014).

As primeiras evidências de educação de adultos no Brasil são constatadas ao longo da história colonial, tendo seu foco voltado mais para o campo religioso que pedagógico, não sendo uma preocupação governamental da época, uma vez que não afetava os rendimentos econômicos da nação, apenas tornava os nativos dóceis e submissos as essas autoridades (SANTOS; SANTOS, 2019).

Veloso (2014) também relata que o movimento educativo doutrinário dos padres jesuítas permeou todo o período colonial. Somente em meados do século XIX surgiram mobilidade em prol de educação básica gratuita que poderia ser concedida a toda população, mas, por motivo de exclusão de direitos sociais por parte da classe dominadora, a ação não foi bem sucedida. Nesse viés, Santos e Santos (2019, p. 21) afirmam:

O movimento educativo organizado pelos missionários prolongou-se durante todo o processo de povoamento das terras brasileiras no Período Colonial. Já em meio ao século XIX, sobretudo em 1824, apareceram as primeiras preocupações voltadas ao desenvolvimento da educação elementar e gratuita que seria oferecida a todos os cidadãos, porém seus resultados positivos foram mínimos, pois naquela época prevalecia uma concepção que concedia os direitos sociais somente aos homens e à classe elitista, agravando ainda mais a questão da exclusão social, uma vez que negros, índios e mulheres permaneceram à margem do direito de ingressar em uma instituição escolar, ou seja, a eles não era concedido o direito à educação.

Santos e Santos (2019) apontam também que a partir de 1930 com as grandes transformações que a sociedade brasileira estava vivendo, integrada ao desenvolvimento da industrialização e acúmulo populacional nas metrópoles, a educação básica de jovens começou a se fortalecer por meio do processo público de educação elementar no país. Com isso, a promoção do ensino básico de graça estava sendo expandido notadamente, amparando setores sociais diversos. Essa considerável ampliação de educação elementar gratuita no cenário brasileiro foi conduzida pela esfera federal, que começou a elaborar diretrizes educacionais e delegar responsabilidades aos municípios e estados.

Com esses adventos, finalmente o sistema público de educação elementar efetivou-se de natureza nacional com a promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934, determinando em seu artigo 149 a educação como um direito de todos, incluindo os adultos e idosos, e ensinada pelos poderes públicos e familiares. O artigo 150 da CF/34 enfatiza que o Plano Nacional de Educação precisa cumprir vários princípios, dentre eles, destaca-se o da alínea “a”, do parágrafo único: “a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos” (BRASIL, 1934). Essa carta foi um marco histórico para garantir educação para todos e perpetuar a nova redação.

Na década de 40, precisamente em 1947, com as mazelas do governo federal em relação à educação de jovens e adultos, observou-se o elevado índice de analfabetismo no território brasileiro, notícia que alertou a Organização da Nações Unidas (ONU), responsável por incrementar a educação nos países em desenvolvimento, e essa passou a exigir do Brasil medidas emergenciais para reduzir tal realidade brasileira. O governo preocupado com a situação, apoiado ao MEC promoveu a primeira Campanha de Educação de Adultos para fomentar discussões sobre o analfabetismo e a educação de adultos e criar estratégias para tentar minimizar a problemática, com os seguintes eixos: alfabetizar os adultos iletrados em noventa dias, promover o primário em duas etapas de 7 meses cada, o desenvolvimento comunitário e a capacitação profissional. Nesse período, o analfabetismo era compreendido como razão e não consequência da condição social, cultural e econômica do Brasil. Essa percepção certificava a ideia do adulto iletrado sendo inábil e delinquente, considerado socialmente e psicologicamente como uma criança (SANTOS; SANTOS, 2019).

Em 21 de janeiro de 1964, por meio do Decreto nº 53.465, o governo de João Goulart instituiu o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura (MEC), tendo como referência o método freiriano, considerando a necessidade de um esforço nacional em massa para eliminação do analfabetismo, pois até aquele momento as tentativas ainda não tinham correspondido a necessidade de alfabetização em massa da população nacional e conclamou a união de todas as classes do povo brasileiro no sentido de levar o alfabeto àquelas camadas mais desfavorecidas que ainda não o conheciam (BRASIL, 1964). O PNA chegou somente à fase de organização e implementação, sendo extinto em 14 de abril de 1964.

Em dezembro de 1967, durante o comando do presidente general Emílio Garrastazu Médici uma nova proposta política para amenizar o analfabetismo nacional foi criada, denominada Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), instituída pela Lei nº 5.379 e autorizada pelo Decreto nº 62.455, 22 de março de 1968, descartando o método de alfabetização do educador Paulo Freire. O sistema de ensino MOBRAL prevê a alfabetização funcional continuada para os analfabetos de 15 ou mais anos, por meio de cursos especiais, básicos e diretos, dotados de todos os recursos possíveis, inclusive audiovisuais, com duração prevista de nove meses, conforme aponta o item nº 6 do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos (BRASIL, 1967). Embora autorizado em 1968, o MOBRAL foi implementado a partir de 1971. Devido à recessão econômica e o fim do regime militar em 1985 o MOBRAL passou a chamar Fundação Nacional para a Educação

de Jovens e Adultos (EDUCAR), extinto em 1990, sem acabar com analfabetismo.

Um avanço para Brasil, no que diz respeito a Educação de Jovens e Adultos, provém da criação da Lei nº 5.692/71, que estabelece as Diretrizes e Base da educação básica, ordenado em artigos e alguns deles destinados ao ensino supletivo, destacando as alíneas do artigo 24:

- a) Suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) Proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte (BRASIL, 1971, p. 4).

Essa modalidade de ensino visa a desenvolver a profissionalização, alfabetização, aprendizagem dos estudantes adultos que não tiveram a oportunidade de vivenciar a escolarização na época devida. Esses estudos poderiam ser transmitidos em sala ou mediante aparelhagem de áudio e vídeo e, também, por correspondência.

O ensino supletivo trouxe muitos benefícios para o processo educativo brasileiro, principalmente para jovens e adultos que precisavam ser alfabetizados ou para aqueles que necessitavam justificar sua escolaridade em algum estabelecimento, garantindo plenos direitos de educação para mudar a vida destes sujeitos frente à sociedade. Tornou-se um método de educação necessária para conseguir atender o aumento expressivo de estudantes interessados em continuar seus estudos.

Com a reformulação da Carta Magna em 1988, durante o processo de democratização, o Estado amplia seus deveres com a EJA e concede um novo entendimento pedagógico de educação de jovens e adultos. No artigo 205, da lei maior do país, afirma que é uma obrigatoriedade do Estado e da família oferecer uma educação que atinja a todos, um direito que permite qualquer cidadão ter acesso ao sistema educacional. Já artigo 208 da referida lei, fortificado por Emenda Constitucional de 2009, estabelece uma nova compreensão de EJA, e o direito a uma educação passa a ser de todos, independe de idade, “a educação básica obrigatória e gratuita [...], assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso a idade própria” (CF/88); e no artigo 214 que também foi reforçado por Emenda Constitucional, estabelece “meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto” para “erradicação do analfabetismo” (CF/88).

Após o feito da CF/88 em favor da EJA, com o apoio dos movimentos sociais e das universidades nas discussões sobre temática em nível nacional, a educação de jovens e adultos ganhou força e um maior reconhecimento pelos legisladores brasileiros, fatos que consolidaram a institucionalização da EJA no sistema escolar de ensino. Agora com uma

verdadeira identidade e reconhecida de fato como Educação de Jovens Adultos (EJA) pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDEN), promulgada pela lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Definiu-se no artigo 37 dessa legislação o direito dos jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino com idade apropriada a continuar seus estudos, e no artigo 38 um ganho significativo para as etapas da educação básica, objetivando a profissionalização e um regaste de cidadania desses cidadãos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - No nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996, p. 17 - 18).

Por políticas públicas de ensino destinadas à EJA, com a finalidade de resgatar a valorização jovens e adultos e formação de professores EJA, em julho de 1997 em Hamburgo na Alemanha, aconteceu a V CONFINTEA (Conferência Internacional sobre Educação de Adultos), os representantes dos países presentes nesse evento, afirmaram 27 compromissos escritos numa Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos em defesa dos direitos dos cidadãos do mundo, especialmente no que tange aprendizagem ao longo da vida, para além do ensino formal e da escolarização, englobando informalidades de aprendizagem existentes nas sociedades contemporâneas, marcadas por avanços das novas tecnologias de informação e comunicação na educação. Destaco os quatro que considero de maior relevância para a EJA, enumerados de acordo a sua ordem no documento oficial:

2. A educação de adultos, dentro desse contexto, torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; tanta consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. [...] A educação de adultos pode modelar a identidade do cidadão e dar um significado à sua vida. A educação ao longo da vida implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas.

3. A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou

informal, onde pessoas consideradas "adultas" pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não-formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos.

4. [...]. A perspectiva de aprendizagem durante toda a vida exige, por sua vez, complementaridade e continuidade. É de fundamental importância a contribuição da educação de adultos e da educação continuada para a criação de uma sociedade tolerante e instruída, para o desenvolvimento socioeconômico, para a erradicação do analfabetismo, para a diminuição da pobreza e para a preservação do meio ambiente

5. Os objetivos da educação de jovens e adultos, vistos como um processo de longo prazo, desenvolvem a autonomia e o senso de responsabilidade das pessoas e das comunidades, fortalecendo a capacidade de lidar com as transformações que ocorrem na economia, na cultura e na sociedade como um todo; promove a coexistência, a tolerância e a participação criativa e crítica dos cidadãos em suas comunidades, permitindo assim que as pessoas controlem seus destinos e enfrentam os desafios que se encontram à frente. É essencial que as abordagens referentes à educação de adultos estejam baseadas no patrimônio cultural comum, nos valores e nas experiências anteriores de cada comunidade, e que estimular o engajamento ativo e as expressões dos cidadãos nas sociedades em que vivem (UNESCO, 1997, p. 37 – 38).

A Declaração de Hamburgo outorga à EJA uma aprendizagem que traz significado à vida do estudante, objetiva o desenvolvimento da sua autonomia e atribui responsabilidade a ele para o enfrentamento das constantes transformações econômicas, culturais e sociais como um todo. Estas transições requerem que o aluno seja capaz de descobrir e intensificar sua aprendizagem de maneira global e contínua ao longo da vida.

Para o funcionamento da EJA, duas significativas estratégias foram instituídas, o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 11/2000 e a Resolução CNE/CEB nº 01/2000, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos pós-LDBEN e que a especificidade de ensino mantém uma identidade própria, pautada nas condições, nos perfis e faixas etárias dos estudantes, baseada nos “princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio” (BRASIL, 2000, p. 1).

No Parecer nº 11/2000 da Câmara de Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos não é vista como apenas um direito, mas também como um ensino de porta de entrada para:

O exercício da cidadania na sociedade contemporânea, vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado (BRASIL, 2000, p. 10).

Esse parecer define os objetivos, princípios, atribuição, ordenamento e diretrizes curriculares, bases históricas, e discussões sobre a formação de educadores da EJA, exige-se deste profissional uma formação específica, “uma formação em vista de uma relação pedagógica com sujeitos, trabalhadores ou não, com marcadas experiências vitais que não podem ser ignoradas” (BRASIL, 2000, p. 58). Ademais, esse documento jurídico é também um instrumento explicativo em questão de dúvidas sobre a Educação de Jovens e Adultos.

As instituições de ensino para implementar o curso de EJA precisam incluir em seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) as cláusulas relacionadas a legislações da Educação de Jovens e Adultos e cumprir todas as exigências do Ministério da Educação (MEC).

De acordo o Parecer CNE nº 11/2000 e Resolução CNE nº 01/2000, artigo 8, respeitando os dispositivos do artigo 4, inciso VII, do artigo 37 e do artigo 38, parágrafo 1, incisos I e II da LDBEN 9394/96, os jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade à educação básica na fase apropriada, para ingressarem na EJA no nível de conclusão do ensino fundamental precisam ser maiores de 15 anos de idade e para o ensino médio maiores de 18 anos.

Os cursos da EJA, conforme LDBEN/96 artigo 23, organizam-se no formato de ciclos, semestral ou anual, de acordo as normas do estabelecimento educacional. Os estudantes que não tiverem como comprovar sua escolaridade deverão realizar uma prova adotada pelo sistema de ensino para sua classificação e matrícula no curso. No que tange a estrutura e duração do curso, de acordo com o artigo 6º da Resolução CNE/2000 N° 01, “cabe a cada unidade de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da EJA, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade dessa modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos” (BRASIL, 2000, p. 2). A gestão da frequência é também a critério da escola estabelecida em seu regimento com aproveitamento mínimo 75% de horas aulas em cada disciplina para ser aprovado. Os estudantes dos cursos EJA usufruem dos mesmos benefícios de quaisquer alunos de outro modo de ensino. Vale ressaltar que a instituição de ensino pode ofertar os cursos da EJA no período da manhã, tarde ou noite, conforme a demanda.

Portanto, com todo o histórico e avanços da Educação de Jovens e Adultos, Santos e Santos (2019, p. 20) afirmam, “que a EJA iniciou oficialmente quando se estruturou o sistema público de ensino”, com a garantia de o estudante nos processos de ensino e aprendizagem preparar-se para a vida e para sua entrada com condição igualitária aos demais candidatos no mercado de trabalho, bem como o ensinamento contínuo ligado à criatividade e à capacidade

de resolver conflitos presentes na vida social e atual contexto histórico.

2.3.1 Educação financeira em cursos da Educação de Jovens e Adultos

Hoje a Educação de Jovens e Adultos é concebida a todos os brasileiros a partir dos 15 anos de idade como uma modalidade obrigatória de ensino tanto para o nível fundamental quanto médio, amparada em leis, para aqueles que não tiveram a oportunidade de ir à escola, ou por algum motivo não continuaram seus estudos. Corroborando a nova redação dada pela Lei nº 13.632/18 ao artigo 37 da LDBN/96, a EJA destina-se “àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 2018).

Ao considerar as especificidades da EJA, o ensino da Educação Financeira orienta e qualifica esses estudantes para resolverem problemas financeiros e econômicos que têm afetado sua saúde financeira. Uma contribuição desse ensino para o aluno, é estimular sua inteligência financeira para decidir racionalmente e de forma consciente a modalidade de pagamento de um bem, produto ou serviço, pois a maioria deles não têm instrução para conseguir identificar os juros atribuídos às parcelas e acabam cedendo às armadilhas das promoções enganosas (DOMINGOS 2013). Portanto, a educação financeira tem como primazia a formação de indivíduos para desempenhar sua cidadania, bem como exigir seus direitos como consumidores.

O mérito da Educação Financeira para os cursos EJA, segundo a ENEF (2010), parte do pressuposto que trabalhar conteúdos que envolvam situações-problema cotidianas do estudante sobre o mundo das finanças fortalece o exercício da sua cidadania e vai além do que normalmente possa-se pensar, como algo que remete apenas a cálculos matemáticos, mas algo que dê a este estudante o direito de raciocinar, argumentar, tratar informações que receba, articulando com aquelas que já possui, produzindo novos conhecimentos que o deixe seguro e confiante para as tomadas de decisões de matéria financeira. Para Moreira (2011), esse processo é traduzido como aprendizagem significativa, a qual o professor valoriza as experiências trazidas pelos estudantes e as relaciona com assuntos estudados no espaço escolar, possibilitando ofertar significância e interação com o novo conhecimento adquirido por eles.

Entende-se que o ensino da Educação Financeira nos cursos EJA pode colaborar consideravelmente para a formação de jovens e adultos que procuram uma educação que

resgate a sua dignidade e profissionalização perante a sociedade, que respeite suas características, interesses, condições de vida, e que desenvolva estratégias com assuntos significativos que possam ajudá-los a resolverem problemas financeiros do dia a dia, demonstrando e explicando os resultados, com criticidade, criatividade, determinação, confiança, trabalho coletivo e independência, transformando-os em cidadãos preparados e capacitados para enfrentar desafios que antes tinham medo de encarar (BRASIL, 2010).

Por se tratar de jovens, adultos e idosos que carregam marcas de um ensino excludente, esses sujeitos são dotados de experiências e aprendizados adquiridos ao longo da vida, por isso os conteúdos de Educação Financeira de acordo a ENEF (2010) vêm para ampliar, com apoio de um orientador, os conhecimentos que esses estudantes já possuem, e desenvolver neles a capacidade de fazer julgamentos precisos sobre decisões financeiras por toda vida. Essa leitura de realidade permite ao estudante planejar sua vida financeira, prevenir-se em momento de recessão econômica e compartilhar os novos conhecimentos com sua comunidade.

Dessa forma, a Educação Financeira integrada ao currículo escolar da EJA, pode assessorar os estudantes introduzindo temática de natureza financeira, que os concedam a criticidade e a reflexão para tomarem decisões financeiras mais conscientes e autônomas frente aos desafios cotidianos da sociedade contemporânea e desenvolvam conhecimentos que os possibilitam consumir, economizar e investir de modo responsável e seguro, oportunizando, também, o crescimento do País.

2.4 Estudos recentes sobre educação financeira

Neste subcapítulo apresento estudos recentes de artigos e dissertações de vários autores que abordam assuntos relacionados a Educação Financeira e que contemplam o objeto de estudo dessa pesquisa.

Para Ferreira (2002, p. 258) esses estudos são definidos como “estado do conhecimento ou estado da arte” e têm:

Caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo

da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

Segundo a autora, esse tipo de estudo busca expor as produções acadêmicas e científicas sobre o assunto que se quer pesquisar, em época estipulada, por se tratar de um inventário descritivo das obras que foram produzidas.

Nesse enfoque, realizei buscas nos *sites* da biblioteca online da *SciELO*¹³, da Revista Brasileira de Ensino, Ciência e Tecnologia (RBECT) por ser voltada para publicação de produções na área do ensino e do Google Acadêmico, usando as palavras-chave “Educação Financeira” para filtrar os trabalhos científicos que enfocassem a temática como objeto de estudo, considerando o recorte temporal de janeiro de 2007 a agosto de 2020. Encontrei poucas produções científicas que contribuíram para o estudo.

No Quadro 1, apresento o resultado dos artigos publicados no portal da biblioteca *SciELO* de janeiro de 2007 a agosto de 2020. Encontrei apenas nove artigos com assuntos relacionados à Educação Financeira, e após leitura do resumo dos artigos, selecionei os quatro que mais se aproximaram do objeto de estudo e que, assim, contribuíram na construção dessa pesquisa:

Quadro 1 – Artigos publicados no portal da biblioteca *SciELO* (*Scientific Electronic Library Online*) de janeiro de 2007 agosto de 2020

Autores e Ano de Publicação	Revista	Título de Artigo
1 - SILVA, Felipe Deodato da Silva e; ESCORISA, Natália Valadão (2017).	REMP	Percepções de jovens estudantes sobre educação financeira: um estudo em Barra do Garças/MT.
2 - CUNHA, Clístenes Lopes da; LAUDARES, João Bosco (2017).	Bolema	Resolução de Problemas na Matemática Financeira para Tratamento de Questões da Educação Financeira no Ensino Médio.
3 - SILVA, Tarcísio Pedro <i>et al.</i> (2017).	Revista de Adm.	Nível de educação financeira de estudantes do ensino médio e suas reflexões econômicas.
4 - SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis (2007).	RAP	Paradigmas da educação financeira no Brasil.

Fonte: Do autor (2020).

¹³ SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. É o resultado de um projeto de pesquisa da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. A partir de 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O Projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico. Disponível: <http://www.scielo.br/?lng=pt>.

No primeiro artigo investigado, Silva e Escorisa (2017) afirmam que Educação Financeira, no contexto escolar, tem sido significativa para a formação dos estudantes. A finalidade do estudo desses autores foi identificar a percepção dos alunos sobre a Educação Financeira nas escolas. Os autores realizaram um levantamento no ementário escolar das escolas pesquisadas e observaram que não existiam atividades com o conteúdo de Educação Financeira, logo perceberam que grande parte dos estudantes não possuía o contato com essa temática.

Posto isso, Silva e Escorisa (2017) criaram um minicurso para os estudantes do Ensino Fundamental de três escolas na cidade de Barra do Garças/MT com conteúdo introdutório de gestão de finanças pessoais envolvendo noções de planejamento financeiro pessoal e conceitos de poupança e investimentos, pois na percepção dos autores, são tópicos fundamentais para uma visão geral sobre administração de finanças pessoais e para uma melhor compreensão futura de outros conceitos mais complexos.

Esse minicurso foi ofertado pelos pesquisadores nas escolas durante as aulas de matemática e, logo em seguida, houve a aplicação de um questionário para colher informações sobre a concepção dos estudantes em relação ao minicurso.

A análise dos dados evidenciou que o formato e o tempo do minicurso foram julgados adequados para o conteúdo ensinado, enquanto a temática foi reflexiva para compreender o comportamento financeiro e serviu para iniciar o debate de finanças no ambiente familiar que estão inseridos. No final, os estudantes deram sugestões para aprimorar as ações de Educação Financeira nas escolas.

No segundo artigo lido, originado de uma dissertação, Cunha e Laudares (2017) mostraram recortes de uma pesquisa cujo objeto de estudo foi a educação financeira, no qual retrataram atividades que enfocaram conceitos e cálculos da Matemática Financeira, com questões imersas em valores socioeconômicos.

Os autores fizeram uso da metodologia da resolução de problemas de Polya (2006), Dante (2009) e outros, proporcionando-lhes não só trabalhar com modelos da Matemática Financeira, contudo, conhecer na escola questões econômicas, sociais e políticas. No estudo, em que os sujeitos eram alunos do ensino médio, os investigadores elaboraram cinco questões com problemas, abordando conceitos e cálculos financeiros, a partir das temáticas como poupança e financiamentos. Entre elas, apenas a primeira e a segunda foram analisadas; e, pela análise de erro, ficou comprovada uma contínua melhora da postura reflexiva do estudante, não só na resolução dos problemas financeiros pelos cálculos efetuados, mas pela

interpretação das proposições em estudo. Com os resultados atingidos, interpretação e resolução, atestaram a efetividade da metodologia empregada.

O terceiro artigo estudado foi o de Silva *et al.* (2017), que por sua vez, objetivou a verificação do nível da educação financeira dos estudantes do ensino médio de rede pública, consoante aspectos individuais, demográficos e sociais. O estudo foi desenvolvido em 14 escolas da rede pública do município de Blumenau e região, os autores contaram com a participação de 4.698 discentes do ensino médio. Para o tratamento estatístico foram usados o *Excel* e *software* estatístico *SPSS*. O resultado do estudo destacou que não há uma efetivação de educação financeira entre os jovens estudantes do ensino médio, o que revelou em achados como: partes dos jovens não são obrigados a explicar aos pais em que estão gastando seus recursos financeiros; os alunos têm adquirido, em boa parte, conhecimentos financeiros com parentes, porém, há pouco diálogo sobre a prática financeira no ambiente familiar. Os autores ressaltaram que o conhecimento financeiro proveniente da escola é baixo, que é necessária uma melhoria na qualidade deste aprendizado já, inclusive na próxima fase que é a graduação. Destacaram ainda que os futuros adultos podem causar problemas sociais pela incapacidade de administrar suas finanças e os gastos de seus familiares.

Enfim, no último artigo inventariado da *SciELO*, Savoia, Saito e Santana (2007) apresentaram cinco ações que auxiliam no engajamento dos agentes públicos e privados no programa de educação financeira. Para alcançar tal finalidade, os autores realizaram um levantamento bibliográfico e documental, de modo a oferecer respaldo teórico qualitativo à descrição apresentada.

Os pesquisadores contextualizaram a relevância do assunto, em seguida, mostraram visões de autores internacionais sobre o tema e apreciaram o estágio atual nos Estados Unidos, nos países do Reino Unido, no Brasil e em outros países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE). Constataram que, no nosso país, ainda há um tratamento principiante dessa questão, determinado pelo limitado conhecimento e reduzida experiência dos agentes envolvidos no processo de capacitação financeira. Ressaltaram, ainda, que o papel das instituições de ensino é imprescindível na formação de uma cultura de poupança e na conscientização dos indivíduos para lidar com os instrumentos oferecidos pelo sistema financeiro e atender às suas demandas financeiras pessoais.

Dando continuidade as buscas, no Quadro 2 apresento apenas os dois artigos que foram publicados sobre Educação Financeira pela Revista Brasileira de Ensino, Ciência e Tecnologia (RBECT), de janeiro de 2007 a agosto de 2020, que corroboram com esta

pesquisa:

Quadro 2 – Artigos publicados na RBECT de janeiro de 2007 a agosto de 2020

Autores e Ano de Publicação	Revista	Título de Artigo
1 - GROENWALD, Claudia Lisete Oliveira; OLGIN, Clarissa de Assis (2018)	RBECT	Educação financeira no currículo de matemática do ensino médio.
2 - GADOTTI, Ana Carolina; BAIER, Tânia (2017).	RBECT	Educação financeira por meio de dados reais: atividades didáticas para a educação básica.

Fonte: Do autor (2020).

O primeiro artigo pesquisado é das autoras Groenwald e Olgin (2017). Elas fizeram um recorte da pesquisa Educação Financeira na Escola, cujo objetivo foi investigar situações relacionadas à Educação Financeira para o desenvolvimento de atividades didáticas aplicáveis no currículo de matemática, do Ensino Médio, com uma visão crítica de educação matemática. A investigação seguiu os pressupostos da pesquisa qualitativa, tendo como foco conhecer, entender e interpretar os aspectos particulares do objeto em estudo que levou à construção de atividades didáticas envolvendo questões trabalhistas, em especial, a Lei do Empregado Doméstico, buscando uma visão crítica em relação ao tema abordado. Os resultados observados indicaram que os estudantes do Ensino Médio não conheciam a temática abordada, demonstraram interesse no desenvolvimento das atividades e conseguiram aplicar os conteúdos matemáticos na situação apresentada.

No último artigo lido do Quadro 2 as autoras Gadotti e Baier (2017) relataram duas atividades aplicadas com alunos de uma turma dos anos finais do ensino fundamental e descreveram a importância da Educação Financeira no mundo escolar e na vida das pessoas, refletindo sobre o cenário atual financeiro da população brasileira e o problema do consumismo. Com os resultados, as autoras constataram que a maioria dos estudantes compreendem os conceitos e a importância da Educação Financeira no mundo escolar e no seu dia a dia. Por fim, as atividades instigaram os discentes a refletirem sobre suas práticas financeiras em seu cotidiano, como também na resolução das atividades propostas na pesquisa.

Observei que os dois artigos abordaram a Educação Financeira de maneiras distintas e os sujeitos da pesquisa de séries diferentes, o primeiro artigo de Groenwald e Olgin (2017) trabalhou com alunos do ensino médio e as autoras Gadotti e Baier (2017), do segundo artigo, com uma turma do ensino fundamental, mas o inusitado deu-se no comparativo entre resultados relatados pelas pesquisadoras, em que os alunos de ensino médio, do artigo 1,

desconheciam a temática, já a maioria dos discentes do ensino fundamental, do artigo 2, compreendiam e assimilavam bem os conceitos e a relevância da Educação Financeira no ambiente escolar e na vida pessoal. Os resultados evidenciaram que não há idade para aprender a Educação Financeira, o quanto antes melhor, e que a aplicação da Educação Financeira capacita o cidadão na resolução de problemas relacionados às finanças.

Para finalizar esse subcapítulo, apresento o Quadro 3 com os resumos dos artigos e dissertações publicados no Google Acadêmico de janeiro de 2007 a agosto de 2020. Durante as pesquisas encontrei vinte e seis trabalhos sobre Educação Financeira, dentre deles escolhi os oito que mais se aproximaram com o meu objeto de estudo.

Quadro 3 – Dissertações e artigos publicados no Google Acadêmico de janeiro de 2007 a agosto de 2020

Autores e Ano de Publicação	Instituição/Revista	Título de Dissertação e Artigo
1 - MORAES, Aline Reissuy de <i>et al.</i> (2020).	REVEMAT	Artigo: Educação financeira escolar: uma proposta para o ensino médio.
2 - VIDAL, Yollanda Débora Rocha Lopes; SILVA, Kennedy Paiva da; VALDEVINO Rosângela Queiroz Souza (2020).	RCC	Artigo: Percepção dos discentes de ciências contábeis sobre educação financeira.
3 - FERREIRA, João Batista; CASTRO, Iara Maria (2020).	RARA	Artigo: Educação financeira: nível de conhecimentos dos alunos de uma instituição de ensino superior.
4 - LUZ, Jerfferson Oliveira Cristovão da; SANTOS, Marcio Eugen Klingenschmid Lopes dos; JUNGER, Alex Paubel (2020).	RENCIMA	Artigo: Educação financeira: um estudo de caso com jovens do ensino médico na cidade de São Paulo.
5 - JANISCH, Adriane Beatriz; JELINEK, Karin Ritter (2020).	Brazilian Journal of Development	Artigo: Explorando a educação financeira no ensino fundamental: um estudo de possibilidades a partir das orientações da BNCC.
6 - NASCIMENTO, Ana Alice Nogueira do (2020).	FAUESP	Artigo: Educação financeira nas escolas públicas: uma abordagem matemática e social.
7 – SCHNEIDER, Tcharles (2019).	Univates	Dissertação: Educação financeira: investigação com uma turma de 1º ano do ensino médio por meio de práticas colaborativas.
8 - ROSSETTO, Júlio César (2019).	Univates	Dissertação: Educação financeira crítica: a gestão do orçamento familiar por meio de uma prática pedagógica na EJA.

Fonte: Do autor (2020).

O primeiro artigo selecionado para leitura foi de MORAES *et al.* (2020), intitulado “Educação financeira escolar: uma proposta para o ensino médio”, que buscou “associar ações de Educação Financeira com as aulas de Matemática Financeira, no Ensino Médio, por

intermédio da aplicação de uma Sequência Didática, apoiada metodologicamente na Engenharia Didática e embasada teoricamente nas ideias do educador Paulo Freire” (MORAES *et al.* 2020, p. 18).

Essa proposta foi aplicada por uma das autoras em três turmas de Ensino Médio de uma escola pública. Os resultados apresentados mostram que os estudantes compreendem a importância de seguir uma vida saudável financeiramente, como também, entendem a relevância de elaborar e utilizar o planejamento para conseguir alcançar suas metas e sonhos que resultam de recursos financeiros.

Já no campo universitário, o segundo estudo dos autores Vidal, Silva e Valdevino (2020), tratou de identificar a percepção dos graduandos em Ciências Contábeis sobre educação financeira. Esse estudo foi desenvolvido com 513 alunos de três faculdades da cidade de Mossoró/RN.

Vidal, Silva e Valdevino (2020) adotaram o método levantamento de dados em campo, aplicando aos alunos participantes um questionário com 18 perguntas fechadas. Trata-se de um estudo descritivo e de natureza quantitativa. Para a tabulação de dados, os autores fizeram uso do *Excel*, na análise das informações adotaram a escala de *likert* e uma média numérica das respostas.

Os resultados encontrados por Vidal, Silva e Valdevino (2020) foram decisivos para afirmar que, não existe “uma educação financeira efetiva já que apenas 10,92% dos respondentes se sentem muito seguros com os seus conhecimentos”, e que somente “37,23% dos participantes utilizam das demonstrações contábeis para tomada de decisão ou controle orçamentário” (VIDAL; SILVA; VALDEVINO, 2020, p. 10 - 13).

Ainda no mesmo âmbito escolar, Ferreira e Castro (2020) buscaram identificar o nível de conhecimento dos alunos de graduação dos cursos de administração, ciências contábeis, pedagogia e psicologia sobre gestão financeira pessoal e comparar os conhecimentos sobre esse tema entre as diferentes áreas de estudo.

Ferreira e Castro (2020) usaram a pesquisa descritiva, de natureza quali-quantitativa com um estudo de caso como metodologia. Esses autores aplicaram, aos 98 participantes, um questionário a fim de comparar a visão dos alunos dos diferentes cursos sobre finanças pessoais. Os resultados encontrados por Ferreira e Castro (2020) foram:

- ✓ Os estudantes têm muita dificuldade de lidar com suas finanças, não têm controle das suas receitas e despesas, pois lhes faltam planejamento, que o pouco conhecimento que têm sobre a temática aprenderam com a família, mas nem sempre os familiares

têm conhecimento suficiente de Educação Financeira para ensinar, a instituição que estudam é tida como uma forma de apoio, já a escola é pouco citada como um ambiente para obter conhecimentos, pois ainda carece de disciplinas que consigam auxiliar no desenvolvimento de jovens e adultos educados financeiramente (FERREIRA; CASTRO, 2020).

- ✓ Não existem muitas diferenças em relação ao nível de conhecimento sobre finanças entre os cursos, porém podemos destacar a questão da segurança para administrar os recursos. Enquanto os alunos de pedagogia e psicologia não se sentem seguros, os estudantes de administração e contábeis possuem essa segurança (FERREIRA; CASTRO, 2020).

Ferreira e Castro (2020) concluíram seu estudo dizendo que a educação financeira, mesmo na graduação, não é tão eficaz, como seria se fosse estudada desde as séries iniciais e fizesse parte da nossa cultura.

A pesquisa de Luz, Santos e Junger (2020) teve como finalidade identificar como os jovens controlam suas finanças e “orientá-los de como podem melhorar a gestão de seus recursos”. Esta pesquisa foi realizada com 124 alunos de uma escola pública estadual e com 118 estudantes de uma escola particular. Os autores aplicaram um questionário com 9 perguntas fechadas como instrumentos de coleta de dados com o objetivo de entender a relação dos participantes com as finanças que lhes são submetidas (LUZ; SANTOS; JUNGER, 2020, p. 1).

Com esta pesquisa, Luz, Santos e Junger (2020) constataram que, a maioria dos alunos respondentes sabem o que é Educação Financeira e admitem a relevância de serem orientados por seus familiares sobre esses assuntos ainda na adolescência. Esses jovens afirmam também a importância de fazer e acompanhar o controle orçamentário intermediado por um planejamento, pois assim tornar-se-ão cidadãos conscientes e responsáveis financeiramente, capazes de identificar e ampliar medidas que evitem o desequilíbrio de suas finanças, o endividamento e até mesmo a inadimplência.

No quinto artigo, estudo realizado por Janisch e Jelinek (2020) intitulado “explorando a educação financeira no ensino fundamental: um estudo de possibilidades a partir das orientações da BNCC”, teve como objetivo “estruturar um conjunto de atividades que abordassem a Educação Financeira no Ensino Fundamental, proporcionando ações, reflexões e conhecimentos sobre a importância de uma vida financeira equilibrada” (JANISCH; JELINEK, 2020, p. 1).

Essa pesquisa é de abordagem qualitativa e caracteriza-se como um estudo de caso, com alunos do 8º ano do Ensino Fundamental. As práticas pedagógicas desenvolvidas pelas autoras mostram que os alunos participantes já tinham conhecimentos prévios sobre Educação Financeira. A atividade chamada “vamos planejar um negócio próprio?”, foi considerada a mais importante pelos alunos, pois eles envolveram-se de tal forma que pareciam realmente estar abrindo seu próprio negócio. Ao longo dessas propostas foram feitas correlações entre os conteúdos do currículo atrelados aos conceitos que envolvem o cotidiano, consumo e consumismo. O conjunto de atividades realizadas também contribuíram para qualificação e formação das autoras (JANISCH; JELINEK, 2020).

O artigo Educação Financeira nas escolas públicas: uma abordagem matemática e social de Nascimento (2020), buscou analisar a importância da inserção da Educação Financeira na rede pública de ensino, objetivando preparar cidadãos para a vida, para que possam agir de modo apropriado, saudável e com responsabilidade diante de situações relacionadas a assuntos financeiros.

A autora concluiu, em sua pesquisa bibliográfica, que o estudo de Educação Financeira precisa ensinar que a responsabilidade social e a ética devem participar do ganho e utilização do dinheiro, que os jogos de computadores também são fundamentais para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem da temática, inclusive citou o autor Theodoro (2019) que menciona em suas obras o *Cashflow 101*, que é um jogo de tabuleiro no qual o jogador deverá organizar seus rendimentos para quitar suas contas sem depender do salário; o *Banco Imobiliário*, o *Monopoly*, entre outros.

Nascimento (2020) sugere também inúmeras atividades de Theodoro (2019) durante o ano letivo, de acordo a faixa etária dos alunos, como: palestras motivacionais sobre economia doméstica, uso de laboratório de informática para confeccionar planilhas de orçamento, visitar bancos e comércios diversos, atividades de apoio psicológico para que os alunos sejam orientados a distinguir conceitos de desejos e necessidades. A autora finaliza dizendo que: “a importância e necessidade de colocar a Educação Financeira como parte da grade curricular nos diversos níveis de ensino, abre um leque de oportunidades para novas pesquisas nessa área tão carente de bases teóricas” (NASCIMENTO, 2020, p. 14).

O estudo feito por Schneider (2019) com 24 estudantes do 1º ano do ensino médio de uma escola pública de Vera/MT, que teve por objetivo “investigar como oportunizar o processo de tomada de decisões financeiras de acordo com suas reais condições e prioridades, harmonizando desejos e necessidades ao planejamento financeiro”.

Essa pesquisa foi caracterizada como qualitativa, assemelhando-se a um estudo de caso e organizada para 12 encontros. “A coleta de dados ocorreu por meio de gravação de áudios, observação, caderno de campo do pesquisador, entrevista coletivas por meio de rodas de conversas e análise dos documentos produzidos, como pesquisa de preços e planilhas de custo” (SCHNEIDER, 2019, p. 1).

A proposta pedagógica de Schneider (2019) apresentou resultado satisfatório para o aprimoramento do processo de tomada de decisão financeira, proporcionando aos alunos a associação dos desejos com a realidade. Apresentou também um potencial alfabetizador financeiro, que se identifica, nas práticas financeiras, a correlação do processo de tomada de decisão sabendo avaliar a diferença entre desejos, necessidade e bem-estar.

O último trabalho analisado foi de Rossetto (2019) buscou “investigar como o desenvolvimento de uma prática pedagógica embasada na Educação Financeira Crítica pode influenciar na gestão do orçamento familiar de alunos do 2º Ano do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos” (ROSSETTO, 2019, p. 1).

Esta proposta pedagógica foi desenvolvida na cidade de Vera/MT, com 27 estudantes do 2º ano do ensino médio da EJA. Esse estudo possui abordagem qualitativa, caracterizada como estudo de caso, a análise dos dados se deu por intermédio de triangulação de Freitas e Jabbour (2011). As informações foram obtidas a partir de questionários, fotografias, gravações de áudios, diário de campo do pesquisador e materiais feitos pelos estudantes.

Após sua análise, Rossetto (2019) destaca os seguintes resultados encontrados:

a) constatou-se que 18,5% dos alunos possuíam um controle de suas despesas e receitas, controle este iniciado pelos demais no decorrer da pesquisa; b) os alunos compreenderam a relevância de se efetuar uma pesquisa de preço; c) a pesquisa propiciou reflexões sobre a importância de pequenas quantias de dinheiro; d) verificou-se que alguns estudantes apresentavam características de um analfabeto financeiro; e) a intervenção propiciou aos alunos evidenciar as contribuições da Matemática para a resolução de situações-problemas que envolvem as finanças. Sendo que ao final da pesquisa foi produzido e disponibilizado um produto educacional (ROSSETTO, 2019, p. 1).

Após leitura analítica dos trabalhos científicos selecionados nesse subcapítulo, destaco dois pontos que considero relevantes para pesquisa: o ensino da Educação Financeira como um potencial alfabetizador financeiro e o anseio da inserção de assuntos relacionados à Educação Financeira no currículo escolar das instituições de ensino, fatores que podem possibilitar ao estudante o desenvolvimento de sua autonomia e criticidade financeira mediante situação-problema baseado na sua realidade.

Esses estudos serviram para enriquecer a compreensão sobre a temática para

construção dessa dissertação, em que propus investigar como tem ocorrido a abordagem do tema Educação Financeira, e compreensões desta para as turmas da EJA de uma instituição federal de ensino, por meio da análise documental dos ementários e por questionário, que resultaram em uma proposta curricular de Educação Financeira para os cursos envolvidos nesse estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo descrevo os caminhos metodológicos de desdobramento da presente pesquisa, no qual apresento a caracterização, o local da realização do estudo, os participantes envolvidos, os métodos de coleta de dados e a análise deles, a partir de Godoy (1995), Creswell (2007), Moraes e Galiazzi (2007), Gil (2008) e Gerhardt e Silveira (2009).

Início caracterizando o estudo quanto ao método de abordagem de natureza qualitativa com a finalidade de investigar como tem ocorrido a abordagem dos conteúdos de Educação Financeira e compreensões dessa discussão para as turmas dos Cursos Técnicos Integrados de Ensino Médio na modalidade EJA do IFG, objetivando identificar o nível de conhecimento dos estudantes e suas concepções sobre a temática, através de questionário.

Quanto à abordagem qualitativa Godoy (1995) esclarece as seguintes particularidades desta metodologia:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; [...] valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. [...] aqui o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados; [...] é descritiva; [...] visa à compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados. [...] os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados ou produto. O interesse desses investigadores está em verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias. Não é possível compreender o comportamento humano sem a compreensão do quadro referencial (estrutura) dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações (GODOY, 1995, p. 62-63).

Os resultados alcançados por esses processos qualitativos permitem ao pesquisador entender um tanto sobre a realidade de mundo na qual os participantes do estudo estão inseridos, buscando compreender particularidades que se manifestam no convívio social das mais diversificadas comunidades. Nessa percepção, o objeto desse estudo tem seu fundamento baseado em uma abordagem qualitativa, que articula a teoria com a experiência ou conhecimento adquirido ao longo da vida do indivíduo e suas compreensões sobre determinada temática.

Godoy (1995) salienta, ainda, que não há possibilidade de entender a conduta

humana, sem a compreensão da prática social em que os indivíduos criam e interpretam seus pensamentos, afetos e atitudes, tendo como apoio a sua singularidade. Dessa forma, o sujeito e o ambiente têm de ser observados como um todo, tendo que considerar as informações, os elementos, os dados e os conhecimentos que estão correlacionados com o ambiente envolvido. Lembrando que o foco dos pesquisadores qualitativos está no processo e não apenas nos resultados (GODOY, 1995).

Nesse viés, Gil (2008) reconhece que essa abordagem faz uma interação entre mundo real e investigados, com a presença direta e interativa do pesquisador no ambiente e na situação que está sendo analisada, por meio de estudo de campo intensivo, examinando como os participantes reagem aos assuntos que estão sendo abordados e seus múltiplos significados.

Concordando com Godoy (1995) e Gil (2008), o método qualitativo possibilita o investigador interpretar e descrever de diversas formas as atitudes, as compreensões, os conhecimentos e as informações sobre os participantes do estudo com transparência e qualidade nos tratamentos dos dados obtidos.

Quanto aos objetivos, da abordagem deu-se por meio da pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória por ser um estudo com o objetivo de explorar um problema ainda pouco conhecido. Atualmente, no IFG não há registros de pesquisas sobre a temática de Educação Financeira. De caráter descritivo por descrever o conhecimento prévio do estudante sobre Educação Financeira e sua compreensão sobre este assunto, por meio de questionário.

Do ponto de vista teórico de Gil (2008), a pesquisa exploratória é reconhecida na fase inicial de um estudo para torná-lo mais claro e usualmente em temática pouco explorada (que é o caso desta dissertação), com o propósito de validar instrumentos e ocasionar uma maior aproximação do assunto a ser investigado, ampliando o conhecimento do pesquisador em relação ao campo de estudo. Além do que foi exposto, os estudos exploratórios ampliam, desvendam e transformam concepções e conhecimentos, servindo como pontapé para elaboração da pesquisa descritiva (GIL, 2008).

Quanto ao estudo descritivo, Gil (2008) procura descrever, analisar, identificar e interpretar os acontecimentos do mundo físico sem que o pesquisador interfira neles, com o propósito primordial de apresentar as características de população específica ou fenômeno. Uma das características mais significativa para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos da pesquisa descritiva está na aplicação de procedimentos técnicos padronizados de coleta

de dados, como o questionário.

[...]. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2008, p. 78).

Este modelo de pesquisa busca descrever o comportamento e as descobertas da população numa determinada situação, no caso do presente estudo são as concepções e os conhecimentos prévios dos alunos participantes frente às questões relacionadas à Educação Financeira.

3.1 Lócus e participantes da pesquisa

Essa pesquisa foi desenvolvida com os estudantes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Alimentos e Modelagem do Vestuário (**Câmpus Aparecida de Goiânia**) e Enfermagem (**Câmpus Goiânia Oeste**) da EJA do IFG que concordaram em participar desse estudo. Importante ressaltar que os *Campi* do IFG estão localizados no Estado de Goiás na região Centro-Oeste do Brasil e que os cursos são específicos de cada Câmpus, segundo a demanda do mercado de trabalho da região ou cidade.

Usei como critérios de escolha pelos dois *Campi* e pelos 3 cursos pelo fato da proximidade da residência, na capital goiana, e pelo fato do pesquisador desenvolver suas atividades laborais na reitoria do IFG, facilitando assim o acesso aos documentos institucionais pesquisados e aos estudantes dos cursos, participantes dessa pesquisa.

Para melhor ilustrar os *Campi* onde a pesquisa foi realizada apresento nas Figuras 6 e 7 as fotos retiradas do *site* do IFG mostrando imagens do Câmpus Aparecida de Goiânia e Câmpus Goiânia Oeste, e, na Figura 8 à localização do Estado de Goiás e da sua capital no mapa brasileiro.

Figura 6 – Foto do Câmpus Aparecida de Goiânia, localizado na Av. Universitária Vereador Wagner da Silva Ferreira, Quadra 1, Lote 1-A S/N – Aparecida de Goiânia



Fonte: Site do IFG (<http://www.ifg.edu.br/estudenoifg/17-ifg/ultimas-noticias/10104-historia-do-ifg>).

Inaugurado em abril de 2012, o Câmpus Aparecida de Goiânia do IFG oferta cursos técnicos integrados ao ensino médio em tempo integral e nas modalidades EJA e EaD, que abrangem os eixos tecnológicos de Produção Alimentícia, Infraestrutura, Controle e Processos Industriais e Produção Cultural e Design. Em nível superior, graduação nas de Ciências Humanas e Linguística, Engenharias, Letras e Artes (*SITE DO IFG* <https://www.ifg.edu.br/aparecida/apresentacao>).

Figura 7 – Foto do Câmpus Goiânia Oeste, localizado na Av. C-198, 743 - Jardim América, Goiânia



Fonte: Site do IFG (<http://www.ifg.edu.br/estudenoifg/17-ifg/ultimas-noticias/10104-historia-do-ifg>).

O Câmpus Goiânia Oeste do IFG começou suas atividades em março de 2014, ofertando Licenciatura em Pedagogia como curso superior e quatro cursos técnicos integrados ao ensino médio, sendo três ofertados em tempo integral, o Técnico em Análises Clínicas, Técnico em Nutrição e Dietética e Técnico em Vigilância em Saúde, e um curso Técnico em Enfermagem na modalidade EJA, com os eixos tecnológicos da Educação e Saúde, e tem como foco de trabalho a Promoção da Saúde (*SITE DO IFG* <https://www.ifg.edu.br/goianiaoste/apresentacao>).

Figura 8 – Localização do Estado de Goiás e sua capital no mapa brasileiro



Fonte: IBGE, 2019

De acordo com os dados do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), o Estado de Goiás ultrapassou a marca de 7 milhões habitantes. Situa-se na Região Centro-Oeste do Brasil, fazendo divisa com os estados da Bahia a nordeste, Minas Gerais a leste, sudeste e sul, Tocantins a norte, Mato Grosso a oeste, Mato Grosso do Sul a sudoeste e pelo Distrito Federal a leste.

A capital do Estado de Goiás é Goiânia, que segundo ao último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a cidade possui mais de 1,4 milhão de habitantes. Está aproximadamente a 200 quilômetros (km) de Brasília, tem uma área de aproximadamente 740 km², faz parte da Mesorregião do Centro-Oeste e é a segunda cidade mais populosa do Centro-Oeste, sendo superada apenas pela capital federal brasileira.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), instituição de ensino onde o presente estudo foi desenvolvido, iniciou suas atividades em 23 de setembro de 1909, há 109 anos, na antiga capital do Estado, Vila Boa, atualmente cidade de Goiás,

pelo decreto Nº 7.566, como o nome Escola de Aprendizes e Artífices, primeira instituição no Estado voltada para formação técnica (*SITE* do IFG <http://www.ifg.edu.br/estudenoifg/17-ifg/ultimas-noticias/10104-historia-do-ifg>).

Em 5 de julho de 1942, com a mudança da capital do Estado para Goiânia, a escola foi transferida e recebeu a nova denominação de Escola Técnica, consolidando-se como centro de excelência no ensino técnico profissionalizante (*SITE DO IFG* <http://www.ifg.edu.br/estudenoifg/17-ifg/ultimas-noticias/10104-historia-do-ifg>).

Com a Lei Nº 3.552, em 1959, a instituição alcançou a condição de autarquia federal. No ano de 1965, passou a denominação de Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), com a Lei Nº 4.759, de 29 de agosto. Nessa época, a ETFG estava organizada em quatro modalidades de Ensino técnico: o Ginásio Industrial, o Colégio Técnico Industrial, a Aprendizagem Industrial e os cursos intensivos de preparação de mão de obra industrial (*SITE DO IFG* <http://www.ifg.edu.br/estudenoifg/17-ifg/ultimas-noticias/10104-historia-do-ifg>).

Por meio do decreto sem número, de 22 de março de 1999, a Escola Técnica Federal de Goiás foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), passando a atuar também no ensino superior (*SITE DO IFG* <http://www.ifg.edu.br/estudenoifg/17-ifg/ultimas-noticias/10104-historia-do-ifg>).

Com a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – Câmpus Goiânia. A mudança concedeu maior autonomia administrativa, financeira e pedagógica, equiparando a instituição às Universidades Federais, para que possa contribuir ainda mais com a sociedade, capacitando profissionalmente os cidadãos e oferecendo ensino à população (*SITE DO IFG* <http://www.ifg.edu.br/estudenoifg/17-ifg/ultimas-noticias/10104-historia-do-ifg>).

Conforme dados encontrados no *site* do IFG, atualmente a instituição de ensino atende mais de 13 mil discentes e conta com 14 *Campi* distribuídos pelo território goiano. O IFG oferece 8 modalidades de cursos, que são: Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio – Educação de Jovens e Adultos (EJA), Técnico Subsequente (Pós Médio), Graduação Tecnologia, Graduação – Licenciatura, Graduação – Bacharelado, Especialização *Lato Sensu* e Mestrado Profissional – *Stricto Sensu*.

Antes de iniciar esse estudo, a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) do IFG assinou a Carta de Anuência (APÊNDICE A) para que essa pesquisa pudesse ser realizada. Nela houve a autorização para usar o nome, as imagens e os espaços dos *Campi* pesquisados do IFG.

Como o estudo foi realizado com pessoas, a proposta aqui exposta foi desenvolvida respeitando as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) n.º 466/12 e n.º 510/16 que estabelecem a ética em pesquisa com seres humanos, revisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFG. A Carta de Anuência foi aprovada pela CEP do IFG sob o número do CAAE: 13090819.4.0000.8082.

A coleta de dados do presente estudo foi desenvolvida no mês de julho de 2020. Antes desse processo, os estudantes que concordaram participar da pesquisa receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B) em que constam as orientações, os objetivos, os procedimentos, os benefícios, os riscos e as normas de sigilo deste estudo com a ética. Posto isso, os nomes dos participantes foram preservados, sendo definidos por meio das siglas AP1, AP2, ..., AP71.

As siglas foram atribuídas aos alunos participantes por ordem crescente de chegada dos questionários respondidos, o primeiro recebeu a sigla AP1, o segundo AP2 e assim sucessivamente.

3.2 Coleta de dados

Para a coleta de dados dessa dissertação foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa: **documentos** da Instituição de Ensino Superior (IES) com o objetivo de identificar ou não a presença da temática Educação Financeira no Projeto Pedagógico de Curso dos cursos de ensino médio EJA pesquisados (respondeu o primeiro objetivo específico deste estudo); e um **questionário** (APÊNDICE C) com perguntas fechadas e abertas com a finalidade de investigar o nível de conhecimento dos alunos participantes dessa pesquisa sobre assuntos relacionados à Educação Financeira e suas compreensões sobre a importância do tema nesses cursos.

A análise dos documentos da IES foi realizada por meio da pesquisa documental, para Gil (2008, p. 51), esta pesquisa “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. O primeiro passo de uma pesquisa documental [...] “consiste na exploração das fontes documentais” [...], no caso deste trabalho examinamos o Projeto Pedagógico, a matriz curricular e o programa de disciplinas disponíveis no *site* dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Alimentos, Modelagem do Vestuário (**Câmpus Aparecida de Goiânia**) e

Enfermagem (Câmpus Goiânia Oeste), na modalidade da EJA do IFG.

No que diz respeito ao questionário como instrumento de coleta de dados, Gil (2008, p. 121) define como:

A técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

O questionário é uma técnica composta por várias perguntas necessárias para coletar as informações da realidade dos sujeitos da pesquisa, tendo por intenção o conhecimento de ideias, experiências, interesses, aprendizado e outros. Continuando com os pensamentos de Gil (2008), o questionário dispõe de questões abertas e fechadas, necessárias para o desenvolvimento dos objetivos do estudo e conferir maior uniformidade às respostas. Nas abertas, “a questão possibilita ampla liberdade de resposta”, ou seja, o respondente fica à vontade para expressar suas concepções acerca do que foi questionado (GIL, 2008, p. 122). Enquanto nas fechadas “pede-se aos respondentes para que escolham uma alternativa dentre as que são apresentadas numa lista” (GIL, 2008, p. 123). Nessa modalidade o respondente escolhe a opção que melhor revele sua opinião.

Posto isso, entendo que o questionário seria a estratégia de coleta de dados mais importante para atingir os objetivos da pesquisa, pois envolve perguntas diretas aos participantes com a finalidade de buscar informações acerca de seus conhecimentos e suas compreensões sobre a problemática levantada, para em seguida realizar uma análise qualitativa, a fim de conseguir uma interpretação das informações obtidas.

O questionário foi elaborado através de formulário *Google docs*, para gerar celeridade e eficácia na coleta e tabulação dos dados. Logo após, fiz um ensaio piloto do questionário com cinco estudantes (que não participaram da coleta de dados), via *WhatsApp*, para compreensão das perguntas e verificação do tempo de resposta. Após estes procedimentos, o formulário *Google docs* foi enviado via *WhatsApp* aos 170 alunos participantes dos cursos selecionados para essa pesquisa, os 71 questionários que retornaram foram analisados.

Os dados e as informações coletados no Projeto Pedagógico, na matriz curricular e no programa de disciplina dos Cursos Técnicos Integrados em Alimentos, Enfermagem e Modelagem do Vestuário, na modalidade EJA dos *Campi* Aparecida de Goiânia e Goiânia Oeste do IFG, para saber se há menção de Educação Financeira foram analisados por meio da análise textual discursiva (ATD).

3.3 Análise dos dados coletados

A etapa da análise de dados configura-se em uma das mais importantes do estudo, principalmente nas pesquisas qualitativas. Esta fase é definida por Creswell (2007, p. 208) como sendo:

Um processo contínuo durante a pesquisa. Envolve análise das informações dos participantes, e os pesquisadores geralmente empregam os passos de análise encontrados dentro de uma estratégia de investigação específica. Passos mais genéricos incluem organização e preparo dos dados, além de leitura inicial das informações, codificação dos dados, desenvolvimento - a partir dos códigos - de uma descrição e análise temática, e representação dos resultados em tabelas, gráficos e figuras.

O processo da análise de dados permeia a extração das informações colhidas durante o desenvolvimento da pesquisa, envolvendo a preparação dos dados para análise. Nessa fase, verifica-se as informações obtidas sintetizadas em textos, diagramas, gráficos, figuras, tabelas estatísticas e outros. A partir desse momento é hora de descrever as conclusões com textos que ofereçam soluções a problemática da pesquisa.

Portanto, as respostas dos estudantes das perguntas fechadas (objetivas) do questionário foram analisadas utilizando-se da análise descritiva (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Nessa etapa measurei as variáveis qualitativas nominais dos participantes como gênero e idade, e descrevi as opiniões deles sobre assuntos relacionados à Educação Financeira sem manipular o resultado, tabulando os dados de acordo a opção escolhida no questionário. De acordo Gerhardt e Silveira (2009) as pesquisas descritivas são as que mais se adéquam aos estudos de opiniões e atitudes.

Já as informações e os dados coletados nas questões abertas (subjetivas) do questionário foram examinados por aproximações da Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiuzzi (2007), definida por eles como:

Um processo integrado de análise e de síntese que se propõe a fazer uma leitura rigorosa e aprofundada de conjuntos de materiais textuais, com o objetivo de descrevê-los e interpretá-los no sentido de atingir uma compreensão mais complexa dos fenômenos e dos discursos a partir dos quais foram produzidos (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 114).

Esse processo de Moraes e Galiuzzi (2007) compreende a metodologia de análise e informações de método qualitativo auto estruturado, com o objetivo de produzir novos entendimentos dos fenômenos. Essa construção de novos conhecimentos segundo Moraes e Galiuzzi (2007) emerge a partir de três elementos: a unitarização (desconstrução dos textos);

a categorização (construção de categorias para estabelecer relação entre os componentes unitários e produção de um novo texto com ideias relevantes e justificativas ao significado descrito); e por último a comunicação (que o captar de uma nova compreensão é comunicada e validada para o texto final da dissertação). Contudo, na reescrita de cada uma dessas categorias o texto vai ganhando um significado mais completo (MORAES; GALIAZZI, 2007).

Por se tratar de um momento extremamente relevante, procurei agregar as informações parecidas para facilitar as suas descrições e investigar com um olhar cuidadoso os materiais respondidos durante a pesquisa pelos participantes para não deixar passar nenhuma informação despercebida, transcrevendo todas as particularidades sem julgamentos, com qualidade e confiabilidade.

Após a análise das informações obtidas por meio dos documentos institucionais e do questionário, propus a inclusão da disciplina de Educação Financeira na matriz curricular dos cursos da EJA do IFG que foram pesquisados, podendo essa inserção ser estendida aos demais *Campi* da Instituição. Esta proposta é apresentada no capítulo 4 a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de iniciar este capítulo quero enfatizar as limitações encontradas e alterações na proposta original feitas devido à pandemia do Coronavírus (COVID-19) ocorrida no ano de 2020, durante o período de coleta de dados. Em consequência à evolução dos infectados por esse vírus em todo o planeta, que resultou em milhares de óbitos, uma das medidas tomadas pelos nossos governantes foi o fechamento dos estabelecimentos escolares.

Com a suspensão das aulas nas redes do IFG, a aplicação do questionário presencial ficou comprometida. A alternativa encontrada foi o envio do questionário via *e-mail* aos alunos participantes, mas a maioria dos estudantes, indicou em seu cadastro um endereço eletrônico de familiar, ou amigo, ou ainda inativo, o que dificultou o recebimento e retorno do questionário enviado.

Preocupou-me essas limitações, dessa maneira houve o contato com o professor coordenador do Curso Técnico Integrado em Alimentos e juntos pensamos na possibilidade de enviar o questionário aos alunos do curso via *WhatsApp*. Esta ideia mostrou-se estratégica, pois revelou-se efetiva junto aos alunos, já que o coordenador havia criado previamente um grupo com alunos nesse aplicativo para passar informações pertinentes.

A proposta foi repassada aos demais coordenadores dos cursos que até então estavam envolvidos nesse estudo. Assim houve adesão de mais duas coordenadoras de curso, que se manifestaram favoráveis à aplicação do questionário aos alunos por meio de *WhatsApp*. Com o retorno de três coordenadores, acordamos junto à orientadora quanto à continuidade da pesquisa com os alunos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Alimentos, Modelagem do Vestuário (**Câmpus Aparecida de Goiânia**) e Enfermagem (**Câmpus Goiânia Oeste**), na modalidade da EJA do IFG.

Após apresentar os ajustes realizados no estudo, inicio a apresentação dos resultados com a primeira variável pesquisada, que é identificar a presença do tema Educação Financeira na matriz curricular dos Cursos Técnicos Integrados de Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), dos Câmpus Aparecida de Goiânia e Goiânia Oeste do IFG.

Para alcançar êxito no resultado dessa variável utilizei a pesquisa documental. Para esse fim, dediquei os meses de maio e junho do corrente ano para analisar o PPC, a matriz curricular e o programa de disciplinas disponíveis no *site* das coordenações dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Alimentos, Modelagem do Vestuário (**Câmpus Aparecida de Goiânia**) e Enfermagem (**Câmpus Goiânia Oeste**), na modalidade da EJA do IFG.

Após estudos aprofundados nos documentos disponibilizados pela IES para responder a variável pesquisada, utilizei como parâmetro a análise documental das matrizes curriculares e dos programas de disciplinas dos cursos, dando maior ênfase nas disciplinas correlatas a finanças como, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Matemática e Empreendedorismo. E, a partir destas investigações seguem os resultados obtidos com a presente pesquisa.

Os dois primeiros cursos pesquisados e analisados foram os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Alimentos e Modelagem do Vestuário do **Câmpus Aparecida de Goiânia do IFG**.

O curso Técnico em Alimentos teve seu funcionamento autorizado pela Resolução CONSUP/IFG de nº 043, de 27 de dezembro 2017, com regulamentação acadêmica aprovada pela Resolução do CONSUP/IFG de n.º 008 de 30 de março de 2017, sendo seus termos convalidados a partir de 12 de dezembro de 2016, de acordo com Art. 2º deste regulamento (SITE IFG <http://w2.ifg.edu.br/index.php/resolucoes>).

Esse curso oferece 30 vagas anuais, tem como eixo tecnológico a Produção Alimentícia, contém uma carga horária de 2.500 horas obrigatórias, sendo 2.160 horas em disciplinas, 100 horas em Estágio Curricular Supervisionado e mais 240 horas em atividades complementares, que devem ser ministradas no prazo normal de 6 (seis) semestres, no período noturno (SITE DO IFG <http://cursos.ifg.edu.br/info/tecint-eja/tia-eja/CP-APA>).

O curso Técnico em Alimentos oferta a disciplina de Matemática em todos seus períodos, mas somente na ementa do segundo semestre que os alunos estudam um tópico relacionado a finanças, denominado porcentagem, e no 5º período é ofertada a disciplina de Administração de Empresas Agroindustriais, mas esta não apresenta conteúdos referentes a Educação Financeira.

O segundo curso pesquisado foi o Técnico em Modelagem do Vestuário, seu funcionamento foi autorizado pela Resolução CONSUP/IFG de nº 014, de 05 de maio de 2017, com regulamentação acadêmica aprovada pela Resolução do CONSUP/IFG de n.º 008

de 30 de março de 2017, sendo os estudos realizados pelos os alunos do referido curso convalidados desde seu início, em 2014/1, de acordo com Art. 2º deste regulamento (SITE IFG <http://w2.ifg.edu.br/index.php/resolucoes>).

Esse curso oferece 30 vagas semestrais, tem como eixo tecnológico a Produção Cultural e Design, contém uma carga horária de 2.406 horas obrigatórias, sendo 2.106 horas em disciplinas, 160 horas em Estágio Curricular Supervisionado e mais 140 horas em atividades complementares, que devem ser ministradas no prazo normal de 6 (seis) semestres, no período noturno (SITE DO IFG <http://cursos.ifg.edu.br/info/tecint-eja/eja-modelagem-do-vestuario/CP-APA>).

Apesar da disciplina de Matemática estar presente em todos os períodos do Técnico em Modelagem do Vestuário, apenas no segundo semestre do curso que os alunos estudam um conteúdo relativo a finanças, intitulado: porcentagem.

O terceiro e último curso pesquisado e analisado foi o Técnico Integrado Ensino Médio em Enfermagem do Câmpus Goiânia Oeste do IFG. Este curso foi autorizado a funcionar por meio da Resolução CONSUP/IFG de nº 015, de 15 de outubro de 2015, e sua regulamentação acadêmica também foi aprovada pela Resolução do CONSUP/IFG de n.º 008 de 30 de março de 2017, sendo os estudos realizados pelos os alunos do referido curso convalidados desde seu início, em 2014/2, de acordo com Art. 3º deste regulamento (SITE IFG <http://w2.ifg.edu.br/index.php/resolucoes>).

Esse curso oferece 30 vagas semestrais, tem como eixo tecnológico Ambiente e Saúde, contém uma carga horária de 2.724 horas obrigatórias, sendo 2.160 horas em disciplinas, 324 horas em Estágio Curricular Supervisionado e mais 240 horas em atividades complementares, que devem ser ministradas no prazo normal de 6 (seis) semestres, no período noturno (SITE DO IFG <http://cursos.ifg.edu.br/info/tecint-eja/eja-enfermagem/CP-OES>).

Ao realizar investigação na matriz curricular e na ementa das disciplinas do Técnico em Enfermagem ficou comprovado que esse curso não possui disciplinas ou conteúdos ligados à área de Educação Financeira.

Vale ressaltar que, para ter definido e concluído quais as disciplinas correlatas a finanças nos Cursos Técnicos Integrados na modalidade da EJA do IFG, a fim de encontrar conteúdos que pudessem contemplar compreensões de Educação Financeira, precisei analisar as matrizes curriculares e os programas de disciplinas dos cursos envolvidos na pesquisa.

Após essa análise realizada nos documentos dos Cursos Técnicos Integrados ao

Ensino Médio pesquisados na modalidade da EJA do IFG, ficou comprovado que os cursos Técnicos em Alimentos e Modelagem do Vestuário apresenta na disciplina de matemática do segundo período conteúdos de porcentagem que estão relacionados às finanças. Enquanto o curso técnico em Enfermagem não apresenta conteúdos de Educação Financeira.

Já para a educação básica e pública (estadual/municipal) de Goiás, a Educação Financeira com conteúdo transversal é uma realidade, segundo a pesquisa de mestrado desenvolvida por Cardoso (2018). Esse estudo analisou e compreendeu os dois programas ministrados pelos professores aos alunos da rede pública de Goiás em tempo integral sobre Educação Financeira, o Programa Educação Financeira na Escola ²⁸e o Programa Mais Educação²⁹ no Macrocampo³⁰: Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica (Educação Financeira Fiscal).

Dando continuidade ao estudo, o segundo objetivo específico desse trabalho foi investigar o conhecimento dos estudantes participantes sobre a temática Educação Financeira e suas compreensões sobre a importância do assunto para os cursos que eles frequentam. Para isso usei como instrumento de coleta de dados o questionário, conceituado por Gil (2008) como um instrumento técnico que envolve questões abertas e fechadas diretas aos participantes com a finalidade de buscar informações acerca de seus conhecimentos e suas compreensões sobre a problemática levantada.

Esse questionário (APÊNDICE C) é composto por 18 perguntas, sendo 15 fechadas e 3 abertas, criado com base em algumas variáveis como nível de conhecimentos sobre conteúdos de Educação Financeira, decisões financeiras relacionadas a compra e formas de pagamento, endividamento e compreensão sobre planejamento financeiro. Contém também perguntas para identificar o perfil dos alunos participantes, como gênero, idade e tempo que não frequentavam o ambiente escolar.

O questionário foi enviado aos grupos de alunos de *WhatsApp* pelos coordenadores de cada curso. No dia 09 de julho de 2020, a coordenadora do curso de Enfermagem enviou o questionário aos grupos de seus alunos, no dia 12 de julho foi a vez da coordenadora do

²⁸ O Programa Educação Financeira nas Escolas, instituído pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), através do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Este programa é uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, que tem participação do Ministério do Esporte, da Educação, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Defesa, da Ciência e Tecnologia, da Cultura e da Controladoria Geral da União.

²⁹ O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007 e pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, lançado pelo Ministério da Educação (MEC).

³⁰ O Programa Mais Educação possui 61 opções de oficinas, por isso, a especificação da nomenclatura Macrocampo.

curso Modelagem do Vestuário e no dia 13 do mesmo mês e ano o coordenador do curso Alimentos, a data do envio do questionário foi estabelecida pelos coordenadores de curso.

Ao todo, os grupos são formados por 170 (cento e setenta) alunos. Recebi 71 questionários respondidos, um índice de retorno de 41,77% dos questionários enviados, um percentual considerado satisfatório em pesquisa por Marconi e Lakatos (2005), pois para as autoras os questionários enviados para os respondentes atingem em média 25% de devolução.

Estipulei um período de 12 dias a partir do dia 09 de julho 2020 do primeiro envio para recebimento das respostas, o período foi encerrado em 20/07/20. As informações coletadas foram analisadas e descritas abaixo.

Para uma melhor visualização do perfil dos alunos participantes, a seguir na Tabela 1, foram organizados os resultados das variáveis sexo, idade e tempo fora do ambiente escolar antes de iniciar o curso EJA.

Tabela 1 – Perfil dos alunos participantes

Variável	Níveis de variáveis	% dos participantes	Respondentes
Sexo	Homens	16,9%	12
	Mulheres	83,1%	59
Total		100%	71
Idade	18 anos	0%	0
	19 a 25 anos	16,9%	12
	Acima dos 25 anos	83,1%	59
Total		100%	71
Tempo sem ir à escola	Até 1 ano	15,5%	11
	Entre 1 a 5 anos	18,3%	13
	Acima de 5 anos	66,2%	47
Total		100%	71

Fonte: Do autor (2020).

Com os resultados encontrados é possível destacar que quanto ao sexo dos

participantes existe um desequilíbrio, 83,1% dos respondentes são mulheres e 16,9% são do sexo masculino.

A pesquisa de Gomes *et al.* (2018), publicada na *Research, Society and Development*³¹ (2020), realizada no Estado do Amapá com os alunos da EJA, também mostrou uma heterogeneidade na procura dos cursos da EJA, sendo a maioria mulheres (62%), 37% homens e 1% escolheu a opção “outro”.

Já com relação à faixa etária, a classe predominante dos respondentes nessa modalidade de ensino é acima de 25 anos de idade (59 alunos), 12 participantes afirmam ter de 19 a 25 anos e não há aluno com a idade de 18 anos, totalizando 71 participantes. O estudo de Moreira (2014) desenvolvido na cidade de Santa Maria, cidade satélite de Brasília/DF, com a Educação de Jovens e Adultos também apontou que a grande maioria dos alunos entrevistados têm mais de 25 anos de idade.

A respeito da pergunta 3, antes do retorno escolar, quanto tempo o aluno participante da pesquisa não frequentava o ambiente escolar antes de se matricular no Curso Técnico ao Ensino Médio modalidade EJA do IFG, precisamente 66,2% (47 dos participantes) afirmam que já tinham mais de 5 anos que não frequentavam a sala de aula. O trabalho de Gomes *et al.* (2018), publicado em 2020, revelou que 51% dos entrevistados ficaram mais de 5 anos fora da escola antes de iniciar o curso da EJA.

Tanto a pesquisa de Gomes *et al.* (2018) quanto a presente pesquisa indicaram que mais da metade da população pesquisada estiveram fora de sala de aula por mais de 5 anos antes de iniciar o curso na modalidade EJA.

Esses respondentes são jovens e adultos que por algum motivo não puderam concluir a educação básica com a idade apropriada, e agora estão tendo a oportunidade de gozar de um ensino que possibilita resgatar seu potencial, ampliar suas habilidades, comprovar competências obtidas na educação extraclasse e na própria vida, possibilita também a este público-alvo um ensino técnico e profissional mais qualificado de acordo com seu contexto social (BRASIL, 2000).

Os alunos participantes também foram perguntados sobre qual(is) a(s) forma(s) de pagamento que eles costumam usar numa compra. Os resultados são demonstrados na

³¹ A revista *Research, Society And Development* é uma publicação científica multidisciplinar focada em promover o desenvolvimento social, científico e tecnológico por meio da publicação de descobertas ocorridas nas diferentes áreas. Trata-se de um periódico que publica diversos tipos de manuscrito nas diversas áreas do conhecimento. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_revista4197-research-society-development/Description#tabnav. Acessada em 10 de agosto de 2020.

Gráfico 1.

Gráfico 1 – Forma de pagamento escolhida pelos participantes numa compra



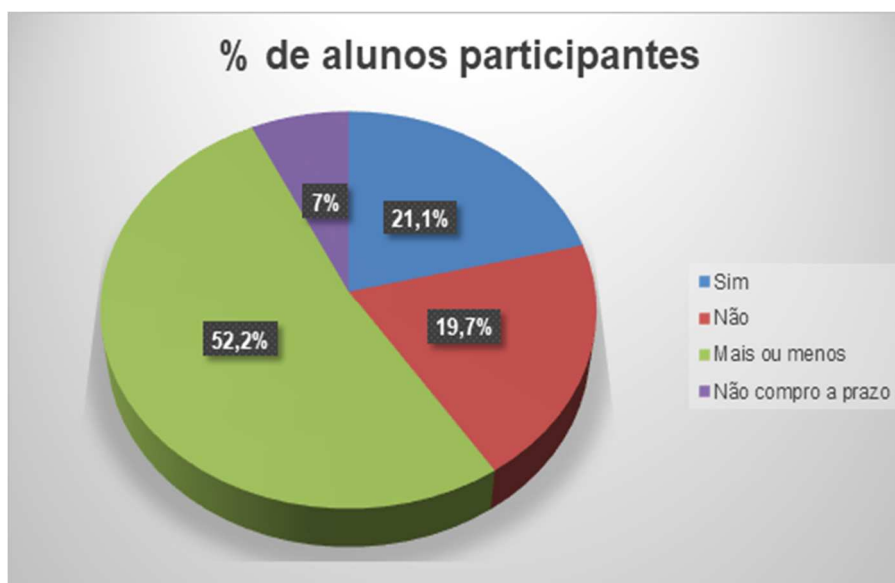
Fonte: Do autor (2020).

As respostas do Gráfico 1, revelam que dos 71 alunos participantes 34 costumam usar as duas formas de pagamento para compras, à vista e a prazo, enquanto 24 só compram à vista e 13 somente a prazo. A escolha pela resposta “compra só à vista” pode demonstrar que essa seja a única opção de compra, já que negativados costumam possuir restrições de crédito para compras a prazo.

Em comparação com o campo universitário, esta pesquisa apresenta em seu resultado na opção “forma de pagamento só à vista” (33,8% dos respondentes) uma homogeneidade em relação à pesquisa de Ferreira e Castro (2020), intitulada “Educação Financeira: nível de conhecimentos dos alunos de uma instituição de ensino superior”, em que 32,26% dos respondentes do curso de Administração afirmaram comprar só à vista.

Ainda com relação à opção pela forma de pagamento de uma aquisição, Cerbasi (2016) faz algumas ponderações sobre comprar a prazo: entender que a compra a prazo só é vantajosa se o total a ser liquidado for o mesmo à vista e fazer o controle das parcelas com o uso da planilha financeira para saber quanto de dinheiro está empenhado com as dívidas e o que ainda se pode gastar.

A próxima pergunta objetivou identificar se os alunos participantes conhecem o valor dos juros quando compram a prazo. Para isso, listei as variáveis sim, não, mais ou menos e não compro a prazo como opção de resposta. Os resultados podem ser conferidos no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Conhece os juros em uma compra a prazo

Fonte: Do autor (2020).

O primeiro ponto que se destaca no Gráfico 2 é o fato da maioria dos participantes conhecer “mais ou menos” as taxas de juros quando realiza compra a prazo, demonstrando uma certa insegurança sobre o assunto. O segundo é o fato de apenas 19,7% dos respondentes desconhecem os juros embutidos em um parcelamento. Esse resultado diverge da pesquisa realizada com mil brasileiros espalhados pelo Brasil e publicada em janeiro de 2020 pela *MindMiners*, uma empresa de pesquisa, com o objetivo de aprofundar a questão de como esses cidadãos correlacionam-se com o dinheiro, em que a grande parte dos entrevistados afirma desconhecer o valor dos juros cobrados nas compras parceladas (*MINDMINERS*, 2020).

Resultados que reforçam ainda mais a discussão de especialistas de Educação Financeira sobre a importância de o sujeito ter uma consciência financeira na hora de realizar compra parcelada. O educador financeiro Domingos (2013) sustenta a importância de as pessoas buscarem informações financeiros por intermédio de estudos de Educação Financeira para não serem enganadas pelos juros abusivos impostos pelo mercado financeiro, pois a maioria dos indivíduos pouco conhece os valores dos juros em uma aquisição parcelada ou em um financiamento bancário.

Para analisar as respostas dos participantes relacionadas ao que eles consideram determinantes para escolher a forma de pagamento em uma compra parcelada, na questão 6, listei as seguintes opções: juros baixos, quantidade de parcelas, valor das parcelas, não compro a prazo e outros. Esse último abre uma opção para o entrevistado descrever a sua

resposta pessoal. A demonstração dos resultados está detalhada na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Fator determinante para escolher a forma de pagamento na compra parcelada

Níveis de variáveis	% dos participantes	Respondentes
Juros Baixos;	44,4%	31
Quantidade de parcelas;	15,7%	11
Valor das parcelas;	35,7%	25
Não compro a prazo;	1,4%	1
“Sem acréscimo nas parcelas”;	1,4%	AP12
“Vai depender do meu financiamento, se me permitir pagar as parcelas a longo prazo, melhor”.	1,4%	AP55
Total	100 %	70

Fonte: Do autor (2020).

Em relação à Tabela 2, é possível observar que 44,4% dos respondentes estão atentos aos juros atribuídos às compras parceladas, que ao comprarem nessa modalidade de pagamento optam pelos juros baixos. Enquanto 35,7% dos alunos não se preocupam com os juros das parcelas, sempre escolhem o parcelamento pelo valor que cabe no seu orçamento.

Nota-se também na Tabela 2 que, 15,7% dos alunos respondentes optaram pela quantidade de parcelas, independente das taxas de juros embutidas no parcelamento. Este tipo de escolha, na percepção de Domingos (2013) é feito por indivíduos que não têm hábitos financeiros saudáveis, e a maioria deles são descontrolados financeiramente.

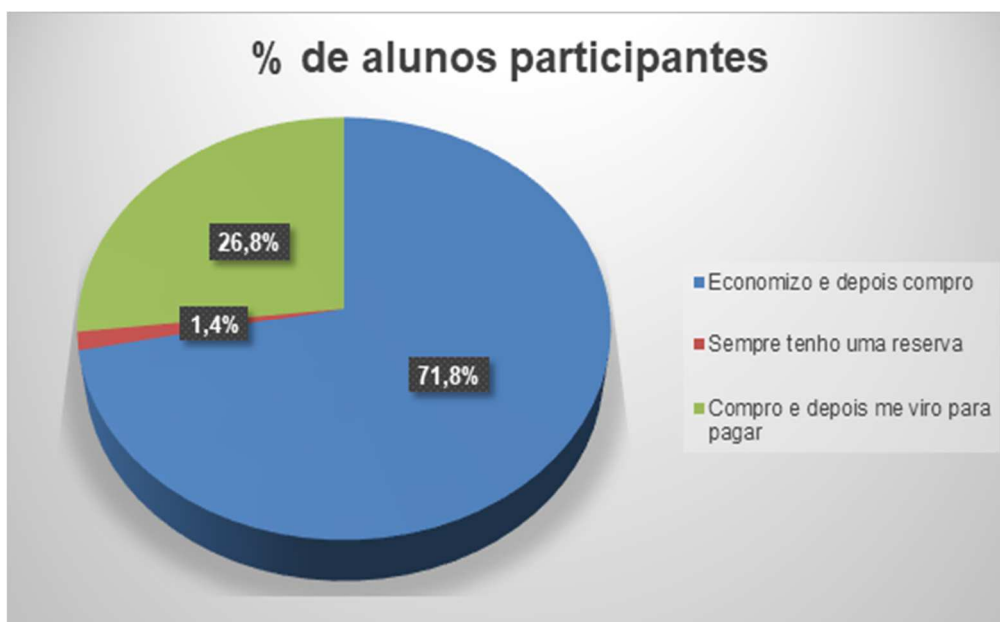
Prosseguindo, a respondente AP12 comentou que numa compra a prazo opta pelo parcelamento “sem acréscimo nas parcelas”, se for lhe dada essa opção como forma de pagamento. O aluno AP55 respondeu que “vai depender do meu financiamento, se me permitir pagar as parcelas a longo prazo, melhor”. Percebe-se que este participante não se preocupa com as taxas de juros, a preferência dele por este tipo de pagamento pode estar

correlacionada ao baixo valor da parcela, dando margem para comprar mais. Apenas um participante não respondeu a esse questionamento, pois a pergunta não era obrigatória, de acordo com uma das normas estabelecidas no TCLE (Apêndice B).

Uma pesquisa publicada no *site* da Veja em 2018 realizada pela SPC Brasil, mostrou que muitos brasileiros não analisam integralmente o impacto de um parcelamento no orçamento antes de contrair dívidas, que em cada 10 consumidores que parcelam, independentemente do valor, 15% dividem em maior número de parcelas possíveis, enquanto 18% optam pelo menor número de prestações. Outros 31% são mais cautelosos e realistas, consideram um número de prestações que mais se adequa a sua realidade financeira (VEJA, 2018). Nessa mesma matéria, a economista Marcela Kawauti do SPC Brasil alerta para a enganosa sensação de comprar sem pagar, o que o crédito propicia pode levar os consumidores desinformados ao endividamento ou até mesmo a inadimplência.

A finalidade da pergunta 7 do questionário, era investigar a opinião dos alunos participantes quando querem adquirir uma mercadoria que tem um custo alto. Para isso, disponibilizei três alternativas: economizo depois compro, sempre tenho uma reserva e compro e depois me viro para pagar. Dentre elas, escolher a que mais os definem. Os resultados são demonstrados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Preferência dos participantes quando querem adquirir uma mercadoria que tem um custo alto



Fonte: Do autor (2020).

As respostas do Gráfico 3, revelam que 71,8% dos participantes respondentes ao

adquirir uma mercadoria de custo alto, diminuem suas despesas, reservam um pouco de dinheiro e depois compram à vista para evitar o endividamento. O respondente AP7 “sempre tem uma reserva” de dinheiro para comprar com desconto e pagar a mercadoria no ato da compra. Enquanto 26,8% dos entrevistados fazem a aquisição do bem parcelado e depois dedicam-se a buscar recurso financeiro para quitar a dívida.

Os resultados da questão 7, demonstram que, mais de 70% dos participantes pensam de forma similar a CERBASI, quando querem comprar algo muito caro. De acordo Cerbasi (2016), é necessário economizar, mesmo que pouco, para comprar e pagar à vista, podendo conseguir desconto e fugir de endividamento desnecessário.

A próxima pergunta trabalhou uma temática relevante dentre os assuntos de Educação Financeira, o planejamento financeiro. Tema que de acordo com o Caderno de Educação Financeira do Banco Central do Brasil (2013, p. 20), é uma ferramenta que “contribui para realização de sonhos e projetos” de uma pessoa. Nele, é descrito e organizado toda transação de recursos financeiros, as receitas (rendas), as despesas (gastos) e os investimentos, e tem como objetivo ensinar o indivíduo a controlar seu dinheiro e melhorar a sua qualidade de vida financeira (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Esse instrumento financeiro “possibilita também o indivíduo consumir mais e melhor, “mais” por meio da potencialização do dinheiro e “melhor” via eliminação de desperdícios” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013, p. 36). Conseqüentemente, a ausência de um planejamento financeiro pode resultar no desequilíbrio das finanças ou até mesma levar a pessoa a falência financeira (DOMINGOS, 2013).

Para obter qual a compreensão dos alunos respondentes com relação ao planejamento financeiro, elenquei seis opções de respostas para questão 8, das quais o participante tinha de escolher apenas uma. Os resultados e as considerações são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Compreensão dos participantes sobre planejamento financeiro

Níveis de variáveis	% dos participantes	Respondentes
Antes de comprar consulto minhas receitas e despesas;	61,4%	43
Consigo administrar minhas finanças sem fazer um controle financeiro;	4,3%	3

Sou descontrolado financeiramente, pois não faço um controle das minhas finanças;	5,7%	4
Às vezes faço um controle financeiro das minhas finanças e às vezes não;	21,4%	15
Conheço o que é, mas não sei usar;	2,9%	2
Desconheço a temática.	4,3%	3
Total	100%	70

Fonte: Do autor (2020).

Na Tabela 3, 61,4% dos alunos afirmam saber o que é planejamento financeiro e possivelmente já trabalham com planilha de controle de receitas e despesas que os auxilia na tomada de decisões de cunho financeiro. Enquanto 4,3% dos entrevistados conseguem administrar seus rendimentos financeiros e gastos sem fazer um controle financeiro. E, outros 21,4% dos alunos admitem que às vezes fazem e outras não fazem um controle das suas finanças.

Dando continuidade aos resultados da Tabela 3, 5,7% dos participantes declaram que são descontrolados financeiramente, pois não fazem um controle dos seus recursos financeiros, resposta que de acordo Domingos (2013), esses alunos podem ter suas vidas afetadas ou até mesmo destruídas financeiramente por ignorarem o planejamento financeiro. Enquanto 2,9% já ouviram falar da temática, mas não conseguem fazer um planejamento financeiro, outros 4,3% desconhecem totalmente o assunto, e o aluno AP 15 não respondeu a esse questionamento, pois a pergunta não era obrigatória.

Já a pesquisa publicada em 28 de janeiro de 2020 pelo CNDL/SPC Brasil com 813 consumidores das 27 capitais, todos acima dos 18 anos, revela que 48% dos brasileiros entrevistados não fazem um controle do seu orçamento. Dentro desse percentual, 25% dos consumidores usam a memória para lembrar das despesas, 20% não usam nem registro de receitas e despesas e 2% delegam a responsabilidade a terceiros (SPC, 2020).

Nessa mesma pesquisa existe um outro dado preocupante com relação ao planejamento financeiro, que entre os 58% dos entrevistados que fazem o controle financeiro, a frequência de como eles descrevem e analisam as suas despesas não é adequada, 39% anotam os gastos conforme vão acontecendo, 27% só descrevem após o encerramento do mês, e apenas o restante planeja o mês com antecedência, anotando a expectativa dos ganhos e gastos do mês seguinte (SPC, 2020).

Na opinião de Marcela Kawauti, economista chefe da SPC, avaliar e repensar as

nossas despesas com antecedência nos ajuda a não sermos surpreendidos no final de cada mês pela ausência de dinheiro (SPC, 2020).

Quanto à percepção dos alunos participantes sobre comprar a prazo, na questão 9, perguntamos como eles costumam realizar o pagamento. Para isso, disponibilizei 6 alternativas, dentre elas escolher a que mais lhe representa. Abaixo, na Tabela 4, encontram-se as opções de resposta e os resultados.

Tabela 4 – Realização do pagamento parcelado por parte dos participantes

Níveis de variáveis	% dos participantes	Respondentes
Realizo o pagamento até a data do vencimento;	61,4%	43
Realizo o pagamento com atraso;	2,9%	2
Tem mês que consigo pagar até o vencimento e tem mês que não;	25,7%	18
Compro parcelado e não pago;	0%	-
Só compro à vista.	10%	7
Total	100%	70

Fonte: Do autor (2020).

A maioria dos respondentes da Tabela 4 afirma que a forma mais conveniente para honrar os seus compromissos financeiros parcelados é realizar o pagamento até o vencimento para não acarretar juros. Enquanto 2,9% dos participantes só pagam seu parcelamento em atraso, correndo o risco de perder dinheiro com as taxas de juros e mora por atraso.

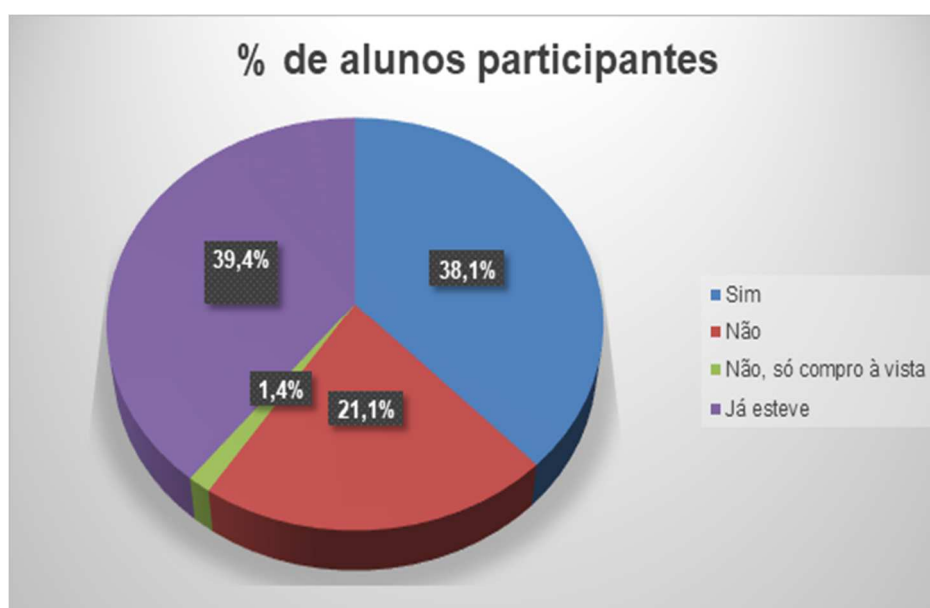
Uma grande parcela composta com 18 (25,7%) alunos participantes na Tabela 4, afirma que tem mês que consegue pagar o seu parcelamento em dia, mas tem mês que isso não acontece por descontrole financeiro. Apenas 10% dos respondentes compram à vista, não houve respondente para a opção “compro parcelado e não pago” e uma participante não respondeu a esse questionamento, pois a pergunta não era obrigatória.

Um estudo realizado pela CNDL e pelo SPC Brasil em 16 de março de 2020, revela que estar em atraso com as contas não afeta somente a vida financeira, mas também a saúde mental e física dos consumidores, e que 82,2% dos 600 entrevistados nas 27 capitais afirmam ter sofrido sentimentos negativos como ansiedade, estresse, tristeza, irritação, desânimo, vergonha e angústia. Informação importante para tentar evitar frustrações, incertezas

impactos emocionais negativos causados pela significância do endividamento (SPC BRASIL, 2020).

A décima pergunta identificou o perfil dos alunos participantes quanto à negativação do nome deles nos órgãos de proteção financeira por falta de pagamento de dívida. Como respostas, as opções foram: sim, não, não, só compro à vista e já esteve, o aluno tinha que optar por apenas uma delas. Os resultados estão no Gráfico 4 abaixo.

Gráfico 4 – Resultado da negativação dos nomes dos participantes nos órgãos de proteção financeira



Fonte: Do autor (2020).

Os resultados encontrados no Gráfico 4, são dados economicamente preocupantes para nossa sociedade, pois dos 71 alunos respondentes, 38,1% estão como os nomes negativados em órgão de proteção ao credor por falta de pagamento, 39,4% já estiveram e apenas 22,5% dos alunos não tiveram seu nome negativado.

Um outro dado alarmante sobre esse assunto que envolveu consumidores das 27 capitais brasileiras e divulgado pelo SPC Brasil em 11 de abril de 2020, mostra que 62,83 milhões consumidores estão com seus nomes negativados, proporção que equivale a 40,01% da população adulta do Brasil. Nesse ano, o número de brasileiros inadimplentes aumentou 2,91% em relação ao mesmo período do ano passado (SPC BRASIL, 2020).

Dessa forma, Domingos (2013) revela que, o alto índice de nomes negativados em órgãos de proteção ao crédito se dá pelo fato de as pessoas não terem recebido orientações e estudos financeiros quando pequenas. Para o mesmo autor, indivíduos que desconhecem assuntos de Educação Financeira têm mais facilidades para ficar inadimplentes, pois não têm

o controle do quanto gastam e do quanto pagam de juros, não estão preparados para imprevistos e principalmente por não realizarem um planejamento financeiro.

É importante ressaltar que existe divergência nos resultados desta pesquisa, nas perguntas relacionadas à saúde financeira dos participantes. Enquanto os resultados apontados anteriormente no Gráfico 3, nas Tabelas 3 e 4, indicam que a maioria dos respondentes demonstra aparentemente possuir uma boa saúde financeira, pois afirma que antes de comprar “economiza e depois compra”, “consulta suas receitas/despesas”, e quando compra parcelado, “realiza o pagamento até o vencimento”, respectivamente. Os dados do último Gráfico (o de nº 4), evidenciam-se que as duas opções de respostas com maior percentual desses mesmos participantes são: meu nome “já esteve” em órgãos de proteção financeira e, “sim”, meu nome está com restrições, o que são incompatíveis com as respostas do Gráfico 3 e das Tabelas 3 e 4.

A pergunta de nº 11 foi do tipo aberta com o objetivo de investigar o que os alunos participantes compreendem por Educação Financeira. Nessa questão, apenas 61 alunos deram suas contribuições, pois a pergunta não era obrigatória. Os respondentes AP1, AP2, AP6, AP13, AP20, AP24, AP27, AP50 e AP65 afirmaram não saber “quase nada” de Educação Financeira. Os demais relatos que consideramos mais importantes para a pesquisa podem ser conferidos no Quadro 4, logo abaixo.

Quadro 4 – Compreensões dos participantes sobre Educação Financeira

Participante	Resposta
AP7	“Em minha humilde opinião, entendo que devo sempre antes de fazer qualquer dívida analisar os preços, se as minhas economias dá para arcar com os meus compromissos e nunca gastar a mais do valor que ganho”.
AP10	“Entendo pouco por vivência”.
AP19	“É você ter controle das despesas e do que você ganha, podendo guardar um dinheiro de reserva para atender as emergências”.
AP23	“É um processo em que o indivíduo faz escolhas conscientes e se mantém bem informado a respeito da economia para, assim, elaborar a melhor forma de lidar com seu dinheiro”.
AP30	“Sempre que recebo, coloca as prioridades primeiro, e sempre que posso guardo um pouco para uma emergência”.
AP36	“É uma ajuda para não se endividar”.
AP42	“De um modo simplificado, organizar suas contas, anotar o que você gasta, o que comprar e o que ganhar”!
AP48	“Devemos ter o controle do que ganhamos mensalmente, para depois fazer

	compromissos de acordo com que ganhamos”.
AP63	“Já tive inúmeros problemas financeiros, não costumava ter controle financeiro e não tinha muita noção do que era comprar parcelado, de juros e tudo mais, devido aos apertos financeiros o meu nome foi negativado. Estou aprendendo aos poucos na prática sofrida (risos). Hoje em dia consigo lidar melhor com meu próprio dinheiro, pois tenho uma noção do tema”.

Fonte: Do autor (2020).

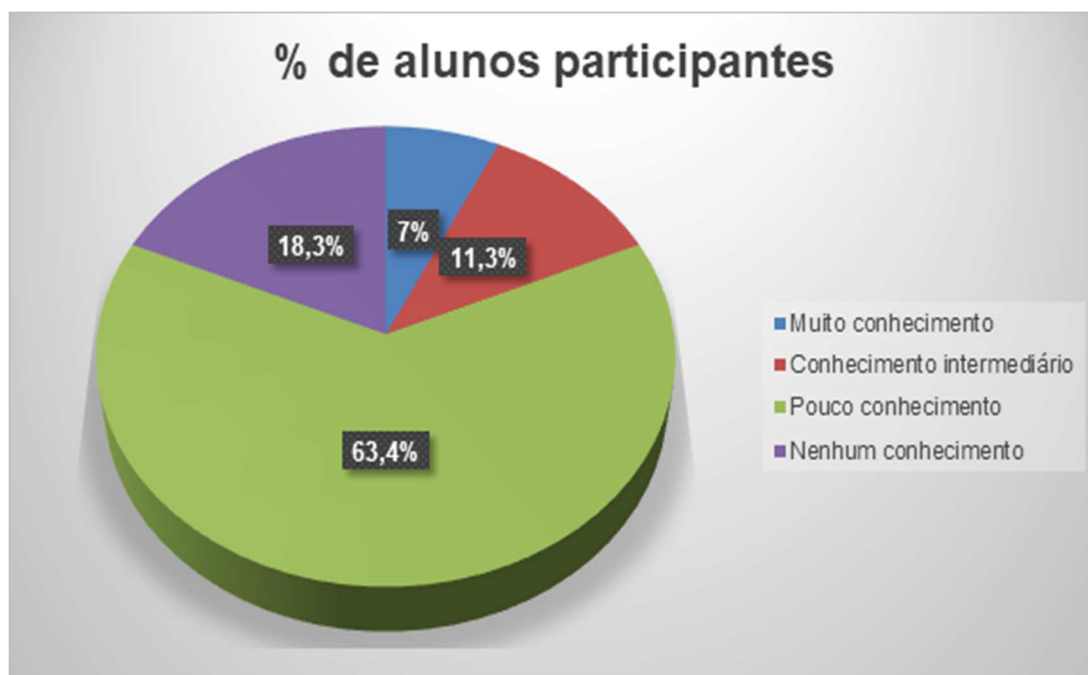
De um modo geral, os comentários dos respondentes do Quadro 4 são voltados para o planejamento financeiro ou controle de recursos, instrumento importante para que os indivíduos tenham consciência nas despesas e priorizem controle das finanças.

Um dos pontos mais importante dessa pesquisa é identificar o nível de conhecimentos dos alunos participantes sobre Educação Financeira. Com os resultados obtidos com a questão 11, é possível afirmar que, o pouco que os respondentes sabem sobre a temática, aprenderam com a prática sofrida da convivência do dia a dia. Fato relatado principalmente pelas alunas AP10 e AP63 no Quadro 4, inclusive uma delas afirmou que seu nome está negativado nos órgãos de proteção ao crédito pela ausência de conhecimentos de assuntos de Educação Financeira.

Outro dado importante obtido com a pergunta de nº 11 foi o número expressivo de participantes que responderam que não sabem “quase nada” sobre Educação Financeira, um total de 10 alunos. Também foram obtidas respostas similares a essas, tais como: a respondente AP58 disse que, “preciso aprender mais” sobre a temática, o AP66 afirmou saber “mais ou menos”, a AP67 “não entendo muito” e o AP68 falou que compreende “pouca coisa”. Estas informações mais uma vez corroboram com a importância de incluir assuntos de Educação Financeira nos cursos EJA do IFG, objetivando a ampliação da temática correlaciona com os conhecimentos prévios adquiridos ao longo da vida dos alunos.

Em continuidade, a pergunta de nº 12 retratou literalmente a variável nível de conhecimentos dos participantes sobre assuntos relacionados a Educação Financeira. Uma questão fechada que revelou números exatos de quantos participantes que conhecem muito a temática, quantos possuem conhecimento intermediário, quantos com pouco conhecimento e os que não possuem nenhum conhecimento. No Gráfico 5, encontram-se os resultados referentes a esses pontos.

Gráfico 5 – Nível de conhecimento dos participantes sobre assuntos relacionados a Educação Financeira



Fonte: Do autor (2020).

Todos os alunos participantes responderam à pergunta que revelou o seu nível de conhecimento de Educação Financeira. Quanto ao resultado do questionamento, os dados apresentados no Gráfico 5 revelam que, 63,4% dos respondentes possuem pouco conhecimento sobre a temática, 18,3% dos alunos não dispõem de nenhum conhecimento, enquanto 11,3% possuem conhecimento intermediário e 7% conhecem muito bem assuntos relacionados a finanças.

Um estudo divulgado pelo site o Globo no final de 2016, com levantamento feito pela OCDE com 30 países como o objetivo de medir o nível de conhecimentos da população adulta sobre Educação Financeira, levando em consideração as variáveis conhecimento, atitude e comportamento, o percentual das respostas corretas dos brasileiros foi de 58%, bem abaixo da média que é 78%. O Brasil ficou em 27ª posição com um baixo desempenho, abaixo da média. Essa pesquisa foi realizada com 51.650 pessoas, sendo 1.974 brasileiras (O GLOBO, 2016).

Esses dados, além de preocupantes, não chegam surpreender o educador financeiro Reinaldo Domingos que comentou nessa mesma matéria que para o Brasil melhorar sua posição no ranking da OCDE pode demorar em média uma década. E justificou, em geral, as pessoas nem sabem ao certo o conceito de Educação Financeira, que quando toca no assunto elas acham que precisa saber matemática, sendo que a temática do estudo é algo muito mais

comportamental, e a melhor maneira de expandir essas concepções é por meio das escolas, mas isso pode levar uma geração (O GLOBO, 2016).

Com esses resultados, acredito que se a Educação Financeira fosse ensinada no ambiente escolar desde as primeiras séries, no momento que se aprende a ler e a escrever, possivelmente o resultado dessa pergunta seria diferente, teríamos mais alunos educados financeiramente e preparados para tomar decisões relacionadas à finanças e consumo.

A questão seguinte de nº 13, apresentou opções de percepção quanto ao conhecimento de Educação Financeira. Nela, solicitei ao participante que marcasse a alternativa que mais lhe representava. As variáveis e os resultados são demonstrados na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5 – Percepção dos participantes quanto a conhecimentos de Educação Financeira

Níveis de variáveis	% dos participantes	Respondentes
Sinto-me muito seguro, pois tenho amplos conhecimentos sobre a temática e administro bem minhas finanças;	2,8%	2
Sinto-me seguro, pois sei controlar meus recursos financeiros;	38%	27
Não me sinto seguro, às vezes compro e tenho dificuldade financeira para pagar;	31,1%	22
Não me sinto nada seguro, sou descontrolado financeiramente;	4,2%	3
Não sei como me sinto.	23,9%	17
Total	100%	71

Fonte: Do autor (2020).

Os dados da Tabela 5 mostram que 2,8% dos alunos respondentes sentem-se muito seguros quanto à administração das suas finanças, pois têm amplos conhecimentos sobre Educação Financeira, 38% sabem controlar seus recursos, por isso, sentem-se seguros, 31,1% não se sentem seguros, às vezes compram e têm dificuldades financeiras para pagar, 4,2% não se sentem nada seguro, todavia, consideram-se descontrolados financeiramente, enquanto 23,9% não sabem como se sentem em relação à Educação Financeira.

Diante do entendimento sobre a segurança que os entrevistados possuem em relação aos conhecimentos de Educação Financeira, a pesquisa desenvolvida por Amadeu (2009) com os alunos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Matemática, da Universidade Estadual do Norte do Paraná, indicou que 2,56% dos seus respondentes afirmam estar nada seguros e 35,4% dos participantes não se sentem seguros com essa temática, esses dois resultados são similares aos encontrados na Tabela 5 do presente estudo. Essa insegurança afeta a vida econômica dos estudantes, podendo ocasionar consequências financeiras muitas vezes irreparáveis, dito isso, entende-se que as instituições de ensino precisam compreender que a Educação Financeira inserida em sala de aula permite que o aluno desenvolva habilidades para melhorar a administração do seu dinheiro e tomar decisões seguras e fundamentadas.

A finalidade da pergunta seguinte realizada com os participantes foi de identificar se assuntos relacionados a Educação Financeira são, já foram ou não discutidos em sala de aula, caso a resposta fosse positiva, havia um campo para escrever o nome da disciplina.

Todos os 71 participantes responderam à pergunta. Apenas os estudantes AP4, AP6, AP8, AP12, AP14, AP16, AP22, AP27, AP28, AP30, AP34, AP35 e AP38 afirmam já ter discutidos assuntos de Educação Financeira na disciplina de matemática.

Esse resultado corrobora o resultado da análise documental realizada nos documentos dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, na modalidade EJA do IFG, em que ficou comprovado que os cursos Técnicos em Alimentos e Modelagem do Vestuário apresentam na disciplina de matemática do segundo período apenas um conteúdo de porcentagem que está relacionado a finanças. Já os demais participantes responderam que não, ou ainda não estudaram essa temática.

Prosseguindo a discussão dos resultados do questionário, a questão de nº 15 teve o objetivo de investigar se os alunos participantes julgam importante que assuntos de Educação Financeira sejam inseridos em conteúdos de disciplinas dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na modalidade EJA do IFG. Os participantes tiveram “sim” ou “não” como resposta.

Os dados encontrados com esta questão nos revelam que 97,2% (69) alunos respondentes consideram importante que conteúdos de Educação Financeira sejam inseridos em disciplinas dos cursos de EJA, e apenas 2,8% (2) participantes não acham essa temática relevante para seu curso.

Esses resultados podem contribuir para que os professores deem mais importância a

temática e promovam discussão significativa desses assuntos com mais frequência em sala de aula, objetivando aumentar os conhecimentos do aprendiz e capacitá-lo para realizar escolhas conscientes sobre administração financeira e contribuir para eficiência e solidez do sistema financeiro (BRASIL, 2010).

Para compreender mais o nível de conhecimento dos participantes sobre Educação Financeira, na pergunta 16 foi elaborado um exercício considerado muito simples de porcentagem, para responder bastava apenas ler com atenção atividade e descobrir que o produto continuou com o mesmo valor de antes.

Segue o enunciado da pergunta: “o sr. Gumercindo tem uma loja de calçado no Cruzeiro Planalto e é conhecido por muitos do bairro como um picareta, sempre tenta enganar os fregueses inventando promoções. No sábado passado após expediente ele pôs 100% de acréscimo em par de tênis e na segunda divulgou o mesmo produto com desconto 50%. Para você, o que aconteceu com o preço do tênis”?

No geral, 5,3% dos alunos respondentes afirmam que, “não sei responder”, 47,35% admitem que, “o preço do tênis continuou o mesmo”, respondendo de acordo com o esperado, enquanto 47,35% dos alunos não responderam de forma adequada. Nessa pergunta, 14 alunos não responderam ao questionamento, pois a pergunta não era obrigatória. No Quadro 5 os comentários mais significativos para o presente estudo.

Quadro 5 – Respostas dos participantes do exercício de porcentagem

Participante	Resposta
AP12	“É que no sábado ele aumentou o par de tênis que as pessoas estão sem trabalhar e gasta mais, na segunda ele baixou porque a população está trabalhando sem folga”.
AP14	“Teve um aumento de 50%”.
AP16	“Aumentou em 50%”.
AP24	“Ele subiu o valor”.
AP27	“Dobrou de preço”.
AP29	“Juros altos”.
AP30	“Subiu 50%”.
AP33	“Aumentou o valor do tênis”.
AP36	“Ele usou de má fé e ainda ganhou 50% acima do valor”.
AP38	“Aumentou o valor do produto”.
AP40	“Ele dobrou preço do produto”
AP43	“Aumentou 50%”.

AP46	“Aumentou o preço”
AP47	“Aumentou o valor real do produto”.
AP54	“Ele vendeu o produto cinquenta por cento mais caro que realmente é”.
AP61	“Aumentou no valor do tênis”
AP67	“Ele aumentou valor do tênis”.
AP69	“Ficou o dobro mais caro”.

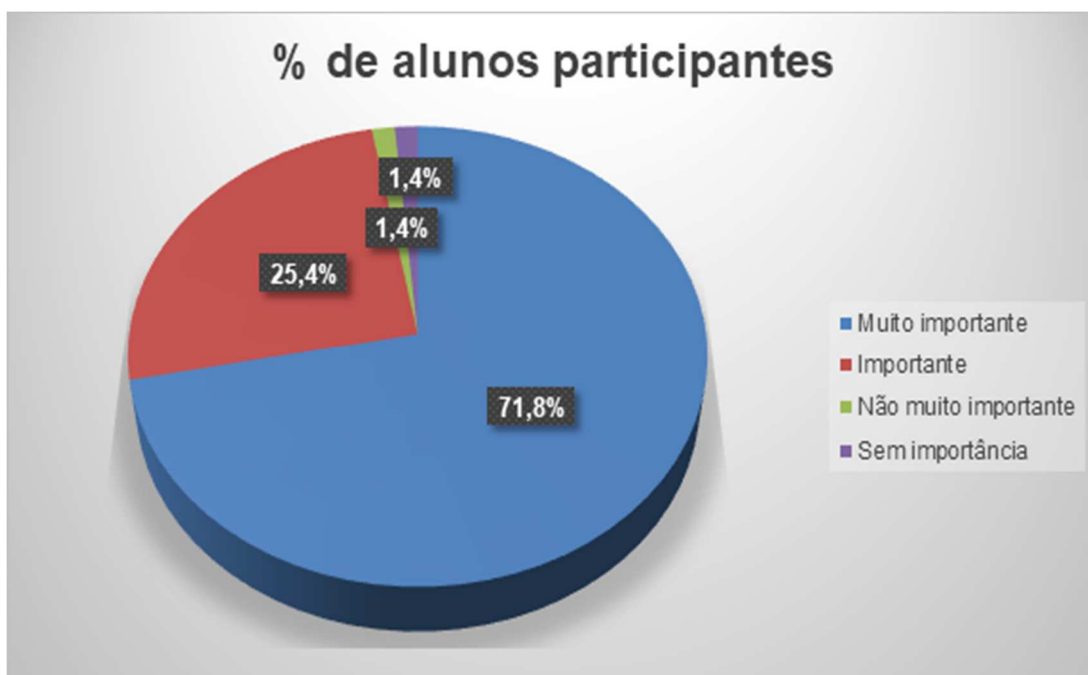
Fonte: Do autor (2020).

Com as respostas analisadas dos 57 respondentes, mais uma vez o resultado indica que mais da metade dos alunos tem pouco conhecimentos de Educação Financeira e matemática, por isso, não souberam responder à questão 16 ou fugiram completamente da resposta correta, justificando que o preço da mercadoria ficou 50% mais caro do que era. Mais um fator determinante para o IFG refletir sobre a importância de ter a Educação Financeira na matriz curricular dos cursos EJA.

Entre as respostas dos participantes, uma delas chamou a atenção, a da respondente AP12 que escreveu “é que no sábado ele aumentou o par de tênis que as pessoas estão sem trabalhar e gasta mais, na segunda ele baixou porque a população está trabalhando sem folga”. Ao analisar a resposta, percebi o baixo nível de criticidade e de conhecimento de Educação Financeira da entrevistada, pois ao invés da interpretação do cálculo e do preço final da mercadoria, focou nas datas anunciadas e as correlacionou com o dia de folga e trabalho dos clientes, procurando achar alguma lógica nessas datas para a variação do preço sem nem mesmo atentar para a questão matemática e financeira do enunciado.

A penúltima questão é uma das mais importante do estudo, pois considera a possibilidade de implementar a disciplina de Educação Financeira na matriz curricular dos cursos EJA do IFG. Os resultados do julgamento dos participantes quanto a esse ponto podem ser conferidos no Gráfico 6, a seguir.

Gráfico 6 – Escolha dos participantes sobre a possibilidade de inserir na matriz curricular da EJA a disciplina de Educação Financeira



Fonte: Do autor (2020).

Os dados apresentados no Gráfico 6, demonstram que 71,8% dos alunos respondentes julgam “muito importante” a inserção da disciplina de Educação Financeira na matriz curricular dos cursos da EJA do IFG, 25,4% acham “importante”, 1,4% considera “não muito importante” e 1,4% declara “sem importância”.

O resultado considerado como positivo para implementação da disciplina de Educação Financeira para os cursos de EJA do IFG, reforça a recomendação da BNCC de 2018, que as instituições de ensino podem incorporar aos seus currículos conteúdos de Educação Financeira com noções de economia e finanças, contribuindo para que os alunos tenham uma vida financeira saudável e fortaleçam o seu papel como cidadão (BRASIL, 2018).

No que tange o aspecto da vida saudável financeiramente, no estudo realizado por Moraes *et al.* (2020) sobre Educação Financeira escolar para o ensino médio, ficou evidenciado que 92% dos alunos respondentes classificam essa temática como sendo muito importante para o ambiente escolar, podendo tornar a vida do aluno financeiramente saudável. Esse percentual corrobora os dados encontrados no Gráfico 6 para fortalecer a possibilidade da inserção da temática no ambiente escolar do IFG.

Para finalizar o questionário, a última pergunta foi do tipo aberta. Nela, foi questionado se o aluno participante considera que assuntos relacionados a Educação

Financeira são úteis à sua vida e por quê. 68 alunos deixaram suas opiniões. Os relatos mais relevantes que contribuem para esse trabalho podem ser visualizados no Quadro 6 abaixo.

Quadro 6 – Opiniões dos alunos sobre a utilidade da Educação Financeira para vida

Participante	Resposta
AP7	“Sim. Pois tenho o desejo de abrir um negócio para eu trabalhar por conta própria, mas tenho medo de não obter sucesso e ficar com muitas dívidas, e os ensinamentos desses assuntos poderão me ajudar realizar este meu sonho”.
AP12	“Sim, pois o maior problema em família se dá quando a área financeira é afetada, por isso, será muito importante aprender como utilizar a educação financeira na sala de aula”.
AP16	“Sim, pois me ensinará a planejar, a economizar, a investir e usar o dinheiro com sabedoria e segurança”.
AP41	“Claro, pois me ensinará a economizar, não fazer dívida, e a elaborar meu planejamento financeiro”.
AP46	“Sim, pois vai me ajudar administrar o meu comércio”.
AP62	“Sim, pois me ajudará no meu planejamento e a ter uma boa administração financeira”.
AP70	“Considero assuntos de educação financeira muito útil para a vida de qualquer pessoa e afirmo que é fundamental adquirir conhecimentos da temática para não se deixar ser enganado pelas propagandas enganosas. Falo isso por experiência própria, se eu tivesse recebido conhecimentos de educação financeira há um tempo atrás, hoje meu nome não estaria sujo e teria uma vida mais estável, com certeza”.
AP71	“Sim, mas para ser sincera, não sei como aproveitar a utilidade da educação financeira. Outra coisa, quero tirar meu nome do SPC e aprender administrar minhas finanças para nunca mais tê-lo negativado. Para isso, a temática precisa estar presente no nosso curso. Essa disciplina vai me ajudar muito”.

Fonte: Do autor (2020).

As opiniões dos respondentes sobre os benefícios de Educação Financeira para sua vida registrados no Quadro 6, visam a um mesmo bem comum, a organização da vida financeira para uma melhor qualidade de vida. Observa-se que, a participante AP7 sonha em abrir sua própria empresa, mas tem medo de fracassar pela ausência de conhecimentos financeiros, e afirma que, a inserção dos conteúdos financeiros em seu curso poderá tornar esse sonho em realidade. Já a aluna AP46 comenta que tem um comércio e necessita de aprendizados financeiros, principalmente para ajudá-la na administração da sua empresa, fortalecendo a importância da inclusão da temática em seu curso.

No que tange à utilização adequada da Educação Financeira em família, a aluna AP12

mostra em sua fala a significância de aprender a usar a temática conscientemente em sala de aula para evitar o descontrole financeiro, e afirma que “o maior problema em família se dá quando a área financeira é afetada”, isso pode ocorrer por falta de um controle financeiro, instrumento que deveria ser desenvolvido com os alunos nas escolas.

Ainda deve-se ressaltar a aparente falta de ensinamentos relacionados ao planejamento financeiro, referida pelos participantes AP16, AP41 e AP62 quando afirmam que conteúdos de Educação Financeira são úteis para suas vidas e que com o futuro aprendizado mais os conhecimentos já adquiridos com o cotidiano os ajudarão a controlar seus recursos para transformar seus sonhos em realidade, sabendo usar o dinheiro com sabedoria e segurança. Para isso, Domingos (2014) respaldado nos ensinamentos bíblicos, revela que o comportamento, persistência, consciência e disciplina são essenciais para a saudável administração do dinheiro.

Os relatos dos participantes AP70 e AP71 fundamentam mais a ideia da OCDE (2005), de introduzir a Educação Financeira desde as séries iniciais, para que quando esse aluno for adulto, seja capaz de tomar decisões acertadas de cunho financeiro e de ajudar a promover o desenvolvimento econômico do país. Evitando assim as falhas que foram cometidas pelos respondentes acima. Elas também corroboram a idealização da proposta de uma disciplina de Educação Financeira para os cursos técnicos de ensino médio de EJA da sua instituição.

Os resultados encontrados demonstram que 63,4% dos participantes têm um baixo nível de alfabetização financeira, outros 18,3% são considerados analfabetos no assunto, e um percentual de 97,2% dos alunos respondentes julgam importante que conteúdos de Educação Financeira sejam inseridos em disciplinas dos cursos de EJA.

A partir das conclusões obtidas com a primeira e segunda variável da presente pesquisa, percebi a necessidade de propor a inserção desta disciplina na matriz curricular dos cursos de EJA do IFG, objetivando contemplar a terceira e última variável desse estudo.

Propor a inserção de uma disciplina na matriz curricular de vários cursos com uma temática básica é algo complexo, ainda mais por ser tratar de uma disciplina que abrange conhecimentos de ciências exatas e de ciências sociais aplicadas. Corroborando essa ideia, Amadeu (2009) considera que a inclusão da Educação Financeira na matriz curricular de qualquer curso é uma tarefa árdua e eclética, já que compreende diferentes áreas do conhecimento, das quais destaca a matemática, a psicologia, a pedagogia, a administração, a economia, a contabilidade, a informática e o direito.

Partindo dessas áreas de conhecimento, da fundamentação teórica elaborada no Capítulo 2 e da autorização dada às instituições de ensino pela BNCC (2018) de incorporar aos seus currículos temas contemporâneos como a Educação Financeira, desenvolvi uma proposta de inserção da disciplina Educação Financeira para os cursos estudados neste trabalho.

A proposta da disciplina tem como foco os alunos de ensino médio na modalidade de EJA do IFG. Ela assume um papel fundamental na formação do cidadão por meio do ensino da Educação Financeira e se propõe meios para que os alunos possam analisar e refletir a respeito da sua responsabilidade mediante ao orçamento, planejamento e administração financeira.

Os conteúdos da disciplina de Ensino da Educação Financeira devem contemplar noções fundamentais de: administração do dinheiro, orçamento e planejamento financeiro, porcentagem, juros simples e composto, aposentadoria, poupança, investimento, tomadas de decisões financeiras, consumo planejado e consciente, compras, dívidas e inadimplência. Essas temáticas são recomendadas por Domingos (2013) e Cerbasi (2016), e devem ser adaptadas ao ambiente escolar para a construção do programa da disciplina.

O ensino da disciplina, ao longo da sua aplicação, torna o aluno educado financeiramente, de modo que ele, diante de uma demanda de consumo ou de qualquer situação financeira a ser decidida, reflita, analise e reflita a situação de forma fundamentada e escolher a opção mais vantajosa, valendo-se de compreensões de finanças vivenciadas durante as aulas.

Sugere-se que a disciplina de Ensino de Educação Financeira seja trabalhada no terceiro período dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Alimentos, Modelagem do Vestuário (**Câmpus Aparecida de Goiânia**) e Enfermagem (**Câmpus Goiânia Oeste**), na modalidade da EJA do IFG, após a introdução do tópico porcentagem no segundo período dos cursos. A seguir no Quadro 7 apresento a proposta da disciplina de Ensino de Educação Financeira para os cursos de EJA do IFG:

Quadro 7 – Proposta da disciplina Ensino de Educação Financeira

Disciplina: Ensino de Educação Financeira	
Formação: Educação Básica	Período: Sugere-se no 3º
Carga Horária: 45 Horas	Pré-requisito: Não há
<p>Ementa:</p> <p>Esta disciplina aborda as compreensões de Ensino de Educação Financeira, discute as principais questões cotidianas relacionadas à tomada de decisões financeiras com o auxílio das fórmulas e cálculos matemáticos para fundamentar as decisões de consumo e investimento. Ela possibilita ao aluno ter um relacionamento saudável com seu dinheiro, a fazer um planejamento financeiro, a reconhecer as taxas de juros numa compra a prazo e na amortização de dívida, e a desenvolver raciocínios satisfatórios nas operações financeiras, corroborando para sua educação financeira.</p>	
<p>Objetivo:</p> <p>Capacitar o aluno a desenvolver raciocínios satisfatórios nas operações financeiras, mostrando-lhe estratégias de avaliação para melhorar a administração do seu dinheiro, e influenciar seguramente nas suas decisões de consumo e investimento.</p>	
<p>Programa da Disciplina:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Noções fundamentais de administração do dinheiro: relação com o dinheiro, desejo e necessidade, analisar sua situação financeira e definir metas para adequar ao seu padrão de vida e diferentes compreensões de Educação Financeira; 2. Sociedade do consumo: consumo planejado e inteligente, consumismo, as armadilhas de consumo e relações entre produção e consumo. 3. Gestão de finanças: como elaborar um planejamento financeiro e equilibrar sua vida financeira, como elaborar seu orçamento, causas do endividamento e da inadimplência, independência financeira e poupar para investir; 4. Noções fundamentais de administração financeira: porcentagem, juros simples e composto, empréstimos, financiamentos e amortização de dívida; 5. Tomada de decisões financeiras: compra à vista e a prazo, motivos que influenciam o consumidor na hora de comprar, produtos bancários, investimento ou bem de consumo? 	
<p>Competências a serem alcançadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de compreensão do aluno em relação aos conceitos e produtos financeiros, de modo que, com criticidade e criatividade possa desenvolver valores 	

e competências necessárias para se tornar mais consciente das oportunidades e dos riscos financeiros, contribuindo com sua formação e com seu bem-estar;

- Capacidade de raciocínio crítico e analítico do aluno para operar com o uso adequado do seu dinheiro nas transações financeiras que venham melhorar sua qualidade de vida, nos aspectos equilíbrio financeiro e formação do patrimônio;
- Aptidão ao aluno para identificar e resolver problemas, refletir estrategicamente, atuar preventivamente, transferir conhecimentos e exercer em diferentes níveis de complexidade o processo da tomada de decisão;
- Habilidades que possibilitam o aluno a consumir, economizar e investir de forma planejada e consciente, de modo a contribuir com o crescimento da economia do país.

Essas competências foram elaboradas com base nas leituras de Domingos (2013), do caderno de Educação Financeira do BCB (2013), de Cerbasi (2016), da LDBEN (1996), do Decreto da ENEF (2010), da BNCC (2018) e outras.

Referências:

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2008.

BRASIL. **Educação financeira nas escolas: ensino médio. Bloco 1: livro do professor/elaborado pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) – Brasília: CONEF, 2013.**

CERBASI, Gustavo Petrasunas. **Dinheiro: os segredos de quem tem – como conquistar e manter sua independência financeira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

DOMINGOS, Reinaldo. **Livre-se das dívidas: como equilibrar as contas e sair da inadimplência**. São Paulo: DSOP Educação Financeira, 2012.

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia financeira: a educação financeira como método para realizar seus sonhos**. 2. ed. São Paulo: DSOP, 2013.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Ed. Pearson Education, 2010.

HALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. Ed. Fundamento: Curitiba, 2007.

PIZZOLATO, Cristiane. **Educação financeira e sustentabilidade ambiental: uma reflexão em aulas de matemática do ensino médio**. Dissertação de mestrado da Pós-

Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR, Pato Branco-PR, 2019. Disponível em:

http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4018/1/PB_PPGDR_M_Pizzolatto%2c%20Cristiane_2019.pdf. Acessado em 02 de agosto de 2020.

SOUZA, Marcos Aguerri Pimenta. **O uso do crédito pelo consumidor: percepções multifacetadas de um fenômeno intertemporal**. Brasília, DF: UnB, 2013. Dissertação de mestrado em Psicologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

Leituras Complementares:

GRAHAM, Benjamim. **O investidor inteligente**. Tradução de Lourdes Sette. Rio de Janeiro: Ed. HarperCollis Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Investidor-Inteligente-Benjamin-Graham/dp/8595080801/ref=pd_sim_14_5/146-154475837967?_encoding=UTF8&pd_rd_i=8595080801&pd_rd_r=a860b4f6-7835-4d31-870c-478ce0629aac&pd_rd_w=SXBcc&pd_rd_wg=NzCtn&pf_rd_p=6add7f72-cb67-4e44-ab4d-fac94c1a5c1f&pf_rd_r=S7XHVQ1AS3G03KA2N1A7&psc=1&refRID=S7XHVQ1AS3G03KA2N1A7>. Acessado em 25 de junho de 2020.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras e orçamento empresarial**. 12. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2017.

MORAES, Aline Reissuy *et al.* **Educação financeira escolar: uma proposta para o ensino médio**. Revista Eletrônica de Educação Matemática - REVEMAT, Florianópolis, v. 15, p. 01-22, 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1981-1322. DOI: <<https://doi.org/10.5007/1981-1322.2020.e70255>>. Acessado em 07 de julho de 2020.

NETO, Alfredo Meneghetti *et al.* **Educação financeira** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2014. Disponível em: <https://www.pucrs.br/edipucrs>. Acessado em 08 de julho 2020.

Fonte: Do autor (2020).

Esta proposta pretende promover o Ensino da Educação Financeira nas turmas dos cursos técnicos ao ensino médio na modalidade EJA do IFG, levando em consideração as dificuldades dos estudantes em gerir seus próprios recursos financeiros, problemática presente na vida de muitos brasileiros.

Refletindo sobre isso, a presente proposta foi elaborada para dar subsídios ao professor em sua prática pedagógica, com o objetivo de oferecer conhecimentos de assuntos de Educação Financeira que possibilitam o aluno ajustar a vida financeira com sua realidade o mais cedo possível, tornando-o em uma pessoa educada financeiramente, mais crítica e

preparada para decidir conscientemente sobre o uso e gestão do seu dinheiro.

De acordo Pizzolatto (2019), os principais objetivos da Educação Financeira envolvem ensinar o aluno a organizar sua vida financeira, a consumir de maneira crítica, consciente e ética e pôr em prática o planejamento, transmitindo conceitos e métodos para tomar decisões fundadas em mudanças de comportamento, pois um estudante educado financeiramente tem discernimento entre comprar por necessidade ou pelo prazer imediato de felicidade.

Para o BCB (2013), cidadãos bem educados financeiramente requerem serviços e produtos que adequem as suas necessidades, estimulando a concorrência e exercendo papel significativo no monitoramento do mercado, exigindo maior transparência por parte das instituições financeiras. Desta forma, estão contribuindo para a efetividade e solidez do sistema financeiro nacional.

Afinal, a Educação Financeira por meio da qualidade das decisões financeiras das pessoas promove o desenvolvimento econômico do país por estar estreitamente ativo a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência dos consumidores, e principalmente pela capacidade de investimento do país (BCB, 2013).

Percebe-se que a Educação Financeira da população é relevante para o crescimento econômico do país, pensando nisso, o nosso governo federal constituiu por intermédio do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 a ENEF, política pública de Educação Financeira. Alinhado às suas estratégias, a BNCC (2018) e com os fundamentos dos autores do Quadro 7, elaborei a proposta da disciplina Ensino de Educação Financeira para as turmas EJA do IFG, com o objetivo de capacitar o aluno a desenvolver raciocínios satisfatórios nas operações financeiras, mostrando-lhe estratégias de avaliação para melhorar a administração do seu dinheiro, e influenciar seguramente nas suas decisões de consumo e investimento.

Neste sentido, espera-se que a presente proposta contribua significativamente na formação dos alunos dos cursos técnicos do ensino médio de EJA do IFG, e os façam pensar estrategicamente com criticidade e criatividade quando estiverem frente aos desafios financeiros impostos pela sociedade contemporânea, a fim de alcançar sua saúde financeira, pois é algo que não tem preço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como toda produção acadêmica possibilita diferentes olhares e compreensões, então, acredito que este estudo não finaliza aqui, mas que valha como uma iniciativa científica para subsidiar futuros estudos da área, servindo como suporte teórico e metodológico, tanto de propostas de inserção da disciplina de Educação Financeira para cursos de outras instituições de ensino como para formação docente. Esse trabalho não tencionou para uma verdade absoluta, contudo, com novas possibilidades de compreender e de inserir a disciplina de Educação Financeira nas turmas EJA do IFG.

Ao desenvolver esse estudo, percebi que o ensino da Educação Financeira é um processo contínuo, em constante modificação e está relacionado com o contexto econômico, social, educacional e cultural. Nesse sentido, o ambiente escolar é propício para a construção da emancipação financeira do cidadão e para condução financeira das futuras gerações. Somavilla, Silva e Bassoi (2016) destacam que a inserção da Educação Financeira para o ensino básico é um grande avanço e se pensada como disciplina independente, contribuirá para uma maior autonomia do estudante.

Percebi também que, a Educação Financeira nos cursos EJA tornou-se essencial para formação de jovens e adultos, pois trabalha questões cotidianas relacionadas à tomada de decisões financeiras e desenvolve a capacidade de raciocínio crítico e analítico desses sujeitos para administrar adequadamente os seus recursos frente as transações financeiras que venham melhorar sua qualidade de vida, transformando-os em cidadãos preparados e capacitados para enfrentar desafios que antes tinham medo.

O contexto da presente pesquisa deu-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Goiás, nos *Campi* de Aparecida de Goiânia e Goiânia Oeste com os alunos da EJA. Os dados encontrados foram fornecidos pelas coordenações de cursos e pelos alunos, participantes do estudo.

A intenção foi de investigar como tem ocorrido a abordagem do tema Educação Financeira, e compreensões dessa para as turmas EJA do IFG, a partir da análise documental

e de um questionário. Para isso, embasado em teorias de autores que pudessem contribuir significativamente com a temática, recorri a uma abordagem metodológica que conduzisse para realização dessa investigação. Não foi possível envolver todos os *Campi* e os cursos como propostos no projeto de pesquisa que antecedeu esta dissertação, devido à pandemia do COVID-19, que provocou o fechamento de todos os *Campi* do IFG, com isso, dois coordenadores de cursos alegaram indisponibilidade de tempo e um, dificuldades quanto ao uso das novas tecnologias.

Pensando em Educação Financeira como um formador financeira no espaço escolar, defini três objetivos com a finalidade de responder a problemática da presente pesquisa, que é: como a temática Educação Financeira tem sido abordada nas turmas de EJA, nível médio do IFG? A partir disso, apresento as compreensões e análise dos objetivos específicos, assim como as dificuldades encontradas durante a investigação.

1 - Identificar a presença do tema Educação Financeira no PPC dos Cursos Técnicos Integrados de Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), dos Câmpus Aparecida de Goiânia e Goiânia Oeste do IFG.

No decorrer da análise documental realizada na matriz curricular e no programa de disciplinas dos cursos pesquisados da EJA do IFG, percebi que os PPCs dos cursos pedem algumas alterações, principalmente o do Curso Técnico em Alimentos, no programa de disciplina, mas nada que afetasse o objetivo de pesquisa.

Segundo o PPC do Técnico em Alimentos (2017), no plano de curso, às 2.160 horas são citadas apenas na carga horária das disciplinas, sendo que o curso contempla três eixos tecnológicos, o primeiro eixo agrega as disciplinas de conhecimentos e habilidades pertinentes à educação básica, o segundo eixo disciplinas inerentes à educação técnica e enquanto o terceiro as práticas pedagógicas. Acredito que para ficar mais compreensivo para o leitor, essas horas também precisam ser especificadas corretamente em seus eixos.

Mesmo com essas dificuldades, com base nos documentos fornecidos pelos coordenadores e pelas pesquisas realizadas no site do IFG, o primeiro objetivo foi alcançado. Foi possível comprovar que, os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Técnicos em Alimentos e Modelagem do Vestuário, na modalidade da EJA do IFG, apresenta na disciplina de matemática do segundo período apenas um conteúdo de porcentagem que está relacionado a finanças. Enquanto o curso técnico em Enfermagem não apresenta conteúdos de Educação Financeira.

Não foi possível contemplar se no Seminário de Empreendedorismo, Pesquisa e

Desenvolvimento de Novos Produtos são trabalhados conteúdos de Educação Financeira, pois no programa da disciplina não estão discriminados os assuntos, por isso, há uma necessidade de entrevistar ou aplicar um questionário aos professores da disciplina para saber se eles ministram essa temática nos cursos EJA do IFG. Ação sugerida para futuros estudos.

2 – Investigar o conhecimento dos estudantes desses cursos sobre a temática Educação Financeira e suas compreensões sobre a importância deste assunto nestes cursos.

A maior limitação encontrada para pôr em prática esse objetivo foi aplicar o questionário aos alunos, devido ao fechamento do IFG por causa do COVID-19, a aplicação presencial desse instrumento de coleta ficou comprometida. Tendo em vista esse obstáculo, com o auxílio dos coordenadores de cursos consegui montar grupos de alunos no *WhatsApp* para enviar o questionário e receber as respostas pelo *Google docs*. Dos 170 alunos, recebi 71 questionários respondidos, um percentual de 41,77% dos questionários enviados. As informações obtidas como o questionário foram cruciais para identificar o nível de conhecimento dos alunos sobre assuntos relacionados a Educação Financeira e a importância de ter a temática inserida como disciplina em seus cursos.

Com os resultados obtidos através da aplicação do questionário foi possível afirmar que, 63,4% dos alunos participantes têm um baixo nível de alfabetização financeira, 18,3% são considerados analfabetos no assunto, a maioria está ou esteve com nome nos órgãos de proteção ao crédito pela ausência de informação sobre a temática, e que 97,2% dos participantes julgaram importante que conteúdos de Educação Financeira sejam inseridos em disciplinas dos cursos EJA do IFG.

Esse objetivo evidenciou muitas fragilidades com a ausência de conhecimentos financeiros dos alunos na hora de responder às questões abertas, observei que muitos deles não entendiam o que realmente estava perguntando, as respostas eram desconexas, não tinham vinculação com a pergunta, e vários participantes responderam apenas “sim” ou “não”, sem argumentos para justificar sua explicação.

Os resultados contribuem para que docentes dos cursos deem mais importância a temática e promovam discussões significativas sobre esses conteúdos em sala de aula, objetivando aumentar os conhecimentos do aprendiz e capacitá-lo para realizar escolhas conscientes sobre Educação Financeira e contribuir para solidez do sistema financeiro do país (BRASIL, 2010). Nessa perspectiva, para ajudar na disseminação da temática decidi elaborar uma proposta de Ensino de Educação Financeira para os cursos aqui estudados.

3 - Propor a inserção da temática Educação financeira em disciplinas do currículo básico dos

Cursos Técnicos Integrados de Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos do IFG.

Propor a inserção de uma disciplina na matriz curricular de vários cursos com uma temática básica é algo complexo, ainda mais por ser tratar de uma disciplina que abrange conhecimentos de ciências exatas e de ciências sociais aplicadas. Outrossim, para que se possa pensar no Ensino da Educação Financeira é imprescindível que a instituição de ensino trabalhe a postura do docente, pois a temática é algo muito mais comportamental do que apenas ter conhecimentos matemáticos. É importante que o professor de Educação Financeira esteja comprometido e promova o exercício contínuo do diálogo, despertando em seus alunos a criticidade e a construção de conhecimento financeiro que possibilite estes indivíduos adaptar sua condição financeira de acordo com sua realidade, para uma melhor qualidade de vida.

Pensando nisso, a proposta da disciplina do Ensino da Educação Financeira que elaborei para as turmas EJA do IFG atende às políticas públicas da ENEF, as instruções da BNCC e eixo tecnológico formação integrada do PPC. Além disso, a proposta apresenta um potencial emancipador financeiro, principalmente em função dos conteúdos selecionados, se ministrados adequadamente com a realidade da turma, buscam desenvolver no aluno a capacidade de criar estratégias eficientes e satisfatórias para uma melhor administração do seu dinheiro. Elaborada também para dar subsídios ao professor em sua prática pedagógica.

Diante do exposto, concluo que para a problemática de estudo (como a temática Educação Financeira tem sido abordada nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nível médio, de um Instituto Federal de Educação de Goiás?), a presente proposta de inserção da disciplina de Ensino da Educação Financeira apresentou resultado satisfatório mediante conteúdos escolhidos para as turmas EJA do IFG após a investigação do nível de conhecimento financeiro e necessidade de consumo dos alunos.

As informações encontradas por essa pesquisa trazem à luz a viabilidade e possibilidade de buscar e introduzir ações de Educação Financeira em todo nível de ensino com uma contextualização condizente com a realidade e necessidade financeira das turmas. A partir de então, sugiro que outros estudos dessa natureza sejam realizados e proporcionem significativas contribuições à sociedade, formas de fomentar a disseminação da cultura da Educação Financeira para tornar o cidadão educado financeiramente e amenizar problema proveniente da ausência do planejamento financeiro, consumismo exacerbado, endividamento, inadimplência e outros.

REFERÊNCIAS

AMADEU, João Ricardo. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta da inserção da disciplina na matriz curricular.** Dissertação de mestrado da Pós-Graduação de Educação da Universidade do Oeste Paulista de Presidente Prudente, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp150820>>. Acessado em 03 ago. 2019.

ARGÔLO, Patrícia Santana de. **Educação financeira na sala de aula: uma proposta metodológica para o ensino da matemática no ensino médio.** Dissertação de mestrado da Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas da Univates, Lajeado – RS, 2018. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2492/1/2018PatriciaSantanadeArgolo>>. Acessado em 03 ago. 2019.

Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF – Brasil). **Educação financeira nas escolas.** Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/index.php/programas-e-projetos/educacao-financeira-nas-escolas/>>. Acessado em 03 ago. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais.** Brasília: BCB, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, CF/1934.** Brasília, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acessado em 22 ago. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964. **Institui o programa nacional de alfabetização do ministério da educação e cultura, 1964.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 18 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos, nº. 5.379/67.** Brasília. 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em 16 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº. 9394/96.** Brasília. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acessado em 14 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01>>.pdf. Acessado em 14 ago. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, CF/1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao88.htm>. Acessado em 24 ago. 2019.

BRASIL. CNE/CEB. Parecer n. 11 de 10 de maio de 2000. **Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos**. Relator: Carlos Roberto Jamil Cury. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf>. Acessado em 24 ago. 2019.

BRASIL. CNE/CEB. Resolução n. 01 de 05 de julho de 2000. **Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acessado em 24 ago. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. **Institui a estratégia nacional de educação financeira – ENEF, 2010**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acessado em 18 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conferências sobre educação financeira**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35997>>. Acessado em 16 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC apoia a inserção da temática educação financeira no currículo da educação básica**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/34351-mec-apoia-insercao-da-tematica-educacao-financeira-no-curriculo-da-educacao-basica>>. Acessado em 16 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação/UNESCO. **Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea 1996 – 2004**. Brasília, 2017, ed. eletrônica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=657-vol1ejaelt-pdf&Itemid=30192>. Acessado em 14 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.632 de 06 de março de 2018. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (lei de diretrizes e bases da educação nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm>. Acessado em 27 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular – BNCC**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acessado em 14 ago. 2019.

CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA DO IFG – **Apresentação do câmpus aparecida de Goiânia**. Disponível em: <<https://www.ifg.edu.br/aparecida/apresentacao>>. Acessado em 20 mar. 2019.

CÂMPUS GOIÂNIA DO IFG – **Nossa história**. Disponível em:

<<http://w2.ifg.edu.br/goiania/index.php/historia-do-campus-goiania>>. Acessado em 04 fev. 2019.

CÂMPUS GOIÂNIA OESTE DO IFG – **Apresentação do campus Goiânia Oeste**. Disponível em: <<https://www.ifg.edu.br/goianiaoeste/apresentacao>>. Acessado em 20 mar. 2019.

CARDOSO, Alessandra Espindola. **A educação financeira na educação básica de Goiás**. Dissertação de mestrado da Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal de Goiás, Jataí/GO, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8237/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Alessandra%20Espindola%20Cardoso%20-%202018.pdf>>. Acessado em 10 ago. 2020.

CERBASI, Gustavo Petrasunas. **Dinheiro: os segredos de quem tem – como conquistar e manter sua independência financeira**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

CHEMIN, Beatris Francisca. **Manual da univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 4. ed. Lajeado, RS: Univates, 2020. Disponível em: <https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/315/pdf_315.pdf>. Acessado em 20 ago. 2020.

CNC - Confederação Nacional do Comércio. **Endividamento e inadimplência do consumidor: Percentual de famílias com dívidas aumenta em março de 2019**. Disponível em: <http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/apresentacao_peic_marco_2019.pdf>. Acessado em 02 abr. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Clístenes Lopes da; LAUDARES, João Bosco. Resolução de problemas na matemática financeira para tratamento de questões da Educação Financeira no ensino médio. **Bolema**, Ago. 2017, vol .31, n. 58, p. 659-678. ISSN 0103-636X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bolema/v31n58/0103-636X-bolema-31-58-0659.pdf>>. Acessado entre os dias 01 e 27 fev. 2019.

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia financeira: realize seus sonhos com educação financeira**. 2. ed. São Paulo: DSOP, 2013.

DOMINGOS, Reinaldo. **Sabedoria financeira: o milagre da multiplicação de seus recursos**. Ed. Thomas Nelson Brasil, 2014.

ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira no Brasil. **Conceito de educação financeira**. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financiera-no-brasil>>. Acesso em 18 mar. 2019.

EXAME: **Inadimplentes**. Disponível em : <<https://exame.abril.com.br/economia/brasil-fecha-2018-com-recorde-de-626-milhoes-de-inadimplentes/>>. Acessado em 28 mar. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Honda. **Dicionário Aurélio ilustrado** – edição especial. Curitiba: Positivo, 2012.

FERREIRA, João Batista; CASTRO, Iara Maria. Educação financeira: nível de conhecimentos dos alunos de uma instituição de ensino superior. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, V.12, n.1, jan/abr, 2020 ISSN:2176-8366 DOI 10.18361/2176-8366/rara.v12n1p134-156. Acessado em 08 jul. 2020.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**. Campinas, Ago. 2002, ano XXIII, n. 79, p. 257-272. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acessado em 01 fev. 2019.

GADOTTI, Ana Carolina; BAIER, Tânia. Educação financeira por meio de dados reais: atividades didáticas para a educação básica. **Revista Brasileira de Ensino, Ciência e Tecnologia**. Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/1163055/Downloads/5686-21042-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/1163055/Downloads/5686-21042-1-PB%20(2).pdf)>. Acessado em 27 fev. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre. UFRGS. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Altas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **In Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 mar./abr, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acessado em 19 ago. 2019.

GOMES, Jorge Emílio Henrique *et al.* Perfil dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na cidade de Macapá/AP (2018). **Research, Society and Development**, v. 9, n.8, e594985989, 2020. (CC BY 4.0), ISSN 2525-3409. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5989>. Recebido: 24/06/2020. Revisado: 05/07/2020. Aceito: 06/07/2020. Publicado: 19/07/2020. Acessado em 10 ago. 2020.

GROENWALD, Claudia Lisete Oliveira; OLGIN, Clarissa de Assis. Educação financeira no currículo de matemática do ensino médio. **Revista Brasileira de Ensino, Ciência e Tecnologia**. Ponta Grossa, mai./ago. 2018, v. 11, n. 2, p. 158-180. Disponível em: <<file:///C:/Users/1163055/Downloads/8433-29816-2-PB.pdf>> Acessado 27 fev. 2019.

GUIA DE CURSOS - IFG – **Curso técnico integrado em alimentos**. Disponível em: <http://cursos.ifg.edu.br/info/tecint-eja/tia-eja/CP-APA>>. Acessado entre os dias 02 e 30 de maio de 2020.

GUIA DE CURSOS - IFG – **Curso técnico integrado em enfermagem**. Disponível em: <http://cursos.ifg.edu.br/info/tecint-eja/eja-enfermagem/CP-OES>>. Acessado entre os dias 02 e 30 de maio de 2020.

GUIA DE CURSOS - IFG – **Curso técnico integrado em modelagem do vestuário**. Disponível em: <http://cursos.ifg.edu.br/info/tecint-eja/eja-modelagem-do-vestuario/CP->

APA>. Acessado entre os dias 02 e 30 de maio de 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS – **História do IFG**. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br/estudenoifg/17-ifg/ultimas-noticias/10104-historia-do-ifg>>. Acesso em 04 fev. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CONSUP/IFG de n. ° 015 de 15 de outubro de 2015. **Autorizar o funcionamento do curso técnico integrado ao ensino médio em enfermagem na modalidade de educação de jovens e adultos**. Disponível em: <<http://w2.ifg.edu.br/index.php/resolucoes>>. Acessado em 20 jun. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CONSUP/IFG de n. ° 008 de 30 de março de 2017. **Regulamento acadêmico dos cursos técnicos integrados ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos**. Goiânia, 2017. Disponível em: <<https://ifg.edu.br/servidor/61-ifg/pro-reitorias/ensino/2485-regulamento-academico-dos-cursos-tecnico-integrados-ao-ensino-medio-na-modalidade-de-educacao-de-jovens-e-adultos>>. Acessado em 20 jun. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CONSUP/IFG de n. ° 014 de 05 de maio de 2017. **Autorizar o funcionamento do curso técnico integrado ao ensino médio em modelagem do vestuário na modalidade de educação de jovens e adultos**. Disponível em: <<http://w2.ifg.edu.br/index.php/resolucoes>>. Acessado em 20 jun. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. Resolução CONSUP/IFG de n. ° 043 de 27 de dezembro de 2017. **Autorizar o funcionamento do curso técnico integrado ao ensino médio em alimentos na modalidade de educação de jovens e adultos**. Disponível em: <<http://w2.ifg.edu.br/index.php/resolucoes>>. Acessado em 20 jun. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Alimentos, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**, 2017. Disponível em: < <http://cursos.ifg.edu.br/info/tecint-eja/tia-eja/CP-APA>>. Acessado em 20 jun. 2020

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Enfermagem, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**, 2017. Disponível em: < <http://cursos.ifg.edu.br/info/tecint-eja/eja-enfermagem/CP-OES>>. Acessado em 20 jun. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Modelagem do Vestuário, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**, 2017. Disponível em: < <http://cursos.ifg.edu.br/info/tecint-eja/eja-modelagem-do-vestuario/CP-APA>>. Acessado em 20 jun. 2020.

JANISCH, Adriane Beatriz; JELINEK, Karin Ritter. Explorando a educação financeira no ensino fundamental: um estudo de possibilidades a partir das orientações da BNCC. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 48324-48342, jul. 2020. ISSN 2525-876. DOI:10.34117/bjdv6n7-468. Acessado em 08 jul. 2020.

LUZ, Jerfferson Oliveira Cristovão da; SANTOS, Marcio Eugen Klingenschmid Lopes dos; JUNGER, Alex Paubel. Educação financeira: um estudo de caso com jovens do ensino

médico na cidade de São Paulo. **REnCiMa**, v. 11, n.3, p. 199-211, 2020. SSN: 2179-426X doi.org/10.26843/rencima. Acessado em 08 jul. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, José Pio. **Educação financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Fundamento educacional, 2004.

MINDMINERS. O brasileiro e o dinheiro. Estudo publicado em janeiro de 2020/estudo original. Disponível em: <<https://mindminers.com/blog/o-brasileiro-e-o-dinheiro-onda-2/>>. Acessado em 12 ago. 2020.

MORAES, Aline Reissuy *et al.* Educação financeira escolar: uma proposta para o ensino médio. **Revista Eletrônica de Educação Matemática - REVEMAT**, Florianópolis, v. 15, p. 01-22, 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1981-1322. DOI: <<https://doi.org/10.5007/1981-1322.2020.e70255>>. Acessado em 07 jul. 2020.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

MOREIRA, Marcos Antônio. **Aprendizagem significativa: teoria e textos complementares**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

MOREIRA, Valéria da Silva. **Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma reflexão sobre o abandono escolar**. Brasília – DF Universidade de Brasília / Faculdade de Educação (trabalho final de curso), 2014. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13165/1/2014_Val%c3%a9riadaSilvaMoreira.pdf>. Acessado em 10 ago. 2020.

NASCIMENTO, Ana Alice Nogueira do. Educação financeira nas escolas públicas: uma abordagem matemática e social. **FAUESP. UNIFICADA**, v.2, n.3 (Maio-Junho/2020) 40 ISSN 2675-1186. Acessado em 09 jul. 2020.

OCDE. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. Disponível em: <[https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf)>. Acessado em 05 ago. 2019.

OCDE. **Trabalhando com o Brasil: o bom funcionamento dos mercados: fortalecendo a educação financeira**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/latin-america/Active-with-Brazil-Port.pdf>>. Acessado em 18 mar. 2019.

O GLOBO. **Negócios e finanças: quando se trata de educação financeira, o Brasil fica mal na foto**. Disponível no 31 de outubro de 2016, em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/quando-se-trata-de-educacao-financeira-brasil-fica-mal-na-foto-20385966#ixzz4O11ZHdm2>>. Acessado em 16 ago. 2020.

PDI/IFG 2019/2023. **Plano de desenvolvimento Institucional do IFG**. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/11546/PDI_IFG_2019_2023.pdf>. Acessado

em 30 de maio de 2019.

PIZZOLATO, Cristiane. **Educação financeira e sustentabilidade ambiental: uma reflexão em aulas de matemática do ensino médio**. Dissertação de mestrado da Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR, Pato Branco-PR, 2019. Disponível em:
http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4018/1/PB_PPGDR_M_Pizzolato%2c%20Cristiane_2019.pdf. Acessado em 02 de agosto de 2020.

ROSSETTO, Júlio César. **Educação financeira crítica: a gestão do orçamento familiar por meio de uma prática pedagógica na EJA**. Dissertação de mestrado da Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas da Univates, Lajeado – RS, 2019. Disponível em:
<<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2490/1/2018JulioCesarRossetto.pdf>>. Acessada em 10 fev. 2020.

SANTOS, Marco Antônio Moretto dos. **Educação financeira e resolução de problemas: contribuições para o ensino de matemática na educação de jovens e adultos**. Trabalho de conclusão de curso de graduação 2012. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/66866/000871959.pdf?sequence=1>>. Acessado em 06 ago. 2019.

SANTOS, Jaciara de Oliveira Sant’Anna; SANTOS, Marcolino Sampaio dos. **Educação de jovens e adultos: diálogos pedagógicos**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2019.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Dez. 2007, vol. 41, n. 6, p. 1121-1141. ISSN 0034-7612. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n6/06.pdf>. Acessado 27 fev. 2019.

SERASA EXPERIAN: **Inadimplência atinge 63 milhões de consumidores em março e bate histórico**. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-atinge-63-milhoes-de-consumidores-em-marco-e-bate-recorde-historico-revela-serasa-experian>>. Acessado em 02 abr. 2019.

SILVA, Felipe Deodato da Silva e; ESCORISA, Natália Valadão. Percepções de jovens estudantes sobre educação financeira: um estudo em Barra do Garças/MT. **Revista Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v.19, n.1, 179-196, 2017. Disponível em:
<<https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/31177/pdf>>. Acessado em 27 fev. 2019.

SILVA, Tarcísio Pedro da; *et al.* Nível de educação financeira de estudantes do ensino médio e suas reflexões econômicas. **Rev. Adm.** (São Paulo) [online]. Set. 2017, vol. 52, n. 3, p. 285-303. ISSN 1984-6142. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v52n3/0080-2107-rausp-52-03-0285.pdf>>. Acessado em 01 fev. 2019.

SOMAVILLA, Adriana Stefanello.; SILVA, Carla Renata Garcia Xavier da; BASSOI, Tânia Stella. A Literacia Financeira em discussão. In: ENCONTRO NACIONAL DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA – ENEM, XII,2016, São Paulo. **Anais**, 13 a 16 de jul. 2016. Disponível em:

< http://www.sbem.com.br/enem2016/anais/pdf/6614_3048_ID.pdf>. Acessado em 20 ago. 2020.

SPC BRASIL: **Pesquisa – Índices econômicos**. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/6104>>. Acessado em 28 mar. 2019.

SPC BRASIL: **Pesquisa – 48% dos brasileiros não controlam o próprio orçamento, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil, 2020**. Disponível no 28 de janeiro de 2020, em <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7171>>. Acessado em 15 ago. 2020.

SPC BRASIL: **Pesquisa – 8 em cada 10 inadimplentes sofreram impacto emocional negativo por conta das dívidas, revela pesquisa CNDL/SPC Brasil**. Disponível em 16 de março de 2020, em <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7266>>. Acessado em 15 ago. 2020.

SPC BRASIL: **Pesquisa – Inadimplência pessoa física**. Disponível no 11 de maio de 2020 em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indice/7308>>. Acessado em 15 ago. 2020.

SCHNEIDER, Tcharles. **Educação financeira: investigação com uma turma de 1º ano do ensino médio por meio de práticas colaborativas**. Dissertação de mestrado da Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas da Univates, Lajeado – RS, 2019. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2624/1/2019TcharlesSchneider.pdf>>. Acessada em 11 fev. 2020.

VELOSO, Zélia Vieira Cruz. **Práticas Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA): interfaces com as políticas e diretrizes curriculares**. Dissertação de Pós-Graduação do Mestrado de Educação da PUC/GO, 2014. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1129/1/ZELIA%20VIEIRA%20CRUZ%20VELOSO.pdf>>. Acessado em 23 ago. 2019.

VIDA e DINHEIRO: **Orientação para educação financeira nas escolas**. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/DOCUMENTO-ENEF-Orientacoes-para-Educ-Financeira-nas-Escolas.pdf>>. Acessado em 24 mar. 2019.

VIDAL, Yollanda Débora Rocha Lopes; SILVA, Kennedy Paiva da; VALDEVINO Rosângela Queiroz Souza. Percepção dos discentes de ciências contábeis sobre educação financeira. **Revista Conhecimento Contábil – UERN**, Mossoró/RN, v.10, n.01, jan/jun, p. 80 – 95, 2020. ISSN: 2447 – 2921. DOI: 10.31864/rccv9i2. Acessado em 07 jul. 2020.

VEJA. **Quase 60% dos consumidores realizam compras por impulso**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/quase-60-dos-consumidores-realizam-compras-por-impulso/>>. Acessado em 15 ago. 2020.

APÊNDICES

Apêndice A – Carta de Anuência

Carta de Anuência

Autorizo o pesquisador Wesley Gonçalves do Nascimento, mestrando, matriculado no Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu*, Mestrado em Ensino, vinculado à Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, a desenvolver sua pesquisa intitulada: “**A Educação Financeira na Educação de Jovens e Adultos: Vivências do Instituto Federal de Goiás (IFG)**”, nas turmas de ensino médio do IFG na modalidade EJA, dos Cursos Técnico Integrado em Alimentos, Cozinha, Enfermagem, Informática para Internet, Modelagem do Vestuário e Transporte Rodoviário, dos Câmpus Aparecida de Goiânia, Goiânia e Goiânia Oeste.

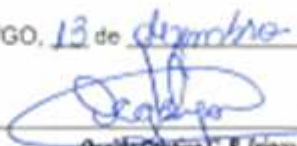
Este estudo objetiva investigar como tem ocorrido a abordagem do tema Educação Financeira e implicações desta discussão para as turmas dos Cursos Técnicos Integrados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nível médio do Instituto Federal de Goiás/Brasil. Para tanto, será realizado uma **pesquisa documental** no ementário destes cursos para identificar se há a presença da temática Educação Financeira em suas disciplinas e aplicação de **questionário** para investigar o nível de conhecimento dos estudantes destes cursos sobre a temática Educação Financeira e suas percepções sobre a importância deste assunto nestes cursos. E, por fim, **propor** como esta temática poderia ser trabalhada a partir da análise dos documentos institucionais e do questionário dos estudantes.

O Instituto Federal de Goiás ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão usados nesta pesquisa, autoriza a divulgação e publicação das informações da análise dos documentos institucionais, da análise descritiva e discursiva do questionário dos estudantes e de imagem da própria Instituição. Concorda também em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue abaixo:

- a) A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;
- b) Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação nesta pesquisa;
- c) No caso de não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem nenhuma penalização.

Esta proposta está sendo orientada pela Dra. Andreia Aparecida Guimarães Strohschoen, professora vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado da UNIVATES.

Goiânia/GO, 13 de dezembro de 2019.



Osvaldo Cristiano G. A. Tripani
Pró-Reitor de Ensino - IFG
Portaria nº 1758/2017

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Eu,, abaixo assinado aceito participar da pesquisa intitulada: **Educação Financeira na Educação de Jovens e Adultos: Vivências no Instituto Federal de Goiás (IFG)**, coordenada pelo pesquisador **Wesley Gonçalves do Nascimento**, sob a orientação da prof. Dra. Andreia Aparecida Guimarães Strohschoen, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado/RS.

Estou ciente de que esta pesquisa busca investigar como tem ocorrido a abordagem do tema Educação Financeira, e compreensões desta para as turmas dos Cursos Integrados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), de nível médio do Instituto Federal de Goiás/Brasil.

Tenho garantia do acesso aos resultados e de esclarecer minhas dúvidas em qualquer tempo. Questionamentos, dúvidas e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao coordenador de pesquisa pelo telefone (45) 99129-6999 ou pelo e-mail wesley.nascimento@universo.univates.br.

Tenho o direito de fazer qualquer pergunta sobre os riscos e benefícios que podem existir durante a participação nesta pesquisa e também o direito de desistir de participar a qualquer momento.

A minha participação nesta pesquisa é voluntária, sendo somente realizada por meio de um questionário respondido individualmente. Se eu me recusar a responder a uma pergunta não haverá qualquer consequência negativa. Minhas opiniões serão respeitadas.

As informações prestadas serão utilizadas somente para esse estudo e terão a garantia da não identificação pessoal, coletiva ou escolar/institucional em qualquer modalidade de divulgação dos resultados.

Os resultados da pesquisa constituirão subsídios para produções científicas a serem encaminhadas para publicações e apresentadas em eventos da área, sem qualquer identificação de participantes.

Ficaram claros para mim, os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Lajeado, de de 2020.

Assinatura do participante da pesquisa

RG: _____

Wesley Gonçalves do Nascimento

RG: 3847072 SSP/GO

Apêndice C - Questionário

Prezado(a) participante, este instrumento de coleta de dados é parte da elaboração da dissertação que está sendo desenvolvida no Mestrado de Ensino da Univates pelo pesquisador Wesley Gonçalves do Nascimento. Este questionário tem como objetivo investigar os conhecimentos e compreensões dos voluntários sobre assuntos de Educação Financeira e sua aplicabilidade para o dia a dia. Portanto, as informações coletas por meio deste questionário serão confidenciais e divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação.

1. Sexo:

Feminino Masculino.

2. Idade:

18 anos 19 a 25 anos Acima de 25 anos.

3. Quando você se matriculou no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA do IFG, já fazia quanto tempo que não frequentava o ambiente escolar?

até 1 ano entre 1 a 5 anos Acima de 5 anos.

4. Nas compras, qual a forma de pagamento que você costuma usar?

A prazo À vista Ambas.

5. Você sabe o valor dos juros quando compra a prazo?

Sim Não Mais ou menos Não compro a prazo.

6. O que você considera determinante para escolher a forma de pagamento numa compra?

Juros baixos Quantidade de parcelas Valor das parcelas

Outros. Quais? _____

7. O que você faz quando quer adquirir uma mercadoria que tem um custo alto?

Economizo e depois compro Sempre tenho uma reserva

Compro e depois me viro para pagar.

8. Em relação ao planejamento financeiro, o que você diria?
- Todas as vezes que preciso comprar algo, consulto minhas receitas e despesas antes para saber se vou conseguir honrar o compromisso;
 - Não faço um controle financeiro das minhas receitas e despesas, mas consigo administrar minhas finanças;
 - Não faço um controle financeiro das minhas receitas e despesas e sou descontrolado financeiramente;
 - Às vezes faço um controle financeiro das minhas receitas e despesas, às vezes não;
 - Conheço o que é, mas não sei usar.
 - Desconheço a temática.
9. Em relação compras a prazo, como você costuma realizar o pagamento?
- Realizo o pagamento até a data do vencimento;
 - Realizo o pagamento com atraso;
 - Tem mês que consigo pagar até o vencimento e mês não;
 - Compro parcelado e não pago;
 - Só compro à vista.
10. Por falta de pagamento de dívida, meu nome está incluído no cadastro de inadimplente, a famosa chamada negativação do nome do devedor nos órgãos de proteção financeira?
- Sim Não Não, só compro à vista Já esteve.
11. O que você entende por Educação Financeira?
-
12. Qual seu nível de conhecimento sobre assuntos relacionados a Educação Financeira?
- Tenho muito conhecimento;
 - Possuo conhecimento intermediário;
 - Tenho pouco conhecimento;
 - Não possuo nenhum conhecimento.
13. Em relação aos conhecimentos sobre Educação Financeira, como você se sente?

- Sinto-me muito seguro(a), pois tenho amplos conhecimentos sobre Educação Financeira, administro bem as minhas finanças e a temática está presente no meu cotidiano;
- Sinto-me seguro(a), pois sei controlar meus recursos financeiros;
- Não me sinto seguro(a), às vezes compro e tenho dificuldade financeira para pagar;
- Não me sinto nada seguro(a), sou descontrolado(a) financeiramente.
- Não sei como me sinto.

14. Assuntos de Educação Financeira são discutidos nas aulas do curso que você frequenta?
Se sim, em qual (is) disciplina (s)?

15. Você acha importante que assuntos de Educação Financeira sejam inseridos em conteúdos de disciplinas no Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA do IFG?

- Sim Não

16. O sr. Gumercindo tem uma loja de calçado no Cruzeiro Planalto e é conhecido por muitos do bairro como um picareta, sempre tenta enganar os fregueses inventando promoções. No sábado passado após expediente ele pôs 100% de acréscimo em par de tênis e na segunda divulgou o mesmo produto com desconto 50%. Para você, o que aconteceu com o preço do tênis?

17. Considerando a possibilidade de implementar uma disciplina específica de Educação Financeira na matriz curricular do seu curso, você a julga:

- Muito importante
- Importante
- Não muito importante
- Sem importância.

18. Você considera que conteúdos relacionados a Educação Financeira são úteis à sua vida?

Por quê?

Fonte: Do autor (2020).



**Rua Avelino Tallini, 171, Bairro Universitário
Lajeado /RS/ Brasil CEP 95.900-000 Cx. Postal 155
Fone (51) 3714-7000 / www.univates.br/
0800 700 809**